



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**PRECARIZAÇÃO E DETERIORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL:  
CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E O CENÁRIO ATUAL**

JOÃO BERTONI NETO

JOÃO PESSOA – PB  
2013

JOÃO BERTONI NETO

**PRECARIZAÇÃO E DETERIORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL:  
CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E O CENÁRIO ATUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Ivan Targino Moreira.

JOÃO PESSOA – PB  
2013

JOÃO BERTONI NETO

**PRECARIZAÇÃO E DETERIORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL:  
CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E O CENÁRIO ATUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Economia.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Professor Ivan Targino Moreira (PPGE-UFPB) – Orientador

---

Professor Dr. Paulo Fernando de Moura B. C. Filho (PPGE-UFPB) – Examinador Interno

---

Professor Dr. Frederico Jayme Katz (UNICAP) – Examinador Externo

João Pessoa, 20 de agosto de 2013.

*“O capital é completamente incapaz de fazer considerações humanas. Conhece apenas uma única maneira de administrar o tempo de trabalho: pela máxima exploração do ‘tempo de trabalho necessário’ da força de trabalho empregada, e ignora totalmente o tempo disponível existente na sociedade em geral, porque não pode daí extrair lucro.”*

István Mészáros

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Gabriel e Elizete, pela oportunidade e apoio dados para que eu pudesse concluir o mestrado.

Agradeço à Érica, companheira e amiga, por ter encarado comigo o desafio de passar dois anos longe dos amigos e familiares.

Agradeço ao professor e orientador Ivan Targino, não só pela contribuição na realização deste trabalho, mas também por ter sido um amigo durante o período em que estive na Paraíba.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal analisar o processo de precarização, deterioração e reestruturação do mercado de trabalho brasileiro durante as décadas de 1990 e 2000. Entretanto, antes de abordar o período mais recente do mercado de trabalho nacional, foi feito um retrospecto sobre a formação e evolução do mercado de trabalho brasileiro e sua relação com a precarização do trabalho. A proposta de pesquisa está calcada na utilização de fontes secundárias, incluindo: a) pesquisa bibliográfica para analisar a formação e evolução do mercado de trabalho brasileiro e sua relação com a precarização da força de trabalho; e b) pesquisa em banco de dados para dar sustentação à discussão sobre a organização do mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990 e 2000. A base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Observou-se que a deterioração e a precarização do trabalho se fazem presente no Brasil desde antes da formação do mercado de trabalho nacional, assim como está presente na atualidade. Portanto, as características atuais do mercado de trabalho brasileiro estão relacionadas com a formação e evolução das relações e condições de trabalho presentes no país, bem como com as novas condições de funcionamento da economia brasileira instauradas na década de 1990 subordinadas aos interesses do capital estrangeiro.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho. Condições de Trabalho. Precarização do Trabalho.

## **ABSTRACT**

This study aims at analyzing the process of precariousness, deterioration and restructuring of the Brazilian labor market during the decades of 1990 and 2000. However, before addressing the most recent period of the national labor market, has been done a retrospective about the formation and evolution of the Brazilian labor market and its relationship with the precariousness of work. The research proposal is grounded in the use of secondary sources, including: a) bibliographical research to analyze the formation and evolution of the Brazilian labor market and its relationship with the precariousness of the workforce; and b) research in database to give support the discussion on the organization of the Brazilian labor market in the decades of 1990 and 2000. The database utilized has been done the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). It was observed that the deterioration and precariousness of work are present in Brazil since before the formation of the national labor market, as well as is present nowadays. Therefore, the current characteristics of the Brazilian labor market are related to the formation and evolution of relations and work conditions present in the country, as well as with the new operating conditions of the Brazilian economy introduced in the decade of 1990 subordinated to the interests of foreign capital.

**Keywords:** Labor Market. Working Conditions. Precariousness of Work.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	– Evolução do PIB brasileiro em milhões de reais (R\$ de 2012): 1930-1999.....	57
<b>Gráfico 2</b>	– Dívida externa brasileira (US\$ milhões): 1960-1999.....	58
<b>Gráfico 3</b>	– Evolução do PIB brasileiro em milhões de reais (R\$ de 2012): 1990-1999.....	68
<b>Gráfico 4</b>	– Evolução do PIB brasileiro em trilhões de reais (R\$ de 2012): 1990-2009.....	90
<b>Gráfico 5</b>	– Taxa de câmbio R\$ / US\$ - Brasil: 1995-2009.....	92
<b>Gráfico 6</b>	– Brasil: Taxa de juros Selic fixada pelo Copom (% a.a.) (2000-2009).....	94
<b>Gráfico 7</b>	– Brasil: Evolução do PIB <i>per capita</i> (R\$ de 2012 – mil) (1990-2009).....	96
<b>Gráfico 8</b>	– Percentual de indivíduos pobres na população brasileira: 1992-2009.....	97
<b>Gráfico 9</b>	– Percentual de indivíduos indigentes na população brasileira: 1992-2009.....	97
<b>Gráfico 10</b>	– Brasil: Evolução do salário mínimo real (R\$ de março/2013) (1990-2009).....	98

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Estratificação social da população urbana brasileira durante a República Velha.....	42
<b>Quadro 2</b> – Variáveis para a análise descritiva.....	64
<b>Quadro 3</b> – Indicadores para a análise descritiva.....	65

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Entrada de imigrantes no Brasil – 1884-1900.....	38
<b>Tabela 2</b> – Brasil: Participação percentual das exportações de café, açúcar e algodão na receita total das exportações (1821-1900).....	40
<b>Tabela 3</b> – Brasil: Condição de ocupação da população economicamente ativa (PEA) (1940/1980).....	46
<b>Tabela 4</b> – Taxa de variação percentual do PIB brasileiro: 1930-1999.....	56
<b>Tabela 5</b> – Brasil: Evolução do mercado de trabalho (1992-1999).....	66
<b>Tabela 6</b> – Brasil: Taxa de desemprego segundo as macrorregiões (1992-1999).....	69
<b>Tabela 7</b> – Brasil: Taxa de desemprego segundo a cor (1992-1999).....	70
<b>Tabela 8</b> – Brasil: Taxa de desemprego segundo o sexo (1992-1999).....	70
<b>Tabela 9</b> – Brasil: População ocupada segundo os setores de atividade (1992-1999).....	72
<b>Tabela 10</b> – Brasil: Composição percentual da população ocupada por setor de atividade (1992-1999).....	72
<b>Tabela 11</b> – Brasil: Composição percentual dos empregados assalariados segundo o vínculo empregatício por setor de atividade (1992-1999).....	74
<b>Tabela 12</b> – Brasil: População ocupada segundo a posição na ocupação (em mil pessoas) (1992-1999).....	75
<b>Tabela 13</b> – Brasil: Composição percentual da população ocupada segundo a posição na ocupação (1992-1999).....	76
<b>Tabela 14</b> – Brasil: Rendimento médio mensal real da população ocupada por macrorregiões (1992-1999).....	78
<b>Tabela 15</b> – Brasil: Rendimento médio mensal real por setor de atividade (1992-1999).....	78
<b>Tabela 16</b> – Brasil: Rendimento médio mensal real segundo a posição na ocupação (1992-1999).....	79

<b>Tabela 17</b> – Brasil: Rendimento médio mensal real da população ocupada segundo a cor (1992-1999).....	80
<b>Tabela 18</b> – Brasil: Rendimento médio mensal real da população ocupada segundo o sexo (1992-1999).....	81
<b>Tabela 19</b> – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo as macrorregiões (1992-1999).....	82
<b>Tabela 20</b> – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo o setor de atividade (1992-1999).....	84
<b>Tabela 21</b> – Brasil: Composição da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo a posição na ocupação (1992-1999).....	84
<b>Tabela 22</b> – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo o sexo (1992-1999).....	85
<b>Tabela 23</b> – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo a cor (1992-1999).....	86
<b>Tabela 24</b> – Brasil: Balança comercial (US\$ milhões) (1990-1999).....	91
<b>Tabela 25</b> – Brasil: Saldo da balança de transações correntes (US\$ milhões) (1990-2009).....	91
<b>Tabela 26</b> – Brasil: Evolução do mercado de trabalho (2001-2009).....	99
<b>Tabela 27</b> – Brasil: Taxa de desemprego segundo as macrorregiões (2001-2009).....	100
<b>Tabela 28</b> – Brasil: Taxa de desemprego segundo a cor – (2001-2009).....	100
<b>Tabela 29</b> – Brasil: Taxa de desemprego segundo o sexo (2001-2009).....	101
<b>Tabela 30</b> – Brasil: População ocupada segundo os setores de atividade (2001-2009).....	102
<b>Tabela 31</b> – Brasil: Composição percentual da população ocupada por setor de atividade (2001-2009).....	103
<b>Tabela 32</b> – Brasil: Composição percentual dos empregados assalariados segundo o vínculo empregatício por setor de atividade (2001-2009).....	104

<b>Tabela 33</b> – Brasil: População ocupada segundo a posição na ocupação (em mil pessoas) (2001-2009).....	105
<b>Tabela 34</b> – Brasil: Composição percentual da população ocupada segundo a posição na ocupação (2001-2009).....	106
<b>Tabela 35</b> – Brasil: Rendimento médio mensal real da população ocupada por macrorregiões (1992-1999).....	108
<b>Tabela 36</b> – Brasil: Rendimento médio mensal real por setor de atividade (1992-1999).....	109
<b>Tabela 37</b> – Brasil: Rendimento médio mensal real segundo a posição na ocupação (2001-2009).....	110
<b>Tabela 38</b> – Brasil: Rendimento médio mensal real da população ocupada segundo a cor (2001-2009).....	111
<b>Tabela 39</b> – Brasil: Rendimento médio mensal real da população ocupada segundo o sexo (2001-2009).....	111
<b>Tabela 40</b> – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo as macrorregiões (2001-2009).....	113
<b>Tabela 41</b> – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo o setor de atividade (2001-2009).....	114
<b>Tabela 42</b> – Brasil: Composição da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo a posição na ocupação (2001-2009).....	116
<b>Tabela 43</b> – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo o sexo (1992-1999).....	117
<b>Tabela 44</b> – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo a cor (2001-2009).....	118

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>COPOM</b>	Comitê de Política Monetária
<b>DIT</b>	Divisão Internacional do Trabalho
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>IED</b>	Investimento Estrangeiro Direto
<b>IETS</b>	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>MP</b>	Medida Provisória
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>P.P.</b>	Pontos percentuais
<b>PD</b>	População Desocupada
<b>PEA</b>	População Economicamente Ativa
<b>PIA</b>	População em Idade Ativa
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PND</b>	Programa Nacional de Desestatização
<b>PNEA</b>	População Não Economicamente Ativa
<b>PO</b>	População Ocupada
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>SELIC</b>	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
<b>SINE</b>	Sistema Nacional de Emprego

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A PRECARIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ASSALARIADA.....</b>	<b>18</b>
2.1 Evolução do trabalho assalariado.....	18
2.2 Precarização da força de trabalho.....	24
2.3 O Brasil no contexto da Divisão Internacional do Trabalho.....	29
2.4 Considerações gerais.....	32
<b>3 EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....</b>	<b>34</b>
3.1 Especificidades das relações de trabalho no Brasil.....	34
a) <i>Do trabalho escravo para a mão de obra livre assalariada.....</i>	<i>35</i>
b) <i>Mercado de trabalho durante a industrialização nacional.....</i>	<i>44</i>
3.2 Considerações gerais.....	47
<b>4 A QUESTÃO SOCIAL E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO</b>	<b>48</b>
4.1 Do início da acumulação capitalista nacional até 1980.....	48
4.2 Anos 1980 e 1990: desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.....	55
4.3 Mercado de trabalho brasileiro na década de 1990.....	62
4.3.1 Base de dados e procedimentos de análise.....	63
4.3.2 Resultados e discussões.....	66
4.4 Considerações gerais.....	86
<b>5 ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NA DÉCADA DE 2000.....</b>	<b>89</b>
5.1 Contexto político-econômico brasileiro.....	89
5.2 Mercado de trabalho brasileiro.....	98
5.3 Considerações gerais.....	118
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>121</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>126</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas do século XX, sobretudo a década de 1990, caracterizaram-se por profundas transformações no mercado de trabalho brasileiro. Depois de um período (décadas de 1930 a 1970) marcado pela estruturação (ainda que de forma incompleta) das condições de trabalho no Brasil, a década de 1980 rompeu com essa trajetória de estruturação, iniciando um movimento de desestruturação do mercado de trabalho nacional, que se intensificou nos anos 1990. Houve aumento do desemprego, o país deixou de expandir o nível de rendimento dos trabalhadores e em razão das perdas de empregos com carteira assinada intensificaram-se as formas atípicas de contratação, como trabalhadores sem registro em carteira e trabalhadores autônomos, resultando em precarização e deterioração das relações de trabalho.

Segundo Toni (2007), a deterioração das relações de trabalho nesse período está intimamente ligada à adoção de políticas de cunho neoliberal no país, sobretudo a partir de 1995, resultando em reestruturação produtiva e novas formas de organização e gestão do trabalho, como flexibilização e desregulamentação das relações trabalhistas.

De acordo com Chaves et al. (2010), destacam-se como principais mudanças ocorridas na economia brasileira durante a década de 1990 que vieram a afetar negativamente o mercado de trabalho nacional:

... maior abertura comercial, o aprofundamento da reestruturação produtiva, o baixo crescimento do produto, a estabilização monetária, com o Plano Real, a apreciação cambial e a adoção de políticas de corte neoliberal, resultando em diminuição do papel do Estado, privatizações e desregulamentação das várias esferas da economia e da sociedade. (CHAVES et al., 2010, p. 70).

A chamada desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, intensificada na década de 1990, traz à tona a questão da precarização do trabalho no Brasil, pois, além da desestruturação das relações de trabalho diante das transformações do sistema capitalista e maior inserção do Brasil na economia global, tem-se também as próprias características de precarização, exclusão, exploração e desigualdades, historicamente presentes na evolução do mercado e das relações de trabalho no país. Como exemplo tem-se a exploração do trabalho infantil; a exploração e discriminação entre trabalhadores brancos e negros, e entre homens e mulheres; a presença de trabalhadores informais, subempregados e trabalhadores por conta própria; baixos rendimentos; entre tantas outras características.

Depois desse período marcado pelo baixo dinamismo do mercado de trabalho brasileiro, aponta-se a década de 2000 como um período de recuperação das relações de trabalho no país, caracterizado pela reestruturação das condições de trabalho. Entretanto, mesmo com a recuperação do mercado de trabalho, permanecem no país condições de trabalho precárias e permeadas de desigualdades.

Tendo como pano de fundo essas considerações gerais, este estudo tem como objetivo principal analisar o processo de precarização, deterioração e reestruturação do mercado de trabalho brasileiro durante as décadas de 1990 e 2000. Entretanto, conforme aponta Dedecca (2005, p. 95), “é impossível tratar do trabalho no Brasil sem considerar alguns aspectos relevantes do processo de formação do mercado e das relações de trabalho no país”. Assim, antes de se abordar o período mais recente do mercado de trabalho nacional, será feito um retrospecto sobre a formação e evolução do mercado de trabalho brasileiro e sua relação com a precarização do trabalho.

Para traçar a evolução das relações de trabalho no Brasil este estudo divide-a em quatro etapas: passagem do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado; integração e estruturação do mercado de trabalho durante o período de industrialização nacional (1930-1980); desestruturação do mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990; e (re)estruturação do mercado de trabalho nos anos 2000.

Porém, antes de abordar as relações de trabalho no Brasil, será feita uma análise sobre a precarização do trabalho proveniente da acumulação capitalista. Este estudo parte do pressuposto que o trabalho precário é inerente à relação de trabalho assalariada, e está presente no modo de produção capitalista independente de seu estágio de desenvolvimento.

A proposta de pesquisa está calcada na utilização de fontes secundárias, incluindo: a) pesquisa bibliográfica para analisar a formação e evolução do mercado de trabalho brasileiro e sua relação com a precarização da força de trabalho; e b) pesquisa em banco de dados para dar sustentação à discussão sobre a organização do mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990 e 2000. A base de dados utilizada será a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A análise dos dados referentes ao mercado de trabalho brasileiro nos anos de 1992 a 1999 e 2001 a 2009 será feita com base na estatística descritiva. O interesse em se abordar separadamente esses dois períodos justifica-se: de um lado, pela intensificação da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro ocorrida na década de 1990 e, de outro

lado, pela reversão da tendência de desestruturação das condições de trabalho no Brasil, com crescimento do segmento organizado do mercado de trabalho, ocorrida na década de 2000.

Assim, este estudo está organizado em seis partes. Após essa introdução, o capítulo 2 aborda a relação existente entre a acumulação capitalista e a precarização do trabalho assalariado. No capítulo 3, serão apresentadas as duas primeiras etapas referentes à evolução do mercado de trabalho nacional: passagem do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado, e integração e estruturação do mercado de trabalho durante o período de industrialização nacional (1930-1980). O capítulo 4 versa sobre o período de desestruturação do mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990, como maior enfoque nessa última década. O capítulo 5 analisa o movimento de (re)estruturação do mercado de trabalho nos anos 2000. Por fim, no último capítulo, serão apresentadas as considerações finais deste estudo.

## **2 ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A PRECARIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ASSALARIADA**

A precarização das condições de trabalho está presente no modo de produção capitalista desde sua gênese até o seu atual estágio de desenvolvimento, a acumulação flexível, e é inerente à relação de trabalho assalariada, podendo assumir diferentes formas e intensidade a depender das necessidades da acumulação do capital. Neste capítulo, serão apresentadas três diferentes formas de se relacionar o trabalho precário com a acumulação capitalista.

Inicialmente, a seção 1 apresenta a evolução do trabalho assalariado e sua relação com a precarização do trabalho. A seção 2 apresenta a relação entre a precarização do trabalho e a superpopulação relativa de Karl Marx. Na terceira parte, aborda-se o trabalho precário procedente da Divisão Internacional do trabalho. Na quarta parte, são apresentadas as considerações gerais do capítulo.

### **2.1 Evolução do trabalho assalariado**

A evolução do trabalho na sociedade industrial está submetida a três formas dominantes, que também passam a ditar a organização do mundo do trabalho como um todo: a condição proletária, a condição operária e a condição salarial (CASTEL, 1998).

Na condição proletária encontra-se a “quase-exclusão do corpo social”, pois o proletário está empregado na nascente industrialização que surge com a revolução industrial, mas apenas trabalha para sua sobrevivência e de sua família, e não possui direitos trabalhistas. Para o autor, a relação salarial aqui existente permite que o trabalhador fique períodos sem trabalhar e sobreviva sem estar subordinado à disciplina do trabalho industrial.

Já no início do século XX, na condição operária, surgem direitos trabalhistas e há um aumento da inserção dos operários na vida social, através de consumo, habitação, instrução e lazer, mesmo que de forma instável. Passa a existir uma nova disciplina do trabalho, caracterizada pela regulação da produção, mas essa nova relação salarial passa a ditar não só a produção, mas também o consumo e o modo de vida dos operários e suas famílias. Esse modo de regulamentação sob nova relação salarial é um dos elementos característicos do fordismo (CASTEL, 1998).

O modelo produtivo aplicado por Henry Ford em sua indústria automobilística era fundamentado no modelo criado por Frederick Taylor no início do século

XX, o taylorismo. Para Taylor, a maneira mais eficiente para se organizar a produção seria através da simplificação das atividades complexas, ou seja, decompor essas tarefas em outras mais simples e repetitivas. Diante disso, não havia necessidade de trabalhadores altamente qualificados para executar essas tarefas (CARMO, 1998). Embora Taylor já defendesse o aumento do salário buscando estimular os trabalhadores a se submeterem a uma nova disciplina na indústria, foi Ford quem sistematizou a relação entre produção em massa e consumo em massa (CASTEL, 1998).

Assim, o fordismo não se limitava apenas a instituir um novo modo de produção, mas também a estruturar um modo de regulação da sociedade. Para Harvey (1992), o modo de regulação está ligado não só ao modo de produção, mas também aos hábitos, leis e normas. E, segundo o autor, Ford tinha o seguinte conhecimento:

...produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 1992, p. 121).

Castel (1998) destaca cinco condições que garantem a passagem da relação salarial presente na condição proletária para a relação salarial “fordista” da condição operária.

Primeira condição: uma nítida separação entre os que trabalham efetiva e regularmente e os inativos ou os semi-ativos que devem ser excluídos do mercado de trabalho ou integrados sob formas regulamentadas. (CASTEL, 1998, p. 420).

Segunda condição: a fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e a racionalização do processo de trabalho no quadro de uma “gestão do tempo exata, recortada, regulamentada”. (CASTEL, 1998, p. 425).

Terceira condição: o acesso por intermédio do salário a “novas formas de consumos operários”, através do que o próprio operário se torna usuário da produção de massa. (CASTEL, 1998, p. 429).

Quarta condição: o acesso à propriedade social e aos serviços públicos. (CASTEL, 1998, p. 432).

Quinta condição: a inscrição em um direito do trabalho que reconhece o trabalhador como membro de um coletivo dotado de um estatuto social além da dimensão puramente individual do contrato do trabalho. (CASTEL, 1998, p. 434).

Outro ponto marcante referente ao período da condição operária diz respeito às ideias do economista John Maynard Keynes. Nas décadas de (1920 e 1930), Keynes (1970; 1978) assinalou a importância da intervenção do Estado na economia para a regulação dos ciclos econômicos. Assim, durante as décadas de 1920 a 1980, a base prevalecente para a organização do capitalismo foi a combinação fordismo-keynesianismo (CARMO, 1998).

Segundo o autor, o período pós Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo amadurecimento e universalização do fordismo.

Com a consolidação do salário, há a generalização do assalariamento na sociedade, e a identidade social passa a ser definida, levando-se em consideração a posição ocupada do assalariado. Já nos anos 1930, esse processo de diferenciação da condição de assalariado está ainda mais presente na sociedade. Entre as décadas de 1930 e 1970 se tem um crescimento de assalariados na população economicamente ativa, principalmente assalariados não operários. Na década de 1970, o operariado constituía a base da pirâmide salarial – e social – mas já acima deles desenvolveu-se um assalariamento superior. Portanto, não houve a passagem da condição operária para a condição salarial, mas a condição operária foi perdendo espaço com o desenvolvimento de novas atividades (como o crescimento das atividades terciárias), tornando-se uma categoria subordinada na sociedade salarial (CASTEL, 1998). Para o autor, com a condição salarial, a sociedade no início dos anos 1970 é:

...organizada principalmente em torno da concorrência entre diferentes polos de atividades salariais. Sociedade que não é homogênea nem pacificada, mas cujos antagonismos assumem a forma de lutas pelas colocações e classificações mais do que a forma de luta de classes. Sociedade em que, de contraponto, a condição de assalariado se torna modelo privilegiado de identificação. (CASTEL, 1998, p. 466)

O surgimento da condição salarial está relacionado ao enfraquecimento da política econômica baseada no modelo fordista-keynesiano nos anos 1970. Com o enfraquecimento modo de produção fordista, houve a necessidade, por parte do capital, de se reorganizar de modo a retomar seu ciclo reprodutivo e a assegurar sua dominação. Assim, inicia-se, a partir da década de 1970, não apenas um novo processo de produção, mas também mudanças ideológicas e políticas no modo de dominação do capital, consubstanciada na chamada acumulação flexível. Os pontos mais evidentes dessas transformações foram a adoção de políticas neoliberais e a reestruturação dos modos de produção e do trabalho, além das alterações ocorridas no setor financeiro. Este, gradativamente, passou a ter maior autonomia com a maior liberação e mundialização do capital e das novas formas de produção (ANTUNES, 1999; STIGLITZ, 2010). Antunes faz a seguinte consideração sobre a acumulação flexível:

Uma vez encerrado o ciclo expansionista do pós-guerra, presenciou-se, então, a completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além da forte expansão e liberalização dos capitais financeiros. As novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, somadas à liberação comercial e às novas formas de domínio técnico-científico, acentuaram o caráter centralizador, discriminador e destrutivo desse processo. (ANTUNES, 1999, p. 32).

Embora os conceitos iniciais do pensamento neoliberal estejam presentes no texto *O Caminho da Servidão*, de 1944, de Friedrich Hayek, o neoliberalismo originou-se no pós Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos e países europeus onde prevalecia o capitalismo, e se opunha ao intervencionismo estatal presente nas ideias keynesianas.

Segundo Anderson (1995), as ideias neoliberais passam a ter mais força na década de 1970, diante do enfraquecimento do modelo fordista-keynesiano; mais precisamente a partir de 1973, com a crise no mundo capitalista e consequente recessão, marcada por baixo crescimento e alta inflação. Entretanto, muitos países capitalistas ainda lutavam contra as crises econômicas através de medidas keynesianas. O responsável por iniciar a hegemonia do programa neoliberal foi o governo de Margaret Thatcher, iniciado na Inglaterra em 1979. Para Anderson (1995), o modelo neoliberal inglês além de ser o pioneiro foi também o mais puro. Na prática, as mudanças foram as seguintes: contração da emissão de moeda, aumento da taxa de juros, grandes reduções dos impostos sobre altos rendimentos, fim dos controles sobre fluxos financeiros, extensa programação de privatização, criação de uma nova legislação anti-sindical, cortes em gastos sociais e grande crescimento do desemprego.

De acordo com Alves (2007), o Estado neoliberal não é somente uma forma de governo, mas é também uma forma de Estado político, de modo que, a dinâmica neoliberal permanece se impondo independente do governo. Para o autor, o Estado neoliberal,

Ao tornar-se Estado máximo para o Capital, torna-se Estado mínimo para os interesses da civilização do trabalho. Mesmo que assuma o papel de regulador social, ele não consegue romper seus laços orgânicos com o grande capital, tornando-se incapaz de arbitrar interesses oligopólicos do capital concentrado. O Estado neoliberal é sua forma “apodrecida” do capitalismo monopolista de Estado. Adota o referente de mercado para se auto-preservar diante da crise de valorização do capital. Ora, a função histórica da estatalidade política é ser o complemento orgânico da reprodução social do capital. Estado e capital são entes reflexivos cuja função primordial é garantir a reprodução da acumulação de valor através da extração de sobretrabalho e a normalidade sócio-institucional imposta pela ordem sistêmica do capital. (ALVES, 2007, p. 150).

Assim, tem-se com o neoliberalismo, não só um Estado neoliberal, mas uma sociedade civil neoliberal, que busca a hegemonia social não apenas via reestruturação do modo de produção capitalista, mas também no consumo e na circulação de mercadorias (ALVES, 2007).

Desse modo, a condição salarial é marcada por diferentes tipos de assalariados, pessoas com uma vida social mais ampla, diferente do que se tinha na condição operária. Aqui, o setor de serviços passa a ser o mais dinâmico e móvel da sociedade, responsável por ditar progresso, modernidade e moda. Diferente de antes, em que havia

homogeneização das colocações, agora as ocupações passam a ser determinadas pela concorrência, pelo conflito entre colocações e pela preocupação com a diferenciação (CASTEL, 1998).

Para representar a sociedade salarial, Castel (1998) destaca a existência de diferentes blocos<sup>1</sup>. O bloco das “profissões independentes com o patrimônio não-reconvertido”, representado pelos grupos que se adaptaram ao novo modelo de sociedade salarial, como empresários e comerciantes; o “bloco popular”, constituído por operários e empregados subordinados na configuração salarial e; “bloco periférico ou residual”, formado pela força de trabalho marginalizada: ocupações instáveis e temporárias.

Estes trabalhadores da classe residual são marcados pela precarização no uso da sua força de trabalho. Eles apresentam maior vulnerabilidade a variações na demanda de mão de obra por possuírem menor nível de qualificação, resultando em salários mais baixos e menor cobertura dos direitos sociais. Fenômeno que passa a ser mais percebido e discutido no final dos anos 70 e, junto ao desemprego, são os elementos mais importantes que afetam a conjuntura do emprego (CASTEL, 1998). Para esse autor, a precarização do trabalho e o desemprego são consequências da modernização, reestruturação industrial e competitividade entre trabalhadores. Com isso, surge o tema da flexibilidade na força de trabalho, caracterizado por ajustar o trabalhador moderno à sua tarefa. Segundo o autor,

A flexibilidade não se reduz à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual. Mas exige que o operador esteja imediatamente disponível para adaptar-se às flutuações da demanda. (CASTEL, 1998, p. 517).

Assim, Castel define dois tipos de flexibilidade. A flexibilidade externa (subcontratação), que consiste em contratar novos trabalhadores para suprir as flutuações do mercado; e flexibilidade interna, que é o ajustamento de funcionários para as mais diversas situações.

Carmo (1998) também aborda essa diferenciação, apontando que a flexibilidade pode tanto estar relacionada com a maior velocidade para a firma adaptar sua forma de produção, quanto pelas modificações que envolvem mão de obra.

Segundo Alves (2000), essa flexibilidade interna gera a polivalência operária, não significando que os trabalhadores se tornaram qualificados para as mais diversas tarefas, mas sim que atingiram o máximo da desqualificação e estão sujeitos a qualquer tipo de atividade.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Castel no lugar de classes.

Harvey (1992) aponta a flexibilidade no modo de produção, nos mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo, e a maior mobilidade da informação como características da acumulação flexível. Surgem setores de produção novos, novos mercados e inovação comercial, tecnológica e organizacional.

De acordo Harvey, há uma grande criação de empregos no setor de serviços, queda no número de empregos regulares e crescimento do trabalho em tempo parcial, temporário e da subcontratação. Assim, a tendência é aumentar cada vez mais o número de trabalhadores flexíveis, devido à facilidade dessa mão de obra ser contratada e demitida sem custos quando há flutuações no mercado, gerando uma alta rotatividade do emprego.

Uma das diferenças entre a acumulação flexível e o fordismo é permitir a produção de uma maior variedade de bens a preços mais baixos e em pequenos lotes, no lugar da produção em massa. E essa produção em pequenos lotes, aliada a essas novas formas de contratação, supera a rigidez do fordismo e atende uma maior quantidade de necessidades do mercado (HARVEY, 1992).

Segundo Teixeira (1998), a produção flexível permite que a oferta de bens e serviços acompanhe as mudanças nas preferências de consumo. Enquanto no fordismo não havia a preocupação com a demanda de mercado, visto que as mercadorias eram produzidas para posteriormente irem para o mercado, na acumulação flexível o objetivo é vender os bens assim que sejam produzidos. Com a flexibilidade nos modos de produção, deixa-se de ter grandes firmas responsáveis por todo o processo de produção – da matéria-prima até o bem final – e os altos custos com administração de pessoal. Segundo o autor, a reestruturação produtiva e consequente modo de produção flexível são o contexto ideal para as ideias neoliberais.

Com a crise do fordismo, havia a necessidade de recriar os mecanismos da acumulação capitalista, buscando recuperar o lucro capitalista. Assim, a resposta veio em forma de desregulamentação da economia. O surgimento de novas tecnologias, da automação e a busca por novos mercados e novos meios produtivos tornaram-se estratégias das grandes empresas nessa etapa das economias capitalistas, entretanto, era fundamental a liberalização do mercado de trabalho. Como consequência dessa desregulamentação, houve uma crescente precarização das condições de trabalho (MENELEU NETO, 1998; CARMO, 1998).

Portanto, a precarização do trabalho é resultado das novas exigências tecnológico-econômicas advindas com a evolução do capitalismo moderno (CASTEL, 1998). Para Alves (2000), com a mundialização do capital, nos anos 1980, a acumulação flexível passa a predominar no complexo de reestruturação produtiva, trazendo impactos também para

o mercado de trabalho, caracterizado por mudanças no trabalho industrial e a fragmentação de classe, com o aumento da subproletarização tardia e do desemprego estrutural; fenômenos resultantes da evolução do processo de acumulação capitalista ao longo do tempo. O autor denomina essa subproletarização tardia da seguinte forma:

...é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria, seja nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital. (ALVES, 2000, p. 78)

Essa subproletarização tardia não se faz presente apenas nos setores tradicionais da indústria e dos serviços, mas surge, principalmente, nos setores modernos da produção capitalista (ALVES, 1999).

Este termo “subproletarização tardia” corresponde ao uso do termo “informalidade” nas condições de trabalho, o que para Alves (1999) trata-se de uma denominação mais suave para designar a nova precariedade do trabalho. Segundo o autor, o subproletariado tardio é conveniente para a acumulação flexível, ele é tão importante para o modo de produção capitalista quanto o desemprego estrutural, de acordo com o autor:

...muitas vezes, a discussão da *quantidade* de empregos sobrepõe-se à da *qualidade* dos novos postos de trabalho, ocultando, portanto, o problema da subproletarização tardia como um dos maiores problemas do mundo do trabalho no limiar do século XXI. (ALVES, 1999, p. 152).

Para Carmo (1998), as consequências da acumulação flexível no mercado de trabalho são o aumento do desemprego, queda nas remunerações e no poder sindical, além de novos métodos de contratação, como a subcontratação (terceirização de serviços).

Deste modo, essa precarização do mercado de trabalho está relacionada ao desenvolvimento da acumulação capitalista, que a partir das últimas décadas assume a forma da acumulação flexível. O resultado dessa evolução é uma maior intensificação de empregados subcontratados, não protegidos e ocupações precárias.

## **2.2 Precarização da força de trabalho**

Conforme apresentado na seção anterior, o processo de precarização do trabalho está relacionado ao desenvolvimento da acumulação capitalista. Entretanto, para compreensão da precarização do trabalho, deve-se compreender o conceito de precariedade.

De acordo com Alves (1999, p. 112), “a principal forma histórica de precariedade social é o sistema do trabalho assalariado que predomina nas sociedades

burguesas há séculos”. Com a produção e reprodução capitalista tem-se a constituição de uma superpopulação relativa, ou seja, uma grande parcela da população, uma massa de trabalhadores que fica totalmente dependente da lógica do mercado. Essa superpopulação, inicialmente, é formada por homens expulsos da terra que, para sobreviver, se veem obrigados a vender sua força de trabalho; e outros, que com a concorrência do mercado, perderam seus ofícios tornando-se proletários.

Segundo Marx (1996), para poder abordar a influência que o aumento do capital exerce sobre a classe trabalhadora deve-se, primeiramente, tratar da composição do capital e suas mudanças durante o processo de acumulação capitalista. De tal modo, é preciso compreender a composição do capital sob duas perspectivas. Primeiramente, sob a perspectiva do valor, a composição do capital é determinada pela proporção entre capital constante (valor dos meios de produção) e capital variável (valor da força de trabalho), e recebe o nome de composição-valor do capital.

Na segunda abordagem, sob a perspectiva da matéria, procura-se analisar o funcionamento da composição do capital no processo de produção. Visto que cada capital se divide em duas partes, constante e variável, determina-se essa composição do capital pela proporção entre as quantidades de meios de produção e de trabalho necessário para seu emprego. Esta segunda composição é chamada de composição técnica do capital.

Marx assinala que as duas composições são estritamente correlacionadas, e expressa essa correlação da seguinte forma: “chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital” (MARX, 1996, p. 245). Portanto, ao falar de composição do capital entende-se estar falando de composição orgânica do capital.

Embora cada capital individual tenha sua própria composição (proporção entre sua parcela constante e a variável), a média das composições individuais dos capitais de determinado ramo de produção resulta na composição global desse ramo. Do mesmo modo, a média das composições globais de todos os ramos de produção proporciona a composição do capital social de uma economia. Contudo, Marx ressalta que,

Crescimento do capital implica em crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho. Uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho. (...) A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (MARX, 1996, p. 246).

Marx (1996) afirma que o próprio processo de acumulação capitalista é o responsável por multiplicar a massa de assalariados, isto é, transformar a força de trabalho desses assalariados em força crescente de valorização do capital, aumentando a relação de dependência e exploração entre trabalhadores e capitalistas. Portanto, a acumulação do capital é concretizada por meio de mudança qualitativa em sua composição, através do aumento permanente de sua parcela constante em detrimento de sua parcela variável, ou seja, aumento da composição orgânica do capital.

Como resultado da diminuição da parcela variável na composição do capital, a acumulação capitalista gera proporcionalmente ao seu crescimento uma população trabalhadora supérflua, excedente. Nas palavras de Marx,

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício do seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.* (MARX, 1996, p. 274).

Marx (1996) assinala que, no capitalismo, a existência de uma população trabalhadora excedente é produto necessário para a acumulação da riqueza. Esse excedente de trabalhadores recebe o nome de superpopulação relativa, tornando-se o propulsor da acumulação capitalista. Todo trabalhador desocupado (parcial ou inteiramente) faz parte da superpopulação relativa e passa a constituir um exército industrial de reserva. Segundo o próprio autor:

...essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (MARX, 1996, p. 262-263).

Essa superpopulação relativa possui três formas: líquida (fluente), latente e estagnada. A primeira é constituída pelos proletários da indústria moderna, que têm seu nível de emprego dependente da escala de produção, da introdução de novos meios produção e da abertura e fechamento de empresas. O nível de empregos depende dos ciclos econômicos, de

modo que o número de ocupados aumenta, porém, em proporção decrescente ao aumento da produção.

A superpopulação latente é formada pela população trabalhadora rural que já não encontra trabalho na atividade agrícola, após essa ser permeada pelo modo de produção capitalista. Diferente da superpopulação fluente, aqui, ocorre uma diminuição absoluta da demanda por trabalhadores; assim, há um fluxo constante de trabalhadores rurais para a cidade, rebaixando o salário e as condições de vida dessa população, deixando-os sempre em meio à pobreza.

Por fim, a superpopulação estagnada corresponde aos trabalhadores ocupados em atividades irregulares. Encontra-se aqui a força de trabalho que não consegue emprego e, por isso, busca meios de sobrevivência no subemprego e nas atividades precárias. Deste modo, constitui-se de trabalhadores extremamente explorados, caracterizados por tempo máximo de serviço e mínimos salários. Fazem parte deste grupo os trabalhadores domiciliares, trabalhadores excluídos da grande indústria e da agricultura e, sobretudo, trabalhadores de ramos industriais decadentes, aqueles que já não têm mais como competir com a produção capitalista.

Gorender (1996) faz a seguinte reflexão a respeito do exército industrial de reserva:

...o exército industrial de reserva representa elemento estrutural indispensável ao modo de produção capitalista e daí sua incessante reconstituição mediante introdução de inovações técnicas, o que torna essa reconstituição independente do crescimento vegetativo da população. O exército industrial de reserva funciona como regulador do nível geral de salários, impedindo que se eleve acima do valor da força de trabalho ou, se possível e de preferência, situando-o abaixo desse valor. Outra função do exército industrial de reserva consiste em colocar à disposição do capital a mão-de-obra suplementar de que carece nos momentos de brusca expansão produtiva, por motivo de abertura de novos mercados, de ingresso na fase de auge do ciclo econômico etc. (GORENDER, 1996, p. 41-42).

Assim, a precariedade diz respeito à condição que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo a parcela da população que não possui controle dos meios de produção. Com a força de trabalho se constituindo em mercadoria, prevalece no trabalho vivo a marca da precariedade social. Logo, a precariedade social é uma condição humana, da qual o processo de precarização do trabalho faz parte. Enquanto houver a precariedade social, existirá a possibilidade de precarização do trabalho. Essa precarização do trabalho está presente no decorrer da história, e se faz pela luta de classes e pelo embate de forças políticas entre capital e trabalho.

Conforme explicita Alves (2007), a precarização do trabalho não atinge somente os trabalhadores à margem da legislação trabalhista, “mas [atinge] a totalidade viva do trabalho em suas múltiplas formas objetivas e subjetivas” (ALVES, 2007, p. 258). Essa precarização também se faz presente nas ocupações do segmento organizado do mercado de trabalho através da perda de benefícios e direitos trabalhistas por conta da flexibilização do estatuto salarial; aumento da jornada de trabalho e não pagamento de hora-extra; repressão aos movimentos sindicais, implicando em queda do poder de negociação da categoria assalariada; queda no rendimento dos trabalhadores; e até mesmo na própria insegurança no emprego e da carreira, visto que o trabalhador acaba por tolerar maior exploração de sua força de trabalho e até mesmo renuncia a direitos sociais e trabalhistas por temer o desemprego. Ou seja, na atualidade, a precarização do trabalho atinge a força de trabalho amoldada na acumulação flexível, a massa de trabalhadores dependente das leis de mercado.

Para Druck (2002), o crescimento da flexibilidade do trabalho, difundido em todas as atividades e lugares, implica em desindustrialização e verticalização da produção. Deste modo, há um aumento da subcontratação (terceirização), das atividades autônomas, dos empregos temporários, dos trabalhadores sem registro em carteira, além de trabalhadores assalariados com registro em carteira, mas que se veem obrigados a aceitar as práticas flexíveis do mercado de trabalho.

Com a contração do fordismo, tem ocorrido uma diminuição do proletariado industrial, ou seja, tem-se reduzido os trabalhadores estáveis, estruturados por meio de empregos formais. Devido à reestruturação produtiva do capital, esse proletariado passa a dar lugar a diferentes formas desregulamentadas de trabalho (ANTUNES E ALVES, 2004).

De acordo com Meneleu Neto (1998), a diferença entre a superpopulação relativa na época de Marx, e a atual da época do neoliberalismo, é que no primeiro momento, essa superpopulação era uma *consequência* da própria acumulação capitalista. Já na atualidade, diante da acumulação flexível, a superpopulação relativa passa a ser um *pressuposto* da acumulação capitalista; de modo que uma grande quantidade de trabalhadores excedentes permite que o capital exerça um maior controle sobre a força de trabalho (não apenas controle econômico, mas também controle social, cultural e psicológico).

O desemprego se torna parte necessária do modo de produção capitalista. Porém, os desempregados são apenas uma parcela do excedente de trabalhadores, a superpopulação relativa do capitalismo contemporâneo assume também outras formas, como através do subemprego, empregos à margem da legislação trabalhista, contratos temporários, empregos em tempo parcial e em ocupações precárias.

Assim, mostrou-se que a superpopulação relativa é importante para a produção e reprodução da acumulação capitalista. Contar com uma grande massa sobranse de trabalhadores contribui para a exploração do trabalho por parte do capitalismo e enquanto assim for, enquanto a força do capital impor as leis do mercado, haverá a precariedade social, e com ela, a precarização do trabalho.

### **2.3 O Brasil no contexto da Divisão Internacional do Trabalho**

Para tratar das questões referentes às mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro devem-se considerar as transformações que também ocorreram nesse mercado em nível mundial. Deste modo, relaciona-se o conceito de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) às diferentes etapas históricas da evolução da economia mundial. As considerações aqui apresentadas sobre as características da DIT estão baseadas em Pochmann (2001).

Segundo o autor, para melhor compreensão das desigualdades existentes nas relações laborais, aborda-se a economia mundial através das relações entre centro e periferia:

O centro da economia mundial representa o *locus* do poder de comando, sendo predominante às atividades de controle do excedente das cadeias produtivas, bem como de produção e difusão de novas tecnologias. A periferia assume um papel secundário na estrutura de poder mundial, sendo *locus* subordinado às lógicas financeiras e creditícias, assim como na apropriação do excedente econômico e dependente na geração e absorção tecnológica. (POCHMANN, 2001, p. 16).

Além dos conceitos de centro e periferia, surge também um novo conceito: semiperiferia. Aqui, as definições partem de dois lados. Por um lado, têm-se as economias socialistas que apresentam condições socioeconômicas intermediárias àquelas presentes nos países do centro capitalista. São países que não são dependentes na geração de tecnologia, não são dominados efetivamente pelos países centrais e também não são totalmente subordinados na apropriação do excedente econômico.

Por outro lado, estão as economias de mercado que também possuem condições socioeconômicas intermediárias em relação aos países centrais. São países dependentes de tecnologia, dominados pela estrutura do poder dos países do centro capitalista e que são subordinados na apropriação do excedente econômico; e, embora tardiamente, alcançaram algum grau de industrialização.

Como exemplo de países para essas três conceitos têm-se no bloco das economias centrais Estados Unidos e Inglaterra, no bloco semiperiférico China (primeiro caso) e Brasil (segundo caso), e nas economias periféricas Tailândia e Indonésia.

Ainda em relação aos países do grupo semiperiférico, esses partiram de dois padrões de desenvolvimento diferentes. Os países socialistas tiveram sua estratégia de desenvolvimento por meio da ruptura com os países do centro capitalista (estratégia anti-sistêmica), assim, mesmo com renda inferior aos países centrais, pôde-se constituir sociedades mais homogêneas.

Já no caso das econômicas capitalistas semiperiféricas, como o Brasil, houve um plano de desenvolvimento por meio de um projeto de industrialização nacional (estratégia pró-sistêmica). Assim, mesmo seguindo a lógica de uma economia de mercado, uma pequena parcela da população emergiu e alcançou padrões de vida semelhantes ao observado nos países centrais. Entretanto, oposto a este pequeno grupo, tem a grande parcela da população vivendo em condições precárias, situação mais característica dos países periféricos.

Para se chegar neste estágio atingido pelo Brasil, é preciso fazer um retrospecto das relações laborais a nível mundial no contexto da DIT.

A primeira DIT está associada à Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII e expandida para outros países durante o século XIX. Essa etapa da DIT ficou marcada pela divisão entre países do centro, que eram produtores e exportadores de produtos manufaturados, e países periféricos, produtores e exportadores de produtos primários.

Essa divisão entre centro e periferia, com domínio por parte dos países capitalistas centrais está expressa em Hardman e Leonardi (1982):

O Brasil, assim como as demais nações latino-americanas, foi sendo integrado nesse mercado mundial capitalista e nessa nova divisão internacional do trabalho. Essa integração não decorria apenas de um processo contínuo e cumulativo de penetração de mercadorias e, mais tarde, de capitais estrangeiros. Com efeito, tal penetração ocorria; porém, era possibilitada, reforçada e acelerada através de uma série de mecanismos de dominação política dos governos de nosso continente por parte da Inglaterra. Quando uma nação tentava dificultar sua própria subordinação econômica, a Inglaterra não hesitava em utilizar-se da violência e guerra. (HARDMAN e LEONARDI, 1982, p. 43).

A segunda DIT ficou marcada pelo surgimento das economias semiperiféricas, ou seja, países antes periféricos caracterizados por serem exportadores de

bens primários e importadores de bens manufaturados passaram a produzir manufaturas e, em alguns casos, até mesmo exportá-las.

Essa constituição de um bloco de países semiperiféricos foi possível devido aos investimentos e instalações de empresas dos países centrais na periferia. Fator importante para essa mudança foi o enfraquecimento da Inglaterra como potência hegemônica, uma vez que, desde o início do século XX, essa nação já apresentava sinais de fragilidade, agravados pelas duas guerras mundiais e a crise de 1929. Assim, os Estados Unidos que já apresentava sinais de principal economia do centro capitalista, assume esse posto no pós Segunda Guerra, possibilitando a expansão do padrão de industrialização estadunidense.

Esse padrão de desenvolvimento nos países semiperiféricos se deu via industrialização, em grande medida, por parte do Estado e expansão e proteção do mercado interno, permitindo a rápida passagem de nações exportadoras de bens primários para a fase de desenvolvimento industrial. Fato que pôde ser observado no Brasil.

Assim, para caracterizar o modo de produção dos países semiperiféricos advindo com a segunda DIT adotou-se os conceitos de “fordismo periférico, de sociedade salarial incompleta e de periferização do setor industrial” (POCHMANN, 2001, p. 25).

Por fim, a terceira DIT segue em curso desde a década de 70. Essa nova divisão do trabalho pertence à dimensão financeira, ou seja, é resultado de maior competição entre os capitais. Países que produzem grande quantidade de capital exportam recursos para outras nações. Nessa etapa da DIT, o predomínio é do capital financeiro, e tem havido uma maior concentração e centralização do capital, de modo que as grandes empresas transnacionais tenham grande poder sobre a economia.

A partir dos anos 1980 tem-se assistido uma expansão da acumulação do capital por parte das grandes corporações transnacionais e a busca por novas oportunidades de negócios. Assim, muitas dessas oportunidades são oferecidas por governos nacionais às empresas através de incentivos, implicando no rebaixamento de custos. Portanto, essas instalações das empresas proporcionadas pelos baixos custos permite o diferencial de rendimentos entre os países centrais e os países semiperiféricos.

Assim, a busca por custos rebaixados faz com que muitas empresas instalem operações de montagens mais simples e que não necessitem de empregados altamente qualificados. Deste modo, as ocupações desse processo se caracterizam por menor custo de trabalho, condições de trabalho precárias e flexíveis e que não exigem alta qualificação. Isso favorece a subcontratação de trabalhadores, que pode ser de três tipos:

A subcontratação primária, que ocorre pelo uso de serviços diretos dos compradores finais, como a distribuição de produtos; a subcontratação secundária, que implica alguma montagem de equipamento ou produto, com baixa agregação de valor; a subcontratação terciária, em que há vínculos semipermanentes na obtenção de materiais e uniformização do processo produtivo (POCHMANN, 2001, p. 30).

Enfim, essa terceira DIT é marcada por apresentar, de um lado, a produção de bens de menor valor agregado nos países semiperiféricos e, por outro lado, a produção de bens mais sofisticados nos países do centro capitalista. As transnacionais deslocam suas etapas produtivas para países onde tenham maior oportunidade de lucratividade e esse estímulo pelos baixos custos impede que os diferenciais de renda entre países do centro capitalista e países periféricos (e semiperiféricos) se reduzam. As etapas de produção deslocadas pelas transnacionais para os países da periferia e da semiperiferia, constituem-se de atividades manufatureiras menos complexas, caracterizadas pela produção de bens de baixo grau de transformação e conseqüente baixo valor agregado, alta escala de produção e atividades que não exigem alto grau de qualificação.

Como resultado, tem havido uma mudança no conteúdo do trabalho nos países periféricos e semiperiféricos, como o Brasil; com crescimento da força de trabalho em ocupações flexíveis e condições de trabalho precárias. Não se quer dizer que os países capitalistas centrais estejam imunes da precarização do trabalho, mas essa precarização se faz mais presente nos países em desenvolvimento.

## **2.4 Considerações gerais**

Este capítulo buscou apresentar a precarização do mercado de trabalho e sua relação com o desenvolvimento da acumulação capitalista. Partindo de três óticas distintas, pôde-se observar que as mudanças ocorridas levaram ao crescimento das condições de trabalho precárias.

Na primeira abordagem, mostrou-se que o trabalho precário já está presente desde o início da acumulação capitalista, assim com ainda se faz presente na atual acumulação flexível. Na seqüência, partindo da definição de superpopulação relativa de Marx, observou-se que manter uma população excedente é condição necessária para a acumulação capitalista, o que vem a incidir em desemprego, queda nos rendimentos e crescimento das ocupações precárias. Por fim, outra forma de se observar o crescimento das ocupações precárias é por meio da evolução da Divisão Internacional do Trabalho, na qual a terceira (e atual) etapa favorece a flexibilização das condições de trabalho e o crescimento do trabalho precário.

Portanto, através de diferentes abordagens este capítulo mostrou que o trabalho precário está presente desde o início da acumulação capitalista e é um problema que dado o atual estágio do capitalismo, mesmo aos olhares mais otimistas, está longe de ser resolvido.

### **3 EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Embora a acumulação flexível tenha implicado em desemprego e precarização das ocupações, devem-se considerar também as características próprias de cada país que também afetam seu mercado de trabalho. No caso do Brasil, antes de se abordar a precarização do trabalho no país nas últimas décadas, é preciso considerar também sua formação histórica, social e política, de modo a apontar os determinantes históricos do trabalho precário no país.

O mercado de trabalho brasileiro segue em um processo de formação e estruturação que já dura mais de cem anos, mas que ainda não se consolidou. Devido à origem colonial-escravocrata do Brasil, os primeiros passos, ainda que incipientes, para a constituição desse mercado são dados apenas na segunda metade do século XIX. Deste modo, embora as relações de trabalho e as políticas trabalhistas no país tenham evoluído durante o último século, ainda falta ao país um mercado de trabalho estruturado e completamente integrado e subordinado aos ditames do capital (BARBOSA, 2008).

De uma maneira mais abrangente, podem-se apontar as seguintes etapas da formação e evolução do mercado de trabalho brasileiro: passagem do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado; integração e estruturação do mercado de trabalho durante o período de industrialização nacional (1930-1980); desestruturação do mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990; e (re)estruturação do mercado de trabalho nos anos 2000.

O objetivo deste capítulo é apresentar a evolução do mercado de trabalho brasileiro e sua relação com a precarização do trabalho durante os dois primeiros períodos apontados acima<sup>2</sup>: a passagem do trabalho escravo para a mão de obra assalariada; e o período caracterizado pela estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Por fim, são apresentadas as considerações gerais desse capítulo.

#### **3.1 Especificidades das relações de trabalho no Brasil**

De acordo com Pochmann (2011a), de uma forma mais geral, os países subdesenvolvidos não apresentam a mesma formação do mercado de trabalho observada nos países desenvolvidos. No caso do Brasil, a evolução das relações de trabalho apresenta suas próprias características, distinguindo-se das relações presentes nos países capitalistas centrais, conforme apresentado no capítulo anterior. Conforme já mencionado acima, as

---

<sup>2</sup> Os dois últimos períodos serão abordados nos capítulos 4 e 5.

especificidades do mercado de trabalho brasileiro serão apresentadas destacando dois períodos distintos.

*a) Do trabalho escravo para a mão de obra livre assalariada*

Mesmo com a emancipação política do Brasil, em 1822, é somente em 1850, com a abolição do tráfico de escravos, que o país realmente atinge uma nova etapa do seu desenvolvimento. Embora a escravidão só viesse a ser abolida em 1888, o fim do tráfico de escravos afetou profundamente a organização socioeconômica remanescente do período colonial, ainda presente no país. A estrutura econômica baseada na produção extensiva de produtos primários destinados à exportação com a utilização de mão de obra escrava se enfraquece na região Nordeste, mas ainda permanece na segunda metade do século XIX, e se fortalece, agora no Sudeste, e concomitante à produção agrícola desenvolvem-se novos negócios em outros setores (PRADO JR., 1981). Nas palavras desse autor:

O país conhecerá, pela primeira vez, um destes períodos financeiros áureos de grande movimento de negócios. Novas iniciativas em empresas comerciais, financeiras e industriais se sucedem ininterruptamente; todos os índices de atividades sobem em um salto. A circulação monetária é fantasticamente alargada pela faculdade emissora concedida ao Banco do Brasil e pelo abuso de emissão de vales e outros títulos pelos demais estabelecimentos de crédito, firmas comerciais e até simples particulares. (...) O Brasil estreava nos altos e baixos violentos da vida financeira contemporânea. (PRADO JR., 1981, p. 113).

Somado ao desenvolvimento dessas novas atividades, há também o reestabelecimento das relações políticas e econômicas com a Inglaterra, resultando em grande afluxo de investimentos ingleses no Brasil (PRADO JR., 1981).

De acordo com Barbosa (2008), pode-se traçar a formação do mercado de trabalho brasileiro destacando três períodos principais. O primeiro, diz respeito ao período colonial, em que a economia brasileira era caracterizada pelo não-mercado de trabalho, visto que predominava a mão de obra escrava, impedindo a formação de um mercado de trabalho, dado que esses trabalhadores não vendiam sua força de trabalho. Logo, a base da população economicamente ativa era o não-mercado de trabalho.

A partir da segunda metade do século XIX, tem início a construção do mercado de trabalho brasileiro, o que caracteriza a segunda etapa da formação do mercado de trabalho, e vai até a abolição da escravidão em 1888. Nessa etapa, há o fim do tráfico de escravos e um processo gradativo de descravização, e passa a ter várias formas de contratação

da mão de obra: ex-escravos, trabalhadores nacionais e imigrantes; marcando assim a transição para o trabalho livre e o início de um mercado de trabalho, mas que ainda não estaria constituído de forma definitiva, apresentando diferenças regionais. O mercado de trabalho ainda era parcial e fragmentado. Tomando-se como exemplo as duas regiões de maior densidade econômica no período, Sudeste e Nordeste, observa-se que, mesmo após a abolição, no Sudeste, a classe operária emergente era bastante heterogênea, diferenciando as relações de trabalho no campo e na cidade, mas todos os trabalhadores se deparavam com a mesma falta de acesso aos direitos básicos; no Nordeste, não havia tanta diferenciação entre as relações de trabalho nas áreas urbana e rural, com o capital possuindo finalidade fundamentalmente reprodutiva (BARBOSA, 2008).

Por fim, a terceira etapa diz respeito ao período de 1889-1930. Aqui, trata-se da nacionalização do mercado de trabalho. Segundo Barbosa (2008), as condições necessárias para essa nacionalização encontram-se estabelecidas, visto que tanto a internalização quanto a territorialização da oferta de mão de obra ficam garantidas devido às migrações internas e à legislação social e trabalhista para regular as condições de trabalho do proletariado urbano.

Embora o trabalho escravo permaneça até 1888, antes mesmo da abolição o país já passa a contar com uma expressiva quantidade de trabalhadores assalariados e, ainda que até a década de 1930 a maior parte da força de trabalho assalariada fosse constituída de imigrantes europeus, já no fim do século XIX o mercado de trabalho contava com uma grande quantidade de assalariados brasileiros natos (LACERDA et al., 2006).

Conforme apresentado acima, na segunda metade do século XIX ocorreram grandes alterações nas atividades produtivas no Brasil. De acordo com Prado Jr. (1981), nesse contexto, dois fatos devem ser destacados. Primeiramente, o centro econômico deslocou-se das áreas agrícolas mais antigas do Nordeste do país para as áreas mais recentes, no Sudeste. O segundo fato está intimamente relacionado ao primeiro, visto que compreende o declínio das lavouras tradicionais do período colonial, como o algodão, tabaco e a cana-de-açúcar, na região Nordeste, e o desenvolvimento do café nas lavouras do Sudeste<sup>3</sup>.

Ainda nos primeiros cinquenta anos do século XIX o Sudeste já vai se figurando como centro das atividades econômicas do país, situação que se consolida totalmente na segunda metade do século, em detrimento da região Nordeste, economicamente em decadência. Além da questão referente ao declínio da produção de bens primários, outro fator que contribuiu para o declínio econômico do Nordeste foi o fim do tráfico de escravos,

---

<sup>3</sup> Embora as lavouras de café no Brasil tenham sido originadas na região Nordeste, foi no Sudeste que o café realmente se expandiu. (ver Prado Junior, 1981, página 117).

em 1850, restringindo a entrada de mão de obra fácil na região. Já no Sudeste, o impacto do fim da entrada de escravos foi menor, visto que a região se encontrava em ascensão econômica e em melhores condições de se reestruturar. O Sudeste, ainda que momentaneamente, pôde até mesmo importar escravos do Nordeste (contribuindo para a decadência deste), além de recorrer à mão de obra imigrante, absorvendo grande número de trabalhadores europeus (PRADO JR., 1981).

Concomitante à abolição do tráfico de escravos, intensifica-se a entrada de trabalhadores imigrantes e, de tal modo, as lavouras de café passam a contar tanto com trabalhadores escravos, quanto com europeus. Outro fator do período responsável pela absorção de força de trabalho imigrante é o surgimento das primeiras indústrias manufatureiras no país. Nessas indústrias não serão empregados trabalhadores escravos (apenas em atividades secundárias), visto que estes eram apontados como ineficientes para as atividades complexas e mais delicadas de manufaturas e, também, era mais vantajoso financeiramente para os patrões pagar salários ao invés de pagar pela compra de escravos (PRADO JR., 1981).

De acordo com Fernandes (1979), o primeiro modelo de organização da sociedade brasileira, característico da sociedade colonial, “envolvia uma superposição do padrão português do regime estamental à escravidão de estoques raciais indígenas, africanos e mestiços” (FERNANDES, 1979, p. 35). Em um segundo momento, o modelo de organização societal, foi marcado tanto pela existência de trabalho servil, quanto pela presença de trabalhadores livres.

As fazendas de café instaladas a partir de 1880 contaram, em sua maioria, apenas com trabalhadores livres, visto que nas últimas décadas do século XIX a entrada de trabalhadores europeus no Brasil cresceu rapidamente, principalmente após a abolição do trabalho escravo, em 1888. Segundo Prado Jr. (1981), em 1886, registrou-se a entrada de pouco mais de 32.000 estrangeiros, valor que saltou para quase 55.000 em 1887 e 132.000 em 1888. A partir de então, até o final do século, a média de entrada de estrangeiros manteve-se acima de 100.000 indivíduos ao ano. A Tabela 1 apresenta o número de imigrantes que entraram no Brasil nos últimos anos do século XIX.

De acordo com Prado Jr. (1981, p. 143), na segunda metade do século XIX, “o Brasil inaugurava-se num novo plano que desconhecia no passado, e nascia para a vida moderna de atividades financeiras. Um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos”. Nesse período, com a crise das lavouras tradicionais no Nordeste e o crescimento da produção cafeeira no Sudeste, o centro econômico nacional desloca-se da

primeira região para a segunda. Segundo Santana (1990), aos poucos os “barões do açúcar” vão perdendo seu prestígio e são suplantados pelos produtores de café do Sudeste.

Tabela 1 – Entrada de imigrantes no Brasil – 1884-1900

Ano	Imigrantes	Ano	Imigrantes
1884	23.574	1893	132.589
1885	34.724	1894	60.182
1886	32.650	1895	164.831
1887	54.932	1896	157.423
1888	132.070	1897	144.866
1889	65.165	1898	76.862
1890	106.819	1899	53.610
1891	215.239	1900	37.807
1892	85.906		

Fonte: Ianni (1975)

No Nordeste, a situação era de calamidade social, uma vez que os produtores agrícolas da região foram acumulando dívidas com a perda gradual de seu espaço no comércio internacional. A situação econômica também se agravou com o fim do tráfico de escravos e com o crescimento da venda de mão de obra escrava para o Sudeste, de modo que os produtores se viram obrigados a recorrer à força de trabalho livre, formada basicamente pela massa populacional que vivia à margem das fazendas e engenhos e pela população que evadia das secas do sertão (SANTANA, 1990). Embora fossem trabalhadores livres, as relações entre empregador e empregados eram não capitalistas, com a utilização dos chamados “moradores de condição” (trabalhadores que se estabeleciam nas terras do patrão e tinha como obrigação trabalhar para o fazendeiro). De acordo com Andrade (1973, p. 104), “esses trabalhadores tinham permissão para derrubar trechos da mata, levantar choupanas de barro ou de palha, fazer pequeno roçado e dar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo preço ou gratuito ao senhor de engenho”.

Segundo Santana (1990):

Tentando compensar a crise que se abateu sobre a economia açucareira, as oligarquias nordestinas ampliaram as relações de produção não capitalistas, fechando a “região”, obstaculando sua expansão, mas, em contrapartida, consolidaram os laços de dependência da massa trabalhadora e explorada ao poder local, na medida em que, ao mesmo tempo, constitui-se num limite à expansão das forças produtivas ou à modernização em geral, ela mesma propicia condições à acumulação de capitais, o que, em outras palavras e a nível regional, significava que a vinculação da mão de obra, através do sistema de moradia, permitia à grande propriedade canavieira o represamento da força de trabalho nas fronteiras dos engenhos e fazendas e sua manipulação, durante os períodos de crise da

agropecuária açucareira, que sempre baseou o seu crescimento na incorporação extensiva da terra e na utilização de braços para assegurar a sua produção. (SANTANA, 1990, p.126).

A saída encontrada pelos grandes produtores nordestinos foi substituir a força de trabalho escrava pelos pequenos proprietários rurais que se deparavam com a seca do interior (sertão e agreste) e também os trabalhadores livres que viviam à margem das grandes lavouras. Assim, as grandes propriedades rurais do Nordeste, mesmo com o fim do trabalho escravo, conseguiram manter o controle sobre a terra e, também, manter seu poder sobre os trabalhadores livres (BERNARDES, 2007).

A Tabela 2 apresenta a queda nas exportações de açúcar no total exportado pelo Brasil no período 1821-1900, e a ascensão das exportações de café durante o período. Como pode ser observado, as exportações brasileiras de açúcar já vinham em declínio entre as décadas de 1820 e 1850, mas essa queda se acentuou após a década de 1850, visto que havia se consolidado no comércio mundial as vendas de açúcar produzido a partir da beterraba, iniciada no continente europeu, além da utilização de técnicas mais modernas na produção de açúcar, iniciadas nas Antilhas e nas Ilhas Maurício e Java, superiores aos processos produtivos utilizados no Brasil. Além desses fatores, no início da década de 1860, os preços mundiais do açúcar não compensaram a produção que utiliza baixa tecnologia, como o Brasil, endividando os produtores nacionais. Para Santana (1990), a produção do açúcar a partir da beterraba foi fator decisivo para excluir o açúcar brasileiro do comércio mundial, visto que, em 1860, o consumo mundial de açúcar feito a partir da beterraba estava em torno de 25%, percentual que saltou para 50%, em 1882, e 75%, em 1900.

No caso do algodão, outra cultura da região Nordeste, diferente das exportações de açúcar que seguiram em declínio durante o século XIX, suas exportações oscilaram durante o período. O algodão brasileiro vinha perdendo espaço no comércio internacional para o algodão americano, porém, na década de 1860, a guerra civil norte-americana (1861-1865) interrompeu as exportações dos Estados Unidos para a Europa, favorecendo os produtores brasileiros, conforme se pode observar na Tabela 2. Entretanto, o fim da guerra nos Estados Unidos e a volta das exportações de algodão deste país novamente vieram a prejudicar as exportações brasileiras, agravada ainda mais quando os países europeus, sobretudo Inglaterra, Alemanha e França, temendo que os Estados Unidos monopolizassem os mercados da indústria têxtil, passaram a implementar a produção de algodão em suas colônias. Assim, sem o mercado externo, a produção algodoeira nacional sobreviveu graças ao surgimento das indústrias têxteis no país (SANTANA, 1990).

Tabela 2 – Brasil: Participação percentual das exportações de café, açúcar e algodão na receita total das exportações (1821-1900)

Período	Café	Açúcar	Algodão
1821-1830	18,4	30,0	20,6
1831-1840	43,8	24,0	1,8
1841-1850	41,4	26,7	7,5
1851-1860	48,8	21,2	6,2
1861-1870	45,5	12,3	18,3
1871-1880	56,6	11,8	9,5
1881-1890	61,5	9,9	4,2
1891-1900	64,5	6,0	2,7

Fonte: Santana (1990)

Ainda que na segunda metade do século XIX a região Sudeste tenha se consolidado como centro econômico nacional, atraindo a grande maioria dos investimentos estrangeiros, não quer dizer que o capital internacional se afastou do Nordeste. Embora marginalizado pela expansão cafeeira no Sudeste, o Nordeste açucareiro também receberá investimentos do exterior. Com o objetivo de reestruturar e homogeneizar a região Nordeste para a reprodução do capital, houve a implementação de ferrovias, melhorias nos portos e financiamento de engenhos e usinas (SANTANA, 1990). Entretanto, mesmo com a reestruturação da região e a utilização de métodos mais modernos de produção não foi possível competir com o açúcar estrangeiro no mercado internacional, de modo que o açúcar nacional passa a abastecer somente o mercado interno (SINGER, 1968).

Nos engenhos centrais e nas usinas passou-se a utilizar, ainda que em pequena quantidade, trabalhadores assalariados; enquanto que nas atividades agrícolas, conforme já citado anteriormente, mantiveram-se as relações de produção não capitalistas. Para Santana (1990), essa contradição entre relações de produção capitalistas e não capitalistas marcou a produção açucareira nordestina ao final do século XIX e contribuiu para o progressivo declínio econômico da região, visto que o predomínio de trabalhadores não assalariados não permitia o surgimento e desenvolvimento de um mercado consumidor interno, restringindo ainda mais o crescimento da região. Na segunda metade do século XIX, enquanto o Sudeste foi se figurando como centro econômico nacional, o Nordeste cada vez mais foi se tornando produtor e exportador de produtos agrícolas, além de se tornar fornecedor de mão de obra para o Sudeste e consumidor dos produtos manufaturados dessa região.

Em relação ao mercado de trabalho, nas cidades do Sudeste, sobretudo na cidade de São Paulo, a questão da mão de obra se resolverá mais facilmente, contribuindo para a prosperidade econômica da região. Nessas áreas, uma grande parcela da população encontrava-se marginalizada, constituindo um expressivo exército industrial de reserva. Tratava-se de indivíduos sem ocupações fixas e qualquer meio regular de vida, visto que as lavouras eram constituídas, em sua maioria, por mão de obra escrava. Os indivíduos pobres e livres encontravam-se desajustados à organização socioeconômica do país, baseada na relação “senhor e escravo”. De tal modo, as primeiras indústrias nascentes encontrarão nesta população sobrando uma oportunidade de conseguir mão de obra fácil e barata, contribuindo para o surgimento do proletariado industrial no Brasil.

Segundo Fernandes (1979), ainda no período colonial se constitui na sociedade brasileira o padrão de *gente de prol*, ou seja, surge a elite nacional, a classe dominante do país; visto que nesse período se acentuam as disparidades sociais por causa da exploração escravista e da expropriação colonial. De acordo com o autor, mesmo após o início da acumulação capitalista no país permanecem as características de exploração que mais lembram a relação entre “colonizador e colonizado” que a relação entre “empresário capitalista e assalariado”.

Embora com o surgimento de novas atividades econômicas, inclusive as indústrias manufatureiras, a organização socioeconômica se manterá pautada na estrutura característica do período colonial, baseada no trabalho escravo e na produção de produtos primários para exportação. Ainda faltava no Brasil um mercado interno amplo e em crescimento, limitado pelas condições socioeconômicas da grande massa pobre da população (PRADO JR., 1981).

Com o advento da República, em 1889, assim como no início do século XX, a economia brasileira estará baseada na produção de bens primários para exportação; diferenciando-se agora a questão da mão de obra, antes predominantemente escrava e, agora, com a presença significativa de trabalhadores assalariados imigrantes. De acordo com Prado Jr. (1981), a questão da mão de obra pôde ser solucionada por meio da abolição da escravidão, favorecendo a expansão do trabalho livre e assalariado e, também, por meio do grande afluxo de imigrantes europeus.

Levine (1983) apresenta a estratificação social da população urbana brasileira no período da República Velha (1889-1930) por meio de cinco diferentes níveis, conforme apresenta o quadro 1.

Os três primeiros níveis eram ocupados pelas classes alta e média da sociedade, correspondendo menos de um habitante para cada dez que viviam nas cidades. Já o nível quatro, abrangia a classe operária, formada, em quase sua totalidade, por imigrantes. Por fim, o nível cinco era composto, sobretudo, por caboclos e negros; população que vivia à margem da sociedade e comportava-se de maneira subserviente aos estratos superiores.

Quadro 1 – Estratificação social da população urbana brasileira durante a República Velha

Nível um	Proprietários Advogados, médicos, outros profissionais Clero Grandes comerciantes; grandes industriais
Nível dois	Funcionários do governo Donos de pequenas indústrias e oficinas; pequenos comerciantes
Nível três	Empregados no comércio Funcionários de empresas privadas Artesãos
Nível quatro	Operários especializados Operadores de máquinas Trabalhadores em transporte; estivadores; empregos marítimos Operários semiespecializados
Nível cinco	Jornaleiros (pessoas que trabalham por jornada); biscateiros; trabalhadores Semi-rurais Empregados domésticos Vendedores de rua, ambulantes, guardas, prostitutas

Fonte: Levine (1983)

Segundo Levine (1983), o capitalismo urbano-industrial acentuava a distância entre os dois últimos níveis. Eram poucos os trabalhadores do nível quatro que recebiam salários suficientes para poupar ou adquirir alguma propriedade; a grande maioria dos trabalhadores acabava por ocupar atividades precárias. De tal modo, era grande a diferença econômica entre o pequeno grupo de trabalhadores do nível quatro e o grande excedente de trabalhadores instáveis do nível inferior. De maneira geral, a grande massa de trabalhadores dos dois últimos estratos vivia em condições degradantes e de extrema miséria. A maioria dos trabalhadores do estrato cinco era composta por pessoas que partiam do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, mas que não encontravam empregos no meio urbano. Nas palavras desse autor,

As elites da cidade devem ter compreendido o fato de que não havia empregos suficientes para os recém-chegados. Em consequência, as redes de trabalho informal espalharam-nos entre o vasto e instável bolo de homens e mulheres sem especialização que dependiam de migalhas da vida da cidade. As cidades produziram especialistas em marginalidade – xepeiros, músicos de rua, lavadeiras,

pequenos criminosos –, mas também criaram pequenas fábricas, lojas e firmas que colhiam seus empregados entre os não especializados e pagavam salários de fome. (LEVINE, 1983, p. 305).

Na indústria, os proprietários preferiam empregar imigrantes europeus, considerados mais dispostos a aprender e mais aptos a exercer as atividades de produção do que os brasileiros. Assim, a imigração foi responsável por determinar a formação da classe trabalhadora brasileira nos centros industriais, principalmente em São Paulo. Na década de 1890, por exemplo, aproximadamente 92% dos trabalhadores nas indústrias brasileiras eram imigrantes, sendo 81% italianos. Visto a grande quantidade de imigrantes e que nem todos conseguiam empregos, muitos se estabeleceram como vendedores de rua, ambulantes e biscateiros (LEVINE, 1983).

Para Fernandes (1979), embora com a desagregação colonial e início do capitalismo nacional tenham ocorrido intensas mudanças na organização da sociedade brasileira, não se pode dizer que as mudanças sociais beneficiaram a todos. Apenas pequena parcela da população, pertencente aos estratos mais altos da sociedade, se beneficiaram das mudanças. Segundo o autor, “a mudança social não se fazia para a *sociedade brasileira*, mas para essa gente, ou seja, para o pequeno universo estamental que continha os ‘homens válidos’ da Nação emergente” (FERNANDES, 1979, p. 42).

Fernandes (1979) sintetiza bem a passagem da sociedade escravocrata para a nascente sociedade capitalista:

A destituição do modo de produção escravista leva, pela primeira vez, a descolonização ao âmago do sistema econômico, revolucionando as bases da ordem social e do sistema de poder. Ela exige que se elimine, gradualmente, a articulação dinâmica entre estruturas socioeconômicas arcaicas e modernas. Todavia, a persistência do esquema exportação-importação e o fato de que a expansão do mercado interno iria revitalizar a grande lavoura, tiveram efeitos especiais. Mantêm-se o trabalho servil disfarçado e várias formas de trabalho semilivre muito tempo depois da universalização do trabalho livre. Portanto, a ordem social competitiva atinge um clímax evolutivo excluindo tanto os brancos pobres, quanto os remanescentes do trabalho escravo, os negros e mulatos que não lograram proletarianizar-se ou classificar-se nos estratos sociais médios e altos. (FERNANDES, 1979, p. 43).

Portanto, mesmo com o fim da sociedade colonial, permanece na sociedade brasileira o contraste entre uma pequena elite dominante e uma grande massa de excluídos (FERNANDES, 1979). Segundo Druck et al. (2010), no Brasil, a precarização do trabalho esteve presente durante toda sua história social e econômica. Se o trabalho escravo

representava a forma mais brutal dessa precarização, ela também se faz presente quando da passagem para o trabalho assalariado.

*b) Mercado de trabalho durante a industrialização nacional*

A década de 1930 marcou o fim do ciclo econômico brasileiro baseado no modelo de acumulação agrário-exportador, dando início ao modelo econômico com base urbano-industrial (OLIVEIRA, 1972; TEIXEIRA, 1998). Até então, a acumulação capitalista brasileira estava voltada para a exportação de poucos produtos primários, sobretudo o café, de modo que a dinâmica econômica do país era dependente da demanda externa. Entretanto, a partir dessa década, o dinamismo da economia brasileira volta-se para o mercado interno e a industrialização nacional (COSTA, 2007). Nas palavras desse autor:

A integração do mercado interno brasileiro fazia parte dos principais objetivos perseguidos pelo novo governo que se constituiu no pós-1930. Colaborava para legitimar a ação intervencionista que se procurava imprimir em relação à economia brasileira por meio de uma série de instituições estatais. A expansão e a integração do mercado interno brasileiro, incluindo o mercado de trabalho, eram, pois, a forma de como se entendia tornar possível o alcance do desenvolvimento econômico que, naquele momento, se identificava com a industrialização. (COSTA, 2007, p. 70).

Embora o Brasil já apresentasse indústrias nas décadas anteriores, a década de 1930 marcou o início do ciclo de industrialização nacional, ainda que bastante simples e dependente das exportações de bens primários para poder importar máquinas e equipamentos para a produção. Nesse contexto de desenvolvimento da indústria nacional, o Estado teve papel importante, visto sua maior intervenção e articulação nas atividades econômicas. As mudanças no Estado se expressaram através da “centralização do poder, do maior aparelhamento burocrático e pelo intervencionismo” (COSTA, 2007, p. 38).

De acordo com Bresser-Pereira (2003), pode-se dizer que nos anos 1930 o Brasil inicia sua Revolução Industrial, dando um salto em seu desenvolvimento a partir de então. Para o autor, o desenvolvimento das lavouras de café, a partir da metade do século XIX, passou a empregar, em grande escala, trabalhadores assalariados, diferentemente de outras culturas do período colonial como a cana-de-açúcar, em que predominava o trabalho escravo. Assim, a expansão do trabalho remunerado permitiu a formação, ainda que incipiente, de um mercado interno; e o desenvolvimento do comércio interno forneceu a base inicial para a instalação da indústria nacional, visto que para o surgimento das indústrias de manufaturas era necessário ter um mercado consumidor interno. Portanto, a expansão da

produção e exportação de café e a utilização de mão de obra assalariada foram os fatores básicos para o desenvolvimento do mercado interno.

O desenvolvimento industrial (embora restrito e destinado a produzir para o mercado interno) exigia uma grande quantidade de mão de obra urbana. Assim, fundamentando-se na dinâmica da acumulação capitalista brasileira, cada vez mais urbana e industrial, era preciso garantir uma oferta de trabalho abundante para se impedir a pressão por maiores salários e não permitir o fortalecimento da organização dos trabalhadores. Deste modo, os trabalhadores nacionais passam a ter mais espaço nas atividades industriais, em substituição à mão de obra imigrante (que já encontrava dificuldades legais para entrar no Brasil). Inicia-se um processo de nacionalização do mercado de trabalho urbano, buscando a maior presença de trabalhadores nacionais, sem acréscimos de trabalhadores estrangeiros. A negação aos imigrantes no mercado de trabalho deve-se ao fato que estes, muitas vezes, articulavam as mobilizações trabalhistas do início do século XX. Assim, novas leis para o mercado de trabalho urbano eram criadas, servindo tanto como atrativo para os trabalhadores como também para manter a disciplina e o controle sobre a força de trabalho (COSTA, 2007).

De tal modo, o período entre as décadas de 1930 e 1970 foi marcado pela estruturação, ainda que de forma incompleta, do mercado de trabalho brasileiro. Durante essas décadas, ocorreu um aumento dos empregos assalariados, sobretudo registrados e queda das ocupações por conta própria, do desemprego e de trabalhadores sem remuneração. Foi um período em que predominou o segmento organizado do mercado de trabalho urbano, com o crescimento de ocupações homogêneas, baseado tanto no crescimento de empresas tipicamente capitalistas, quanto em empresas estatais e administração pública (POCHMANN, 2002 e 2006). A Tabela 3 evidencia essas mudanças ocorridas na condição de ocupação no mercado de trabalho brasileiro durante o período da industrialização nacional.

Até a década de 1970 o mercado de trabalho foi marcado por apresentar um alto grau de dinamismo na geração de postos de trabalho, mas, ainda sim, não foi capaz de completar seu processo de estruturação (TRINDADE, 2000). Portanto, a estruturação é considerada incompleta visto que a homogeneização não apresentou os mesmos níveis de países desenvolvidos. Ainda que crescente os empregos do segmento organizado, permaneciam os problemas típicos de economias subdesenvolvidas, como salários baixos e diferenciais de rendimentos, informalidade e subemprego (POCHMANN, 2006). Para Antunes (1999), o capitalismo industrial no Brasil caracterizou-se (e ainda é caracterizado) pela exploração do trabalhador, através de baixa remuneração e jornada de trabalho prolongada e de alta intensidade.

Tabela 3 – Brasil: Condição de ocupação da população economicamente ativa (PEA) (1940/1980)

PEA	1940	1980
PEA ocupada	93,7	97,2
Empregador	2,3	3,1
Conta própria	29,8	22,1
Sem remuneração	19,6	9,2
Assalariado	42,0	62,8
Com registro	12,1	49,2
Sem registro	29,9	13,6
Desempregado	6,3	2,8

Fonte: Censo/IBGE apud Pochmann (2006)

De acordo com Krein (2001), entre as décadas de 1930 e 1970, o Estado foi responsável pela estruturação do modelo de desenvolvimento observado no país, possibilitando o surgimento de complexos industriais e a criação de um mercado de trabalho via crescimento de trabalhadores assalariados. Essa estratégia de promoção e proteção da indústria nacional recebeu o nome de desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Segundo Teixeira (1998), na década de 1930, ocorre a substituição do modelo de acumulação agrário-exportador para o modelo de desenvolvimento por substituição de importações. Entretanto, o autor aponta três problemas para essa mudança. O primeiro refere-se à divergência entre as relações de trabalho características do modelo agrário-exportador (opostas às relações da industrialização de compra e venda da força de trabalho) e os novos métodos de produção. O segundo problema era a falta de um sistema financeiro para custear a industrialização e, por fim, faltava no país um setor produtor de insumos e bens de capital.

Deste modo, o Estado se tornou o responsável por suprimir esses problemas. Para o primeiro entrave, o Estado foi responsável por regular as relações de trabalho, através da instauração de leis trabalhistas. Para o segundo entrave, na falta de um mercado financeiro, coube ao Estado financiar os investimentos industriais. No último caso, foi o Estado quem deu início à criação do setor produtor de insumos e bens de capital.

Portanto, nesse contexto, o Estado brasileiro aprofunda o seu caráter interventor. O governo assume não só o planejamento da economia através da produção de bens públicos, mas também intervém de forma direta no processo de acumulação. Todavia, segundo Teixeira (1998), essa intervenção do Estado não foi capaz de gerar bem-estar social para a grande maioria da população.

Para Boito Jr (1996), durante o período de industrialização nacional não se constituiu no país um verdadeiro Estado de Bem-Estar Social, de modo que os direitos sociais estabelecidos no período podem ser considerados restritos, precarizados e excludentes. Nesse mesmo sentido, Trindade (2000) aponta que entre as décadas de 1930 e 1970 o mercado de trabalho brasileiro caracterizou-se pela desigualdade nas condições de trabalho. Enquanto uma menor parcela dos trabalhadores incorporou-se nas atividades modernas e dinâmicas da economia, o que possibilitou se estabilizarem no emprego e terem oportunidades de ascender profissionalmente; outra parcela dos trabalhadores, a maioria, encontrou como oportunidade de emprego se inserir em pequenas empresas, sem chances de ascender profissionalmente, assim como ingressar em ocupações informais e trabalhos por conta própria.

### **3.2 Considerações gerais**

Através das especificidades das relações de trabalho no Brasil nos períodos de sociedade agrária e sociedade urbano-industrial, esta parte do estudo buscou mostrar que a precarização e a exploração da mão de obra está presente nas relações de trabalho do país mesmo antes da formação do mercado de trabalho nacional.

A origem colonial-escravocrata do Brasil e o processo de urbanização vinculado ao processo de industrialização são determinantes históricos das condições de trabalho precárias que encontramos no Brasil.

Em suma, enquanto o primeiro período, caracterizado pela passagem da mão de obra escrava para o trabalho livre, ficou marcado pela exploração e precarização do trabalho, caracterizando uma sociedade de extremos entre a elite e a massa populacional; o segundo período (1930-1980) intensificou as mudanças no mundo do trabalho, porém, essas mudanças não foram acompanhadas de reformas sociais, favorecendo uma pequena parcela da população.

## **4 A QUESTÃO SOCIAL E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Neste estudo busca-se apresentar a formação e evolução do mercado de trabalho brasileiro através de sua divisão em quatro etapas principais. As duas primeiras etapas (a passagem do trabalho escravo para a mão de obra assalariada e o período de industrialização nacional) foram abordadas no capítulo anterior, tal que agora será apresentado o período de desestruturação do mercado de trabalho nacional, anos 1980 e 1990, enfatizando a década de 1990, período caracterizado pela intensificação da deterioração e precarização das relações de trabalho no país.

No entanto, antes de se chegar às duas últimas décadas do século XX será feito um retrospecto sobre a relação entre o mercado de trabalho e a questão social. Essa relação se deve ao fato que a “questão social” retrata as desigualdades presentes na sociedade e, portanto, o mercado de trabalho não está imune a ela, visto que as relações e condições de trabalho são excludentes e permeadas de desigualdades sociais. Deste modo, até se chegar ao atual estágio da acumulação capitalista, houve diversas características responsáveis por tornar o mercado de trabalho um ambiente excludente e discriminatório desde suas origens, possibilitando a precarização das relações de trabalho no Brasil.

Assim, na parte 1 deste capítulo será abordada a questão social e sua relação com o mercado de trabalho, bem como aspectos condicionantes da deterioração das relações e condições de trabalho no Brasil. Na segunda seção será abordada a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1980 e 1990. Na parte 3 será analisado o mercado de trabalho nacional na década de 1990. Por fim, na última seção, serão apresentadas as conclusões deste capítulo.

### **4.1 Do início da acumulação capitalista nacional até 1980**

As lutas de classes sempre estiveram presentes na história de qualquer sociedade onde esteve presente o sistema de propriedade privada dos meios de produção. Com o surgimento da sociedade capitalista não apenas mantiveram-se os antagonismos de classes, como foram simplificados; a sociedade passa a se concentrar em duas classes absolutamente distintas, a burguesia e proletariado – capital e trabalho (MARX e ENGELS, 2001). Segundo esses autores, o modo da burguesia se manter é através da condição de sempre estar revolucionando os meios de produção e, conseqüentemente, as relações de produção, de modo a atingir todas as relações sociais.

Para Braverman (1987), a classe trabalhadora é a matéria-prima para a exploração capitalista; é a classe que nada possui além de sua força de trabalho. Portanto, visto essa dominação do capital sobre o trabalho, durante todo o desenvolvimento do capitalismo tem-se o surgimento de diversos problemas sociais que passam a atingir a maioria da população. Na busca de abordar esses problemas em um contexto de processo histórico surge o tema da “questão social” (SANTOS, 2006).

A questão social recebeu essa nomeação, pela primeira vez, nos anos 1830, e de acordo com Castel (1998), pode ser caracterizada da seguinte forma:

A “questão social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. (CASTEL, 1998, p. 30).

Para o autor, na época em que foi estabelecida, a questão social era uma questão do pauperismo da classe trabalhadora, procedente da existência de uma população que era, ao mesmo tempo, agente e vítima da revolução industrial. Castel afirma que a questão social foi se transformando ao longo da evolução da sociedade capitalista e que na atualidade se estabelece uma “nova questão social”, resultado do enfraquecimento da condição salarial.

No caso do Brasil, embora a acumulação capitalista tenha se iniciado mais tardiamente em relação aos países capitalistas centrais, ao longo da formação do país observa-se a presença de aspectos importantes da questão social. De acordo com Ianni (1989), antes mesmo da formação do mercado de trabalho, durante o período de trabalho escravo, já havia uma questão social, caracterizada pelo embate entre forças antagônicas. De um lado, havia o escravo que era propriedade do senhor, e esse, tinha o direito de dispor do primeiro como quisesse; por outro lado, as opções para o escravo eram, entre outras, rebelar-se na senzala ou a fuga, formar um quilombo. Nas palavras de Ianni, “não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente” (IANNI, 1989, p. 190).

O processo gradual de abolição, a emergência do trabalho livre e a busca por melhores condições de vida e de trabalho, essa é a história da questão social no Brasil. A característica maior da sociedade brasileira é seu dualismo intenso. Ianni aponta que, em 1989, por um lado, presencia-se uma indústria crescente e, por outro lado, encontra-se uma

grande parcela da população vivendo em nível de subsistência, se deparando com a pobreza. Vê-se a prosperidade do capital em contraste com a exploração dos trabalhadores urbanos e rurais.

Embora se apresente esse dualismo social entre “elite e proletariado” como questão social, não se deve esquecer que o primeiro é também responsável pela condição do segundo. Ao se tomar a origem desse proletariado, devem-se considerar as dificuldades encontradas por essa parcela da população para se inserir, de fato, na sociedade; sobretudo no caso dos ex-escravos e suas famílias, visto que, mesmo com a abolição da escravidão, não houve medidas para incorporar os ex-escravos e seus familiares em condições que pudessem usufruir de sua cidadania (ANDRADE, 1973; IANNI, 1989).

O fim do trabalho escravo se deu em um período de grande entrada de trabalhadores imigrantes europeus no Brasil, prejudicando ainda mais a população negra, que ficou em quase sua totalidade excluída da produção agrícola como também das novas atividades industriais, visto a grande presença de mão de obra imigrante nessas atividades<sup>4</sup>. E contrastando com os incentivos para promover a vinda de trabalhadores europeus para o Brasil, o Estado não teve a mesma preocupação com os ex-escravos, não sendo capaz de disponibilizar terras e condições de trabalho para os trabalhadores negros no meio rural. De tal modo, a população negra excluída do mercado de trabalho somada a uma quantidade de imigrantes maior que o processo produtivo nacional necessitava<sup>5</sup>, fez com que o mercado de trabalho brasileiro já contasse, desde sua origem, com uma grande quantidade de trabalhadores excedentes (POCHMANN, 2009).

O que se observa, é que ao longo de todo o século XX não houve a preocupação necessária com a população que não pôde ser absorvida pelas atividades industriais, dado o grande fluxo de pessoas partindo do campo em busca de melhores condições nas cidades (IANNI, 1989).

Outro aspecto importante do século XX, notadamente no período de industrialização nacional, refere-se ao desequilíbrio regional. Os investimentos e as atividades econômicas se concentraram nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e na região Sul, polarizando a economia nessa parte do país. Deste modo, além da migração do campo para a cidade também ocorreu no Brasil um grande fluxo migratório entre regiões (como exemplo, a

---

<sup>4</sup> Inicialmente, os trabalhadores imigrantes europeus passaram a integrar a força de trabalho rural (como assalariados ou meeiros), mas, progressivamente, foram indo para o meio urbano, conforme a industrialização se expandia. Poucos estrangeiros fixaram-se diretamente nas cidades, o trabalho rural serviu apenas de acesso para outras atividades econômicas nos núcleos urbanos (PINHEIRO, 1977).

<sup>5</sup> Visto o subsídio para a vinda ao Brasil, houve um excedente de mão de obra imigrante nas fazendas, de modo que muitos imigrantes partiam do campo para a cidade (especialmente São Paulo) em busca de melhores condições (LEVINE, 1983).

migração do Nordeste para o Sudeste), gerando uma grande força de trabalho sobrando. Da mesma maneira que as imigrações de trabalhadores europeus, as migrações internas foram, inicialmente, dirigidas para as atividades rurais, sendo que as migrações diretamente para as cidades intensificaram-se somente depois da Segunda Guerra Mundial (PINHEIRO, 1977).

Assim, a origem do proletariado industrial brasileiro é resultado da combinação de dois grandes grupos. O primeiro é composto predominantemente pelos trabalhadores imigrantes europeus; e o segundo, compreende os ex-escravos e seus descendentes, os imigrantes rurais e os imigrantes de regiões menos desenvolvidas do país. Um sinal dessas migrações pode ser observado através do crescimento das favelas, que começam a cercar as grandes cidades em expansão industrial (PINHEIRO, 1977). Segundo Queiroz Filho (2011), embora o surgimento das favelas no Brasil seja anterior ao período de industrialização do país, o grande crescimento das favelas, a partir da década de 1940, está diretamente relacionado ao processo de urbanização e o intenso processo de industrialização nacional no século XX.

Ao final do ciclo de industrialização nacional observou-se que mesmo apresentando crescimento econômico (através de intensa intervenção estatal), não foram observadas mudanças na qualidade das condições de vida para a maioria da população (LACERDA et al., 2006). Mesmo apresentando crescimento econômico, não houve aumento do bem-estar para toda a população, visto que foi um crescimento amparado na exploração do trabalho. Conforme apresentado no capítulo anterior, o período de industrialização nacional caracterizou-se como um período de estruturação do mercado de trabalho brasileiro, porém uma estruturação de forma incompleta. Embora tenha havido o crescimento de empregos do segmento organizado do mercado de trabalho, o país se industrializou mantendo as características de economia subdesenvolvida de salários baixos e grande presença de trabalhadores à margem da legislação trabalhista.

Pochmann (2011a) aponta duas características presentes na evolução das relações de trabalho no Brasil que prejudicaram a estruturação do mercado de trabalho brasileiro desde sua formação: a falta de uma legislação trabalhista que atendesse as reais necessidades dos trabalhadores, e a falta de planejamento governamental para o movimento migratório durante o período de industrialização nacional.

Em primeiro lugar, em relação à legislação trabalhista, Pochmann aponta que a evolução das relações de trabalho no Brasil provém do predomínio de regimes políticos não democráticos, contrários a progressos sociais e trabalhistas. Como exemplo, o autor cita

que mesmo após a independência nacional, a escravidão só foi abolida em 1888, após várias negociações graduais.

Inicialmente, mesmo não sendo escravos, as condições de vida e de trabalho dos primeiros proletários no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, eram tão precárias quanto àquelas do regime escravocrata. Os operários tinham jornadas de trabalho de até 15 horas diárias, não tinham direito ao descanso semanal remunerado e férias, havia grande presença de crianças trabalhando e o controle sobre a disciplina dos operários no interior das unidades de produção era extremamente rígido (HARDMAN e LEONARDI, 1982).

De acordo com Moretto (2007), nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX, não havia qualquer regulação do mercado de trabalho brasileiro. De um lado, não havia pressão social no Brasil para o Estado regular o mercado de trabalho, pois não era interessante para as classes dominantes (predominantemente formada por oligarquias agrárias regionais) implementar medidas para proteção dos trabalhadores, visto que as classes detentoras do poder se beneficiavam da exploração do trabalho. Por outro lado, regular o mercado de trabalho não era uma necessidade econômica, visto a grande oferta de mão de obra disponível.

Assim, a Constituição de 1891 (que vigorou até 1934) tinha uma concepção liberal, ou seja, o intuito era que o mercado de trabalho não tivesse influências de política ou organização social, de modo que qualquer profissão tivesse direito de ser exercida, ficando as condições de contratação de trabalhadores impostas pelo próprio empregador. Até a década de 1920, qualquer tentativa que buscava regular o mercado de trabalho foi rejeitada.

Na década de 1920, em resposta às greves de 1917 e 1919, e também à assinatura do Tratado de Versalhes (através do qual o governo brasileiro se comprometia a adotar medidas visando a regulação do mercado de trabalho e proteção dos trabalhadores), o Estado começou a abandonar sua visão liberal, posição assumida desde a Constituição de 1891. Deste modo, foram aprovadas leis visando a proteção dos trabalhadores, como a Lei Elói Chaves (que criou Caixas de Aposentadoria e Pensão); criação do Conselho Nacional do Trabalho; e leis sobre férias, trabalho de menores e acidentes de trabalho.

Contudo, será na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, que o Estado passa a intervir mais na questão das relações de trabalho. Durante essa década, antigas leis de regulação do mercado de trabalho e proteção aos trabalhadores foram sendo reformuladas, assim como leis foram criadas, a saber: registro em carteira para trabalhadores urbanos; regulamentação do trabalho feminino, com proibição de discriminação de salários

entre pessoas de gêneros diferentes que exercessem a mesma função; lei proibindo o trabalho de menores de catorze anos; regulamentação da jornada diária e descanso semanal remunerado para trabalhadores da indústria, comércio e serviços; entre outras medidas. No governo Vargas, procurava-se “cooptar a classe trabalhadora urbana através de uma mistura híbrida de populismo, repressão e autoritarismo cooperativista” (LEVINE, 1983, p. 315).

Oliven (1988) faz a seguinte ponderação sobre essas relações trabalhistas:

É claro que as massas urbanas foram eficientemente manipuladas através de políticas paternalistas que tinham como finalidade mantê-las dóceis e sob controle. Com o novo arranjo político, que mais tarde desembocou no fenômeno do populismo, foi estabelecida uma estrutura sindical manipulada e foi criada uma legislação trabalhista. (OLIVEN, 1988, p. 62).

Segundo Levine (1983), embora com a instituição de leis trabalhistas, observou-se que os beneficiados foram, realmente, os trabalhadores com melhores ocupações. Os patrões burlavam as regulamentações legais e continuavam a explorar o proletariado e, ao mesmo tempo, o crescimento do setor industrial aumentou a desigualdade de renda entre os trabalhadores. Os poucos trabalhadores especializados, semiespecializados e operadores de máquinas (ver estratificação social no quadro 1, página 42) passaram a auferir maiores rendimentos; entretanto, o mesmo não ocorreu com a grande massa de trabalhadores manuais, que ainda contavam com baixos salários. De acordo com o autor, mesmo com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), em 1943, o salário mínimo legal estabelecido era extremamente baixo, não exercendo qualquer impacto real sobre o rendimento dos trabalhadores. Ainda com a CLT, os principais beneficiados foram os trabalhadores urbanos, sendo os trabalhadores rurais contemplados, efetivamente, a partir da década de 1960 (POCHMANN, 2011a).

Ao decorrer do ciclo de industrialização brasileira (1930-1980), várias medidas de proteção, inserção e qualificação dos trabalhadores foram sendo implementadas. Porém, eram políticas que, além de atender parcelas restritas da classe trabalhadora, eram praticadas pontualmente, visando atenuar problemas específicos do momento. Entretanto, mesmo com a consolidação dessas políticas de mercado de trabalho, Moretto (2007) destaca que, nesse período, a aplicação das medidas de regulação do mercado de trabalho brasileiro foi muito flexível. Nas palavras desse autor,

...a intervenção do Estado não se preocupou em garantir um padrão de emprego relativamente homogêneo para todo o território nacional. Também não obrigou os empregadores a negociar com os sindicatos e transferir parte dos ganhos de produtividade para os trabalhadores, nem criou mecanismos eficientes de regulação da oferta e da demanda de força de trabalho para conter a competição no mercado de trabalho e elevar os salários da base da pirâmide. (MORETTO, 2007, p. 139).

Segundo Moretto (2007), o debate mais intenso sobre políticas de mercado de trabalho no Brasil só se deu na década de 1980, sobretudo nos anos 1990, pois, nesse período, a economia brasileira passou a enfrentar um novo problema, o desemprego em massa, além do agravamento dos problemas já existentes, como o crescimento dos trabalhadores por conta própria, trabalhadores em atividades não remuneradas e assalariados sem registro em carteira de trabalho. Essa mudança na economia nacional deveu-se ao fato da perda do dinamismo apresentado durante o período de implementação da indústria nacional e, portanto, já não apresentando mais o mesmo ritmo de geração de emprego daquele período.

Deste modo, em 1986, foi instituído o seguro-desemprego, embora com cobertura bastante restrita (cerca de 25% dos trabalhadores demitidos sem justa causa, além de apresentar reposição salarial baixa). No entanto, foi somente nos anos 1990 que as políticas básicas de emprego se consolidaram, com ampliação para um maior número de trabalhadores e maior reposição salarial do seguro-desemprego<sup>6</sup>; complementação do Sistema Nacional de Emprego (SINE)<sup>7</sup>; e criação de programas de qualificação e inserção de trabalhadores.

Assim, o desenvolvimento de políticas de regulação do mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1980 e 1990 não reduziu o desemprego e, também, não contribuiu para a estruturação do mercado de trabalho, visto que se deu em um período em que eram necessárias mudanças estruturais para promover o crescimento da economia brasileira. Portanto, não houve uma reorientação do modelo econômico buscando o dinamismo do mercado de trabalho, mas sim, medidas pontuais em resposta aos problemas específicos do momento. Deste modo, embora sejam políticas implementadas tardiamente, não deixaram de ser relevantes para a constituição de um sistema público de emprego e para a estruturação do mercado de trabalho brasileiro.

Já o segundo ponto destacado por Pochmann (2011a) aborda as consequências do fluxo migratório desordenado, durante o período de industrialização, sobre o mercado de trabalho nacional. O movimento migratório do campo para a cidade no período de industrialização (1930-1980) caracterizou-se por não apresentar planejamento governamental, implicando em problemas sociais como favelização, desemprego e pobreza.

De acordo com Moretto (2007), a migração da população rural para as cidades ocorreu sem qualquer forma de planejamento. Assim, a crescente oferta de mão de

---

<sup>6</sup> Em 1988, a Constituição Federal criou o Programa do Seguro-Desemprego, o qual foi regulamentado por lei em 1990 (MTE, 2012a).

<sup>7</sup> O SINE foi instituído em 1975, e tinha como principal finalidade, na época de sua criação, promover a intermediação da mão de obra através de agências de trabalho (postos de atendimento), localizadas em todo o país. Com a criação do Programa do Seguro-Desemprego, o SINE passa a ter além da função de intermediação de mão de obra, outras duas funções: pagamento do benefício do seguro-desemprego (ação operacionalizada pela Caixa Econômica Federal) e também apoio operacional ao Programa de Geração de Emprego e Renda (MTE, 2012b).

obra, com trabalhadores de baixa qualificação, fugindo da miséria do campo fornecia base para a exploração da força de trabalho. Diante da necessidade, muitos trabalhadores se sujeitavam a serviços de baixa remuneração e más condições de trabalho.

O rápido crescimento da população urbana não foi acompanhado por igual crescimento de demanda por mão de obra na indústria, deixando grande número de trabalhadores oriundos do campo desempregados. Como resultado, muitos trabalhadores buscaram um meio de sobrevivência no setor de serviços e na construção, se sujeitando a baixos rendimentos e trabalho precários, agravando a questão da distribuição de renda no país (MERRICK e GRAHAM, 1981).

Conforme citado anteriormente, a legislação trabalhista, inicialmente, aplicava-se somente aos trabalhadores urbanos. As mudanças introduzidas para esses trabalhadores proporcionaram um crescimento no nível de vida dos assalariados da cidade, quando comparado com os trabalhadores rurais. Deste modo, as novas leis trabalhistas serviram de atrativo para a massa rural, aumentando a mão de obra sobrando nas cidades e agravando os problemas de urbanização (OLIVEN, 1988). Segundo Forman (1979), o aumento das migrações do campo para a cidade só serviu para deslocar a tensão social do meio rural para o urbano.

De acordo com o que foi mostrado no capítulo 2, é importante para a produção e reprodução do capital manter um exército industrial de reserva, e desde o início da acumulação capitalista no Brasil não foi diferente. Além da acumulação capitalista, a própria formação social do país também contribuiu para a exploração do trabalho, crescimento do trabalho precário e permanência de grande parcela da população vivendo em condições de pobreza. Segundo Gros (2003), mesmo com crescimento econômico, a sociedade brasileira era (e ainda é) permeada de desigualdades sociais e econômicas e hierarquias políticas dominantes. O crescimento econômico do país contribuiu para aumentar essas desigualdades e favoreceu, sobretudo, a classe detentora do capital.

#### **4.2 Anos 1980 e 1990: desestruturação do mercado de trabalho brasileiro**

Conforme já apresentado no capítulo anterior, as décadas de 1930 a 1970 destacaram-se pelo grande crescimento econômico brasileiro, já os anos 1980 caracterizaram-se pelo esgotamento do projeto de desenvolvimento nacional e pela crise enfrentada pelo país durante essa década. Com o auxílio dos dados da Tabela 4 e do Gráfico 1 é possível

acompanhar a perda do dinamismo da economia brasileira nas duas últimas décadas do século XX.

Tabela 4 – Taxa de variação percentual do PIB brasileiro: 1930-1999

Período	Variação percentual
1930-1939	55,16
1940-1949	66,03
1950-1959	86,36
1960-1969	64,84
1970-1979	109,48
1980-1989	22,22
1990-1999	22,60

Fonte: Elaboração do IPEA a partir dos dados do Sistema de Contas Nacionais (2012)

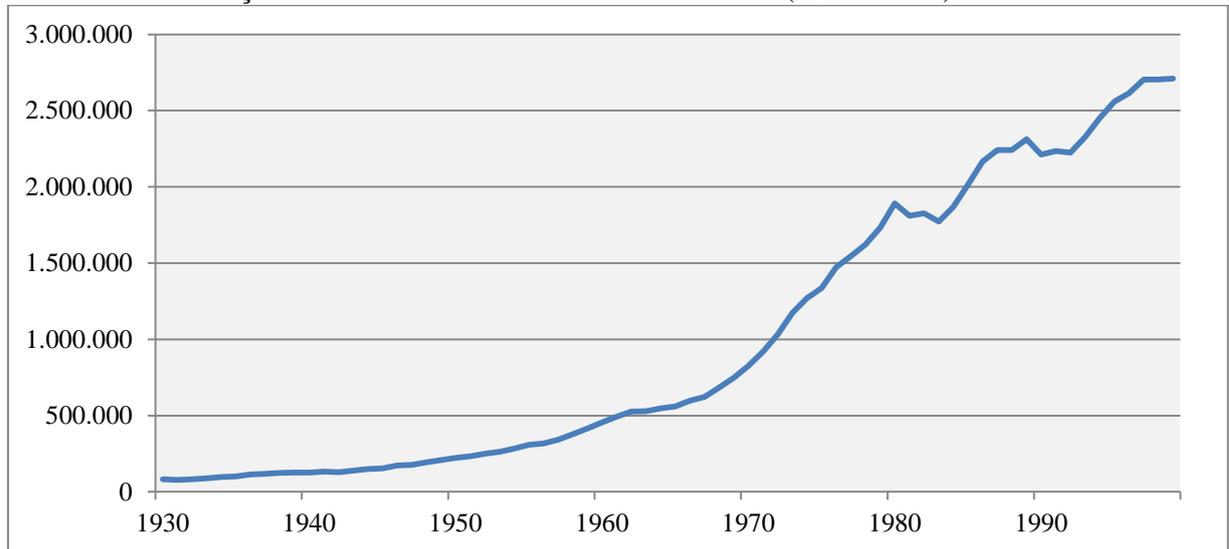
De acordo com os dados da tabela 4, todas as décadas do período de industrialização apresentaram grande crescimento do PIB, sobretudo a década de 1970 que apresentou um aumento no PIB de quase 110%. Já as décadas de 1980 e 1990 apresentaram pequeno incremento no PIB, na faixa de 22% em cada período.

No início dos anos 1980 o Brasil foi marcado por um período de recessão econômica (de acordo com o Gráfico 1, o PIB nacional diminuiu cerca de 6,2% entre os anos de 1980 e 1983), visto que o governo nacional adotou uma política de ajustamento estrutural dado o contexto de crise da dívida externa; impactando negativamente o mercado de trabalho nacional que apresentou um aumento nas taxas de desemprego e também de trabalhadores sem registro e por conta própria. Após 1983, sobretudo na segunda metade da década, deu-se a recuperação da economia, porém, com altas taxas de inflação e instabilidade econômica; houve um aumento do número de assalariados registrados, mas também continuou crescente o número de trabalhadores sem registro e por conta própria (CACCIAMALI, 2000).

O aumento do endividamento externo vem desde o final da década de 1960, e tem seu agravamento a partir de 1979 (ver Gráfico 2), com o novo choque do petróleo e choque dos juros externos. A economia passa a reagir em 1983, quando o Brasil renegociou sua dívida, no final de 1982, após a moratória do México (LACERDA et al., 2006). Os autores citam que com a expansão da dívida externa, aumentou também a dívida interna, consubstanciada na chamada “crise fiscal do Estado”, pois “a dívida externa foi quase toda estatizada por intermédio do aumento expressivo da participação direta do setor público na captação de recursos” (LACERDA et al., 2006, p.157). Para o governo também ficou a

responsabilidade de avaliar os empréstimos que eram contraídos pelo setor privado e para o Banco Central o papel de pagar em dólares as dívidas do setor privado no exterior.

Gráfico 1 – Evolução do PIB brasileiro em milhões de reais (R\$ de 2012): 1930-1999



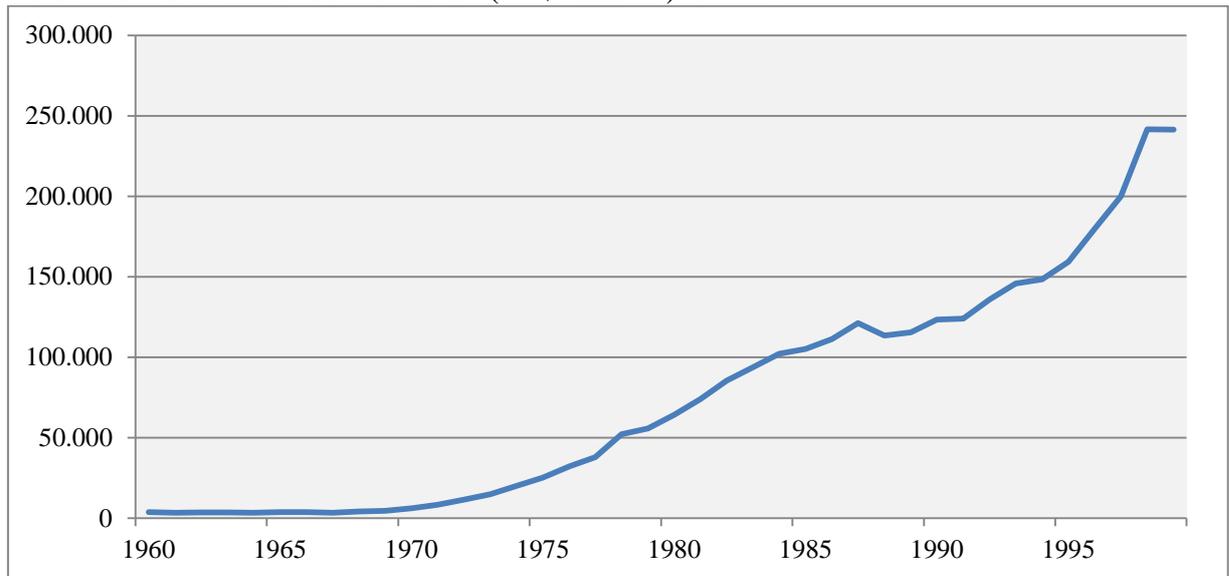
Fonte: Elaboração do IPEA a partir dos dados do Sistema de Contas Nacionais (2012)

Diante do contexto de instabilidade econômica e hiperinflação, na tentativa de manter a estabilidade dos preços, a segunda metade dos anos 80 contou com diferentes planos de estabilização: Plano Cruzado 1 (1986), Plano Cruzado 2 (1987), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989). Todos os planos buscavam controlar a inflação via congelamento dos preços e, inicialmente, conseguiam baixar a inflação, mas após um curto período de estabilidade os preços voltavam a subir [(CASTRO, 2005); (FRANCO, 2005); (LACERDA et al., 2006)].

No campo político, a década de 1980 também ficou marcada pelo processo de transição da ditadura militar para uma nova ordem democrática. Essa redemocratização ocorrida no país, delineando uma nova forma de relacionamento entre o Estado e a sociedade se deu juntamente com a abertura econômica do país e a introdução de novos processos produtivos (GROS, 2003).

Entretanto, a própria sociedade, a organização social do país não se moderniza. As desigualdades sociais não se reduzem, ao contrário, se intensificam, visto que permanece a exploração da população trabalhadora por parte do capital. “A mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social” (IANNI, 1989, p. 202). De tal modo, a grande massa da população tende a se deparar com desemprego, subemprego, ocupações precárias e pauperismo.

Gráfico 2 – Dívida externa brasileira (US\$ milhões): 1960-1999



Fonte: Banco Central do Brasil (2012)

Do início dos anos 1980 até o final dos anos 1990, o Brasil caminhou para uma trajetória de desestruturação do mercado de trabalho, rompendo com a trajetória de estruturação do período anterior. Esse período caracterizou-se pelo predomínio do segmento não-organizado do mercado de trabalho, marcado pelo avanço de ocupações não-homogêneas. Houve crescimento do desemprego, das ocupações não-assalariadas e do desassalariamento – diminuição dos empregos assalariados no total das ocupações – devido à redução dos assalariados com registro e crescimento do desemprego e das ocupações não-organizadas. Essas ocupações são típicas de economias subdesenvolvidas e não pertencem às empresas tipicamente capitalistas, empresas estatais e administração pública. Entretanto, não significa que não houve criação de empregos regulares; empregos assalariados com carteira foram gerados, mas com taxas reduzidas, incapazes de compensar as perdas no emprego formal (POCHMANN, 2002 e 2006).

Para melhor compreensão do período de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, Druck e Borges (2002), apontam a combinação de três fatores responsáveis por aprofundar a crise do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990: reestruturação produtiva, políticas de cunho neoliberal e globalização; que embora apresentados separadamente, são partes de um todo da ofensiva do capital.

*Reestruturação produtiva.* No Brasil, o complexo de reestruturação produtiva tem início na década de 1980, mas terá maior desenvolvimento a partir da abertura econômica da década de 1990. De tal modo, os primeiros impulsos de reestruturação produtiva surgem em 1981, com a crise da dívida externa. Para Alves (2000),

A deterioração das contas externas do país debilitou ainda mais as condições de reprodução do capitalismo industrial no Brasil. Sob inspiração do Fundo Monetário Internacional (FMI), adotou-se uma política recessiva, que contraiu, de modo brutal, o mercado interno (e as importações de bens e serviços) e incentivou as exportações para o mercado internacional. (ALVES, 2000, p. 120).

A partir daí, as grandes empresas, em especial as firmas do setor automobilístico, se viram obrigadas a adotar, embora de maneira introdutória (e restrita), novos padrões organizacionais-tecnológicos (ALVES, 2000). Nas palavras desse autor, houve um “choque de competitividade” nas grandes indústrias do país. As empresas passam a se preocupar com qualidade, buscando elevar a produtividade e a eficiência em razão da concorrência internacional.

Portanto, na década de 80, passa a se estabelecer no Brasil, o “toyotismo restrito” (e seletivo), visto que ainda havia desenvolvimento do fordismo e esse novo modo de produção era encontrado em limitadas indústrias, como a automobilística e a indústria de autopeças, objetivando maior competitividade dos produtos tanto no mercado nacional quanto no internacional. Produtos de maior qualidade, flexibilidade e precisão da produção passaram a ser pontos determinantes na busca de maior competitividade a nível mundial (ALVES, 2000).

Mudanças organizacionais e tecnológicas no modo de produção puderam ser observadas nos anos 1980, mas de forma bem mais lenta do que aquelas observadas nos países centrais desde a década anterior. O Brasil ainda encontrava-se distante da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, já avançadas nos países do centro capitalista (ANTUNES, 1999).

Nos anos 1990, com a abertura econômica no governo Collor, a reestruturação produtiva no Brasil adquire novos traços. De acordo com Alves (2000), nessa década, tem-se no país a mudança de um “toyotismo restrito” para um “toyotismo sistêmico”, marcado por abranger um maior número de empresas. Essa mudança não é caracterizada apenas por maior produção, mas também por crescimento qualitativo, resultado de inovações tecnológico-organizacionais.

Deste modo, a partir dos anos 80 é constituído o “novo (e precário) mundo do trabalho” no Brasil, intensificado a partir dos anos 90, quando o país passa sofrer com problemas no mercado de trabalho típicos dessa nova estruturação na produção (ALVES, 2000). Segundo o autor, há um crescimento do desemprego estrutural, precarização dos

empregos e salários e aumento de pessoas à margem da legislação trabalhista, gerando exclusão social e insegurança entre os trabalhadores.

*Globalização e políticas de cunho neoliberal.* Em novembro de 1989 funcionários do governo estadunidense e membros de diversos organismos financeiros internacionais, especialmente do FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), reuniram-se em Washington com o objetivo de avaliar e discutir as políticas econômicas dos países da América Latina. Para tratar das reformas econômicas ocorridas em seus países também estiveram presentes economistas de diferentes países latino-americanos (BATISTA, 1994; GOTO, 2004).

O encontro acabou ficando conhecido posteriormente pela denominação de *Consenso de Washington*, pois, em 1990, o economista John Williamson resumizou as conclusões desse encontro em seu artigo “*How Much a Consensus?*”, no qual cunhou o termo. No *Consenso de Washington* foram propostas 10 áreas de políticas econômicas a serem seguidas pelos países latino-americanos; são elas: 1) disciplina fiscal (manter um orçamento balanceado); 2) priorização e reorientação dos gastos públicos (transferência dos gastos com subsídios para as áreas de saúde, educação e infraestrutura); 3) reforma tributária (defende o aumento da carga tributária); 4) liberalização financeira (livre movimentação de capitais entre os países); 5) regime cambial (manter taxas de câmbio competitivas); 6) abertura comercial (livre comércio entre os países); 7) fluxos de capital financeiro (não restringir a entrada de IED – Investimento Estrangeiro Direto); 8) Privatização (considera-se a administração da indústria privada mais eficiente, além de que acreditar que as privatizações podem atenuar as necessidades do governo e, no longo prazo, não há necessidade de investimento estatal nessas empresas); 9) desregulação (reduzir o controle sobre o mercado, incentivando a competição); 10) direito de propriedade (o direito de propriedade deve ser bem definido e seguro, mas acredita-se que este seja inseguro na América Latina) (GOTO, 2004).

No Brasil, o governo de Fernando Collor de Mello, iniciado em 1990, buscou implementar as políticas econômicas e uma política externa de acordo com as diretrizes apresentadas no *Consenso de Washington*. Como exemplo, Lacerda et al. (2006), citam que o governo Collor intensificou o processo de abertura econômica (em relação ao fluxo de mercadorias como também em relação ao fluxo de capitais), a desregulamentação do mercado brasileiro e as privatizações.

Devido ao contexto de instabilidade durante a década de 80, havia um atraso tecnológico na economia brasileira em relação aos padrões internacionais. Os métodos de produção e as máquinas e equipamentos encontravam-se ultrapassados. Deste modo, a

abertura econômica foi positiva para os consumidores que passaram a contar com maior variedade de produtos, melhores preços e mais tecnologia. Porém, essa abertura foi negativa para os produtores nacionais, já que eles não tinham condições de competir com as mercadorias importadas, pois acabaram sendo prejudicados com altos tributos e alta taxa de juros, ausência de infraestrutura e excesso de burocracia; conseqüentemente prejudicando o mercado de trabalho nacional com o aumento da taxa de desemprego (LACERDA et al., 2006).

Em relação às privatizações, em 1990, foi criado o Programa Nacional de Desestatização (PND), com o objetivo de intensificar as privatizações, sendo introduzidas novas medidas para aumentar a eficiência das empresas (tanto na produção quanto na comercialização de bens e serviços), promovendo a modernização e reestruturação produtiva do setor industrial.

Além disso, na busca da estabilização dos preços, foi lançado o Plano Collor I, iniciado em março de 1990. Esse plano teve como características principais o congelamento de preços e salários, a adoção do câmbio flutuante, e o sequestro de liquidez (bloqueio por 18 meses das aplicações financeiras que ultrapassassem certo limite), o aumento e criação de impostos, e a diminuição de órgãos públicos e a demissão de seus funcionários (LACERDA et al., 2006).

Como resultado, o Plano Collor I conseguiu diminuir a inflação de 80% ao mês para perto de 10% ao mês nos meses seguintes ao seu lançamento. Porém, a economia estava em forte retratação e a inflação voltou a subir durante o ano (CASTRO, 2005).

O plano de estabilização seguinte foi o Plano Collor II, lançado em fevereiro de 1991, com o objetivo de conter a inflação que estava em torno de 20% ao mês. Seus pontos centrais eram cortar gastos nas administrações públicas, promover a modernização da indústria nacional e acabar com qualquer indexação da economia. A princípio esse plano teve bom resultado, mas a inflação voltou a subir, e o fracasso dos dois planos aliados a vários escândalos políticos e denúncias de corrupção foram determinantes para o *impeachment* de Collor em outubro de 1992 (CASTRO, 2005).

Embora introduzidas no Governo Collor, as políticas neoliberais foram acentuadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995. Nas palavras de Almeida (2009):

A reforma que o presidente FHC conseguiu implementar na Constituição, logo no início do seu governo, completou a abertura da economia para a internalização do capital estrangeiro, que conseguiu avançar em setores que antes estavam regulados pela legislação específica. Só após a desregulação, objeto de referida reforma, foi

possível a entrada de vultuosas somas de capital estrangeiro nas privatizações das empresas estatais, prosseguindo a escalada de fusões e aquisições próprias do modelo neoliberal. (...) o governo aprofundou o programa neoliberal, agravando ainda mais a concentração de renda e o desemprego, processo este que já se tinha iniciado com a posse de Fernando Collor de Mello, em 1990. (ALMEIDA, 2009, p. 183).

Além das privatizações, outras características permitem enquadrar o governo FHC como liberal. Entre outras, pode-se apontar: manutenção de uma alta taxa de juros; sobrevalorização cambial, gerando desequilíbrio externo pelo aumento das importações e queda nas exportações; e desregulamentação do mercado (NEGRÃO, 1996).

Por fim, cabe aqui uma citação extraída de Mega (2007, p. 2), “o PSDB acabou por não se parecer em nada com a Social Democracia que leva, até hoje, em seu nome. Na verdade foi dada sequência às reformas neoliberais que haviam sido tratadas no *Consenso de Washington* e que Fernando Collor já havia iniciado”.

#### **4.3 Mercado de trabalho brasileiro na década de 1990**

A década de 1990 é marcada por ter aprofundado a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, iniciada nos anos 1980. Para Pochmann (2002), desde o início dos anos 1980, o Brasil caminha para uma trajetória de desestruturação do mercado de trabalho, caracterizada pelo aumento do desemprego e precarização das ocupações.

De acordo com Toni (2007), o tema da precarização do trabalho no Brasil passa a ter maior destaque a partir dos anos 1990 devido à maior participação do país na economia mundial e às mudanças ocorridas no sistema capitalista – com a adoção de políticas de cunho neoliberal – resultando em reestruturação produtiva e novas formas de se organizar e gerir o trabalho, como flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho.

Essa dinâmica pode ser melhor analisada com base em alguns indicadores do mercado de trabalho brasileiro para os anos 1990, propondo-se observar as principais transformações que indicam a deterioração das relações de trabalho durante esse período.

Antes, porém, serão apresentadas algumas considerações metodológicas referentes à base de dados e aos procedimentos de análise que serão utilizados. A análise do mercado de trabalho brasileiro na década de 2000 também estará fundamentada nessas mesmas considerações.

### **4.3.1 Base de dados e procedimentos de análise**

Os dados utilizados para a análise do mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1990 e 2000 serão os microdados da PNAD, e a análise será feita com base na estatística descritiva.

Iniciada no segundo semestre de 1967, a PNAD teve seus apresentados trimestralmente até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, a pesquisa passou a ser realizada anualmente. A pesquisa não foi a campo nos anos do Censo Demográfico (1970, 1980, 1991 e 2000) e, excepcionalmente, em 1994. Desde 2004, a PNAD passou a abranger todo o território nacional, inclusive a zona rural da região Norte do país, que não fazia parte das pesquisas anteriores. Entretanto, neste estudo essa área rural é desconsiderada, para que assim, os resultados referentes aos anos 2000 possam ser comparados com os resultados obtidos para a década de 1990, bem como com resultados de outros trabalhos já existentes.

Além da remoção dos dados, a partir de 2004, da área rural da Região Norte do país, outras características referentes aos dados utilizados neste estudo estão presentes no Quadro 2, que apresenta as variáveis utilizadas na análise descritiva. Sequentemente, o Quadro 3 apresenta os indicadores que compõem a análise do estudo.

Quadro 2 – Variáveis para a análise descritiva

<b>Variáveis*</b>	<b>Descrição</b>
PIA	População em Idade Ativa
PEA	População Economicamente Ativa
PNEA	População Não Economicamente Ativa
PO	População Ocupada
PD	População desocupada
Macrorregiões do Brasil	Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.
Cor dos ocupados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brancos: Brancos e Amarelos;</li> <li>• Não brancos: Indígenas, Pretos e Pardos.</li> </ul>
Sexo dos ocupados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Homens;</li> <li>• Mulheres.</li> </ul>
Setores de atividade econômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agrícola;</li> <li>• Indústria;</li> <li>• Comércio e Serviços.</li> </ul>
Posição na ocupação do trabalho principal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empregados com carteira de trabalho assinada;</li> <li>• Militares e funcionários públicos estatutários;</li> <li>• Outros sem carteira de trabalho assinada;</li> <li>• Trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada;</li> <li>• Trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada;</li> <li>• Trabalhadores por conta própria;</li> <li>• Empregadores;</li> <li>• Não remunerados: Não remunerados, Trabalhadores na produção para o próprio consumo e Trabalhadores na construção para o próprio uso.</li> </ul>
Rendimento médio mensal do trabalho principal	Em R\$ de 2009**
Contribuintes para a Previdência Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuintes;</li> <li>• Não contribuintes.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria com base nas PNAD's.

Notas: (\*) Todos os dados são referentes às pessoas com 10 anos ou mais de idade; (\*\*) Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos da PNAD, disponível no *site* do Ipeadata.

Quadro 3 – Indicadores para a análise descritiva

<b>Indicadores</b>	<b>Descrição</b>
Composição do mercado de trabalho	PIA, PEA, PNEA, PO, PD.
Taxa de desemprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de desemprego nacional e por macrorregiões;</li> <li>• Taxa de desemprego segundo a cor;</li> <li>• Taxa de desemprego segundo o sexo.</li> </ul>
Composição e participação percentual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Composição e participação percentual da população ocupada por setor de atividade;</li> <li>• Participação percentual dos empregados assalariados segundo o vínculo empregatício por setor de atividade;</li> <li>• Composição e participação percentual da população ocupada segundo a posição na ocupação do trabalho principal;</li> <li>• Composição e participação percentual da população ocupada segundo o ramo de atividade.</li> </ul>
Nível de Rendimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rendimento médio mensal da população ocupada nacional e por macrorregiões;</li> <li>• Rendimento médio mensal da população ocupada segundo o setor de atividade;</li> <li>• Rendimento médio mensal da população ocupada segundo a posição na ocupação do trabalho principal;</li> <li>• Rendimento médio mensal da população ocupada segundo a cor;</li> <li>• Rendimento médio real da população ocupada segundo o sexo.</li> </ul>
Contribuintes para a Previdência Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação percentual de contribuintes para a Previdência Social no Brasil e macrorregiões;</li> <li>• Participação percentual de contribuintes para a Previdência Social segundo o setor de atividade;</li> <li>• Participação percentual de contribuintes para a Previdência Social segundo a posição na ocupação;</li> <li>• Participação percentual de contribuintes para a Previdência Social segundo a cor;</li> <li>• Participação percentual de contribuintes para a Previdência Social segundo o sexo.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria com base nas PNAD's.

### 4.3.2 Resultados e discussões

Primeiramente, a Tabela 5 apresenta a evolução do número de participantes no mercado de trabalho brasileiro. A população economicamente ativa (PEA) aumentou 13,36% entre 1992 e 1999, passando de 69,9 milhões, em 1992, para 79,3 milhões, em 1999; ou seja, um aumento de aproximadamente 9,4 milhões de indivíduos. Entretanto, esse aumento não foi acompanhado por igual crescimento nas ocupações, visto que o crescimento da população ocupada (PO) foi menor, aumentando 9,6% no período 92-99, passando de 65,3 milhões de ocupados, em 1992, para 71,6 milhões, em 1999; gerando cerca de 6,3 milhões de novas ocupações. De tal modo, a população desocupada (PD) apresentou um crescimento de 67,02% durante esse mesmo período, saltando de 4,5 milhões de desempregados, em 1992, para 7,6 milhões, em 1999; provocando um aumento de quase 3,1 milhões de novos desempregados.

Como resultado, a taxa de desemprego nacional aumentou 3,09 p.p., passando de 6,54%, em 1992, para 9,63%, em 1999 (Tabela 6). O que se percebe com os dados dessa Tabela, é que, inicialmente, a taxa desemprego nacional apresentou uma pequena queda, passando de 6,54% da PEA, em 1992, para 6,03%, em 1995, apresentando crescimento nos anos seguintes da década.

Tabela 5 – Brasil: Evolução do mercado de trabalho (1992-1999)

Ano	PIA	PEA	PNEA	PO	PD
1992	113.651.915	69.969.210	43.682.705	65.395.491	4.573.719
1993	116.088.361	70.965.378	45.122.983	66.569.757	4.395.621
1995	120.936.407	74.763.259	46.763.259	69.628.608	4.509.833
1996	123.578.609	73.120.101	50.458.508	68.040.206	5.079.895
1997	125.045.992	75.213.283	49.832.709	69.331.507	5.881.776
1998	127.689.982	76.885.732	50.804.250	69.963.113	6.922.619
1999	130.052.328	79.315.287	50.737.041	71.676.219	7.639.068
$\Delta\%$ 92-99	14,43	13,36	16,15	9,60	67,02

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Para auxiliar a compreensão dos dados referentes ao mercado de trabalho brasileiro na década de 1990, o Gráfico 3 traz a evolução do PIB brasileiro para esse período. Pode-se notar que os primeiros anos da década (1990 a 1992, período do Governo Collor) foram marcados pelo baixo dinamismo da economia brasileira, tal que entre os anos 1990 e 1992 o PIB nacional cresceu apenas 0,56%; visto que foi um período de instabilidade

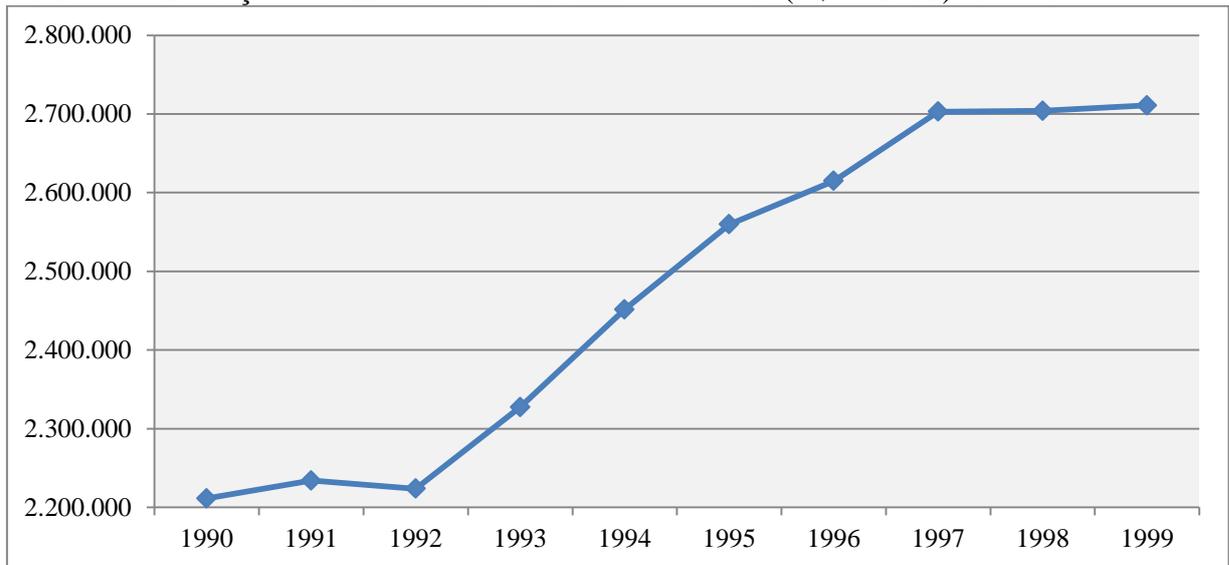
econômica, marcado pelas altas taxas de inflação, reestruturação produtiva e intensificação da abertura econômica.

Durante os anos 1993 e 1997 houve uma recuperação da economia, com o PIB aumentando 16,14% nesse período. Entretanto, foi um período em que não houve recuperação do emprego. Como mostra a Tabela 6, e já citado anteriormente, no período 1992-1995, houve uma ligeira queda da taxa de desemprego nacional que passa a se expandir a partir de então. No geral, entre 1993 e 1997 houve um aumento de 4,2 milhões de indivíduos na PEA, mas a PO teve um incremento de apenas 2,7 milhões, gerando um crescimento de 1,5 milhões de novos desempregados. Por fim, nos dois últimos anos da década (1998 e 1999), a economia brasileira estagnou-se, com um aumento pífio de apenas 0,25% entre 1998 e 1999.

Segundo Silva e Costa (2005), o aumento da taxa de desemprego na segunda metade da década de 1990 está relacionado com as políticas econômicas introduzidas no governo FHC. Embora tenha havido o controle inflacionário com a criação do Plano Real, iniciado em 1994, houve também a adoção de medidas de sobrevalorização cambial e elevação das taxas de juros, tal que o governo FHC apresentou dois problemas de gestão: crescimento do desequilíbrio externo e crise fiscal (GIAMBIAGI, 2005). Segundo esse autor, o desequilíbrio externo foi provocado pelo aumento das importações e queda nas exportações no início do Plano Real, em função da sobrevalorização cambial utilizada para controlar a inflação. Houve uma piora da conta corrente devido ao déficit da balança comercial, e um consequente aumento do endividamento externo para financiar esse déficit.

Já a crise fiscal foi resultado de três fatores: consolidação do déficit primário do setor público; déficit público nominal em torno de 7% do PIB na média de 1995 a 1998; e expansão da dívida pública (GIAMBIAGI, 2005). Para o autor, o Plano real não contou com uma base representada pela política fiscal, ficando o êxito do plano dependente da política monetária de câmbio sobrevalorizado e altas taxas de juros.

Gráfico 3 – Evolução do PIB brasileiro em milhões de reais (R\$ de 2012): 1990-1999



Fonte: Elaboração do IPEA a partir dos dados do Sistema de Contas Nacionais (2012)

Dedecca (2005) aponta as mudanças no mercado de trabalho brasileiro após a introdução do Plano Real:

Os efeitos do Plano Real sobre o mercado de trabalho foram desastrosos, chancelando uma nova relação entre dinâmica econômica e emprego. Apesar do impacto positivo inicialmente criado pelo Plano sobre o desempenho da atividade econômica, observou-se uma contínua deterioração do nível de emprego, acompanhada de uma tendência sustentada de crescimento do desemprego. (DEDECCA, 2005, p. 105).

Os dados da Tabela 6 também exibem o comportamento da taxa de desemprego para as grandes regiões brasileiras durante a década de 1990. Seguindo o comportamento da taxa de desemprego nacional, todas as regiões apresentaram um aumento na taxa de desemprego. Com exceção da região Nordeste, que apresentou um crescimento da taxa de desemprego de 1,82 p.p. no período 92-99, todas as outras regiões apresentaram crescimento acima de 3 p.p. durante o período, acompanhando os dados em nível nacional. Ao final da década, a região Centro-Oeste apresentava uma taxa de desemprego de 9,56%, valor próximo ao observado para o Brasil (9,63%), e as maiores taxas foram observadas no Sudeste (11,19%), seguido pelo Norte (11,05%), e as menores taxas nas regiões Sul (7,98%) e Nordeste (7,99%).

Tabela 6 – Brasil: Taxa de desemprego segundo as macrorregiões (1992-1999)

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1992	6,54	6,07	6,17	7,92	7,48	4,62
1993	6,19	5,69	6,16	8,73	6,87	4,08
1995	6,03	6,49	5,27	8,58	6,75	4,93
1996	6,95	8,25	6,00	7,77	7,83	5,44
1997	7,82	7,32	6,69	9,86	8,97	6,49
1998	9,00	8,81	7,07	9,77	10,82	7,41
1999	9,63	9,56	7,99	11,05	11,19	7,98
$\Delta$ 92-99	3,09 p.p.	3,49 p.p.	1,82 p.p.	3,13 p.p.	3,71 p.p.	3,36 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Outra característica do desemprego no Brasil durante a década de 1990, conforme apresenta Tabela 7, é a diferença entre as taxas de desemprego entre indivíduos brancos e não brancos. Em todos os anos observados, a taxa de desemprego entre os não brancos foi superior àquela observada na população branca, e o aumento do percentual de desempregados não brancos também foi maior. Enquanto a taxa de desemprego entre os brancos aumentou 2,83 p.p. no período 92-99, passando de 6,01%, em 1992, para 8,84%, em 1999, a taxa de desemprego entre os não brancos saltou de 7,17% para 10,59% durante esse mesmo período, ou seja, um aumento de 3,43 p.p. Assim, os dados mostram que a desigualdade racial presente nas relações de trabalho mesmo antes da consolidação do mercado de trabalho brasileiro não apenas permaneceu como se intensificou na década de 1990.

Por fim, apresenta-se a taxa de desemprego nacional nos anos 1990 por gênero (Tabela 8). No período 92-99 a taxa de desemprego entre os homens passou de 5,56% para 7,89%, indicando um aumento de 2,33 p.p.; já entre as mulheres a taxa de desemprego foi maior, aumentando de 8,04% para 12,09%, ou seja, um crescimento de 4,05 p.p. nesse mesmo período. Os dados apontam uma situação mais desfavorável para a PEA feminina, pois, em todos os anos observados, a taxa de desemprego feminino foi maior que a taxa de desemprego entre os homens, e o aumento no percentual de mulheres desempregadas na PEA feminina foi maior que o observado entre os homens na PEA masculina.

Tabela 7 – Brasil: Taxa de desemprego segundo a cor (1992-1999)

Ano	Branços	Não brancos
1992	6,01	7,17
1993	5,60	6,91
1995	5,65	6,63
1996	6,49	7,54
1997	7,27	8,53
1998	8,48	9,64
1999	8,84	10,59
$\Delta$ 92-99	2,83 p.p.	3,43 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Tabela 8 – Brasil: Taxa de desemprego segundo o sexo (1992-1999)

Ano	Homem	Mulher
1992	5,56	8,04
1993	5,38	7,44
1995	5,27	7,29
1996	5,7	8,81
1997	6,38	9,98
1998	7,24	11,58
1999	7,89	12,09
$\Delta$ 92-99	2,33 p.p.	4,05 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Levando-se em conta os diferenciais por gênero no mercado de trabalho, nota-se que “o processo de reestruturação produtiva tem uma nítida dimensão de gênero, pois seus efeitos perversos, desiguais e excludentes atingem de forma particular as mulheres” (ARAÚJO, 2007, p. 3). Para a autora, as mudanças no processo produtivo introduzidas na década de 1990 serviram para reforçar as desigualdades de gênero já existentes no mercado de trabalho brasileiro. Isso pode ser observado pelas diferentes formas de exclusão; seja pela exclusão das trabalhadoras dos empregos formais por meio tanto do desemprego quanto das ocupações informais, seja pelos diferenciais de rendimento, condições de trabalho e oportunidades de ascensão profissional.

Ainda nessa mesma linha de debate sobre os diferenciais de gênero no mercado de trabalho nacional, Druck (2011) destaca o seguinte:

...o atual processo de precarização se evidencia mais fortemente entre as mulheres, porque historicamente são submetidas a condições mais precárias de trabalho,

ocupando lugares “marginais” na estrutura ocupacional e de rendimentos, quando comparadas aos trabalhadores. (DRUCK, 2011, p. 74).

Portanto, com os dados referentes ao desemprego brasileiro durante a década de 1990, pôde-se notar que esse não foi um fenômeno específico de determinada região ou de determinado segmento do mercado de trabalho. Embora tenha havido diferentes taxas de desemprego, assim como diferentes taxas de crescimento do desemprego entre as categorias apontadas, o aumento do desemprego foi um fenômeno geral do mercado de trabalho. E as mudanças apresentadas nas taxas de desemprego por gênero e por cor serviram para mostrar que o mercado de trabalho brasileiro é permeado de desigualdades, visto que o desemprego afetou sobremaneira os indivíduos não brancos e as mulheres.

Além do crescimento do desemprego, mudanças ocorridas nas ocupações também apontam para uma deterioração nas condições de trabalho no mercado de trabalho brasileiro durante a década de 1990. Para tratar dos dados referentes à ocupação dos trabalhadores, a Tabela 9 apresenta a PO nacional por setor de atividade. Ao passo que a parcela de trabalhadores ocupados no setor agrícola reduziu 6,10% no período observado, passando de 18,4 milhões de indivíduos, em 1992, para 17,37 milhões, em 1999, o número de trabalhadores no setor industrial apresentou um pequeno aumento de 3,72% no período (13,3 milhões, em 1992, para 13,8 milhões, em 1999), e o número de ocupados no setor terciário apresentou um aumento mais significativo: 20,58% entre 1992 e 1999, saltando de 33,5 milhões, em 1992, para 40,4 milhões, em 1999. Destaca-se que, diferentemente do setor terciário que registrou uma tendência ascendente em todos os anos do período, a dinâmica do emprego industrial apresentou oscilações.

Em relação à participação percentual do pessoal ocupado em cada setor de atividade no total das ocupações, observa-se a redução na participação dos ocupados no setor primário (28,29%, em 1992, para 24,24%, em 1999) e no setor secundário (20,35%, em 1992, para 19,26%, em 1999) de, respectivamente, 4,05 p.p. e 1,09 p.p.; e crescimento do percentual de trabalhadores no setor terciário de 5,14 p.p., passando de 51,36% da PO, em 1992, para 56,5%, 1999 (ver Tabela 10). Assim, em todo o período, a maioria da PO encontrava-se no setor terciário, seguido pelo setor agrícola e, por fim, o setor industrial. Segundo Barbosa (2004), esse crescimento dos ocupados no setor terciário deve-se à queda do nível de emprego do setor secundário e maior absorção de trabalhadores por conta própria ou empregadores na prestação de serviços.

Tabela 9 – Brasil: População ocupada segundo os setores de atividade (1992-1999)

Ano	Agrícola	Indústria	Comércio e serviços	Total
1992	18.499.716	13.309.735	33.586.040	65.395.491
1993	18.253.856	13.775.594	34.540.307	66.569.757
1995	18.154.242	13.640.404	37.833.962	69.628.608
1996	16.647.037	13.513.222	37.879.947	68.040.206
1997	16.574.976	13.854.145	38.631.599	69.060.720
1998	16.338.100	14.072.164	39.552.849	69.963.113
1999	17.372.105	13.804.961	40.499.153	71.676.219
$\Delta\%$ 92-99	-6,10	3,72	20,58	9,60

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Tabela 10 – Brasil: Composição percentual da população ocupada por setor de atividade (1992-1999)

Ano	Agrícola	Indústria	Comércio e serviços	Total
1992	28,29	20,35	51,36	100,0
1993	27,42	20,69	51,89	100,0
1995	26,07	19,59	54,34	100,0
1996	24,47	19,86	55,67	100,0
1997	24,00	20,06	55,94	100,0
1998	23,35	20,11	56,53	100,0
1999	24,24	19,26	56,50	100,0
$\Delta$ 92-99	-4,05 p.p.	-1,09 p.p.	5,14 p.p.	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Durante todo o período de industrialização nacional houve um movimento migratório do campo para a cidade, implicando em queda na PO no setor agrícola, assim como novas tecnologias e maquinários poupadores de mão de obra também foram responsáveis por diminuir o número de trabalhadores rurais. Esse fluxo migratório do campo

para a cidade permaneceu, ainda que com menor intensidade, durante a década de 1990 (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998).

Já o setor industrial sofreu com a intensificação da abertura econômica no início da década de 1990 e com o aprofundamento das políticas neoliberais durante o governo FHC. Tem-se assim, o aumento da composição orgânica do capital, visto que aumentou a dimensão constante do capital enquanto sua dimensão variável manteve-se próxima dos 14 milhões de trabalhadores, reduzindo sua participação percentual no total das ocupações. Nas palavras de Antunes, houve “a substituição do *trabalho vivo* pelo *trabalho morto*” (ANTUNES, 2006, p. 55).

O resultado mais brutal dessa transformação é o crescimento do desemprego estrutural. Vale lembrar que a Tabela 6 traz apenas a taxa de desemprego aberto, ou seja, a parcela da PEA que procurava trabalho e que não estava exercendo nenhuma atividade, remunerada ou não, na semana de referência. De tal modo, mesmo apresentando crescimento, a taxa de desemprego aberto tende a ser atenuada, visto que não inclui muitos trabalhadores quem se inserem no mercado de trabalho em empregos sem registro, trabalhos por conta própria e em ocupações precárias e de baixo rendimento.

Assim, a queda de empregos no meio rural e a baixa geração de empregos na indústria fez com que muitos trabalhadores buscassem no setor terciário uma maneira de se inserir no mercado de trabalho. Não se quer dizer que todos os empregos gerados no setor terciário foram de baixa qualidade, mas buscar atividades por conta própria, empregos informais e de baixa remuneração foi a saída encontrada por muitos trabalhadores (DRUCK, 2011).

Como indicativo da deterioração das condições de trabalho no setor terciário, pode-se destacar que mesmo esse setor sendo o maior responsável pela geração de empregos na década de 1990, apresentou uma redução na participação percentual de empregados com carteira assinada: 70,3%, em 1992, para 65,48%, em 1999 (ver Tabela 11).

Na mesma direção que o setor terciário, reduziu-se também a participação dos empregados registrados na indústria (74,45%, em 1992, para 67,14%, em 1999), a diferença aqui é que esse setor apresentou uma baixa geração de empregos nos anos 1990. Por fim, apenas o setor agrícola apresentou um crescimento no percentual de empregados com registro em carteira (24,71%, em 1992, para 29,94%, em 1999), mas, ainda sim, permaneceu em todo o período com a menor participação percentual de empregados registrados entre os três setores.

Tabela 11 – Brasil: Composição percentual dos empregados assalariados segundo o vínculo empregatício por setor de atividade (1992-1999)

Ano	Agrícola		Indústria		Comércio e serviços	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira
1992	24,71	75,29	74,45	25,55	70,3	29,7
1993	25,88	74,12	71,57	28,43	68,7	31,3
1995	27,34	72,66	72,93	27,07	68,12	31,88
1996	29,27	70,73	70,52	29,48	66,45	33,55
1997	28,78	71,22	70,21	29,79	67,37	32,63
1998	27,76	72,24	67,84	32,16	66,37	33,63
1999	29,94	70,06	67,74	32,26	65,48	34,52
Δ 91-99	5,23 p.p.	-5,23 p.p.	-6,71 p.p.	6,71 p.p.	-4,82 p.p.	4,82 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

A Tabela 12 apresenta a PO brasileira de acordo com a posição na ocupação. Embora sejam apresentados dados de diferentes posições na ocupação, como o foco deste estudo é a precarização e deterioração das condições de trabalho, não serão discutidos os dados referentes às seguintes categorias: Militares e funcionários públicos estatutários, e Empregadores; categorias tidas como mais estruturadas e de melhor remuneração.

Os dados apontam a manutenção dos empregados com carteira assinada na faixa de 19 milhões de trabalhadores, aumentando apenas 1,49% entre 1992 e 1999, ao passo que o número de empregados sem registro em carteira aumentou 14,25%, passando de 10,8 milhões de trabalhadores, em 1992, para 12,4 milhões, em 1999. A categoria de empregados domésticos também apresentou crescimento, tanto de trabalhadores registrados, como de empregados sem registro; enquanto o número de domésticos com carteira passou de 760 mil, em 1992, para 1,3 milhão, correspondendo a um aumento de 75,57%, o número de domésticos sem carteira aumentou 11,31% (3,5 milhões, em 1992, para 3,9 milhões, em 1999). O número de trabalhadores por conta própria também cresceu, em 1992 o número de pessoas nessa categoria era 14,1 milhões e, em 1999, estava em 16,6 milhões, o que corresponde a um aumento de 17,04%. Por fim, o número de trabalhadores não remunerados (categoria que engloba os Trabalhadores na produção para o próprio consumo, Trabalhadores na construção para o próprio uso e Trabalhadores não remunerados) diminuiu 2,12% no período 92-99, passando de 10,2 milhões de indivíduos, em 1992, para 9,9 milhões, em 1999.

Tabela 12 – Brasil: População ocupada segundo a posição na ocupação (em mil pessoas) (1992-1999)

Posição na ocupação	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	$\Delta\%$ 92-99
Empregados com carteira	19.360	19.295	19.665	19.650	19.876	19.865	19.649	1,49
Militares e estatutários	3.972	4.109	4.627	4.571	4.499	4.555	4.733	19,16
Empregados sem carteira	10.869	11.433	11.368	11.847	11.743	12.278	12.418	14,25
Domésticos com carteira	761	791	981	1.110	1.190	1.229	1.335	75,57
Domésticos sem carteira	3.591	3.808	4.151	3.889	4.046	3.793	3.997	11,31
Conta própria	14.196	14.428	15.719	15.173	15.731	16.066	16.615	17,04
Empregadores	2.407	2.368	2.734	2.485	2.795	2.851	2.922	21,39
Não remunerados	10.216	10.304	10.369	9.278	9.170	9.297	9.999	-2,12
Total	65.370	66.536	69.614	68.001	69.051	69.935	71.666	9,60

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Conforme apresentado na Tabela 12, foi baixo o crescimento de empregados com carteira durante a década de 1990, enquanto a PO cresceu 9,6% entre 1992 e 1999, o número de empregados com registro em carteira cresceu apenas 1,49%. Como resultado desse baixo crescimento reduziu-se a participação percentual dessa categoria no total das ocupações em 2,2 p.p., passando de 29,62% da PO, em 1992, para 27,42%, em 1999 (ver Tabela 13). Assim como os empregados com carteira, diminuiu também a participação percentual dos trabalhadores não remunerados, esse grupo correspondia a 15,63% da PO, em 1992, passando para 13,95%, em 1999, ou seja, uma ligeira queda de 0,39 p.p. no período. Dado o crescimento do número de trabalhadores por conta própria, a participação percentual desses trabalhadores cresceu 1,47 p.p., passando de 21,72%, em 1992, para 23,18%, em 1999.

Todas as outras categorias também tiveram crescimento em sua participação percentual, com destaque para os empregados sem carteira que apresentaram um crescimento de 0,7 p.p. (16,63%, em 1992, para 17,33%, em 1999), o percentual de trabalhadores domésticos com carteira também aumentou 0,7 p.p. (1,16%, em 1992, para 1,86%, em 1999), e trabalhadores domésticos sem carteira cresceu 0,08 p.p. (5,49%, em 1992, para 5,58%, em 1999).

De acordo com Cacciamali (2000), com a implementação do Plano Real há um crescimento do desemprego, reagindo ao contexto de abertura econômica, de

reestruturação produtiva e de queda nas ocupações do setor industrial. Diante disso, cresce o número de trabalhadores por conta própria e trabalhadores sem registro. A partir daí se tem início uma expansão do setor terciário em micro e pequenas empresas, dos assalariados sem registro e dos trabalhadores por conta própria.

Tabela 13 – Brasil: Composição percentual da população ocupada segundo a posição na ocupação (1992-1999)

Posição na ocupação	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Δ 92-99
Empregados com carteira	29,62	29,00	28,25	28,90	28,79	28,40	27,42	-2,20 p.p.
Militares e estatutários	6,08	6,18	6,65	6,72	6,52	6,51	6,60	0,53 p.p.
Empregados sem carteira	16,63	17,18	16,33	17,42	17,01	17,56	17,33	0,70 p.p.
Domésticos com carteira	1,16	1,19	1,41	1,63	1,72	1,76	1,86	0,70 p.p.
Domésticos sem carteira	5,49	5,72	5,96	5,72	5,86	5,42	5,58	0,08 p.p.
Conta própria	21,72	21,68	22,58	22,31	22,78	22,97	23,18	1,47 p.p.
Empregadores	3,68	3,56	3,93	3,65	4,05	4,08	4,08	0,39 p.p.
Não remunerados	15,63	15,49	14,90	13,64	13,28	13,29	13,95	-1,68 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Mattoso e Pochmann (1995) já destacavam o rumo que o mercado de trabalho estava tomando em relação às mudanças na composição das ocupações por setor de atividade, apontando que o setor primário caminhava para crescente redução da participação ocupacional, enquanto a indústria apontava para continuar reduzindo sua participação relativa no total das ocupações. Já o setor terciário, mesmo ampliando o número de trabalhadores, se mostrava incapaz de gerar postos de trabalho proporcionalmente à queda nos outros dois setores, refletindo em aumento da taxa de desemprego.

Com a desaceleração na geração de empregos com carteira de trabalho assinada nos anos 1990, pôde-se perceber uma mudança na qualidade das ocupações geradas no país. Além do aumento do desemprego, ampliou-se o número de trabalhadores sem registro e as ocupações por conta própria, o que implica em maior precarização das condições de trabalho. Embora o trabalhador por conta própria possa estar ocupado com boas condições de trabalho e bom rendimento, na maioria dos casos o trabalho por conta própria apresenta condições de trabalho precárias, seja em termos de segurança, saúde, baixo rendimento e não contribuição à Previdência Social (TRINDADE, 2000). De acordo com Pochmann (2001), o trabalho por conta própria que mais se expandiu no país durante a década de 1990 foi aquele

caracterizado como tradicional, ou seja, o conhecido trabalho autônomo, que se depara com condições precárias de trabalho e rendimento contido.

A mudança no rendimento dos trabalhadores também evidencia a deterioração das condições de trabalho na década de 1990. Como já abordado na seção anterior, nos primeiros anos da década de 1990, a economia brasileira estava em um período de instabilidade, com a intensificação da abertura comercial e com altos índices de inflação. Visto esse contexto de altos índices de inflação, os salários dos trabalhadores eram indexados aos índices de preços, a fim de acompanhar as variações, mas o aumento no nível de preços contribuía para a corrosão dos salários da grande maioria de trabalhadores, que não contava com mecanismos para proteger suas rendas, pois embora houvesse indexação salarial, os rendimentos não acompanhavam *pari passu* as mudanças na inflação (TRINDADE, 2000).

Com a implementação do Plano Real, em 1994, foi possível obter a estabilidade dos preços; assim, em 1995, através de duas Medidas Provisórias (MP 1053/95 e MP 1079/95) o governo pôs fim à indexação salarial. Com o nível de preços estável, houve um grande salto nos rendimentos reais em 1995 (Tabela 14), contudo, embora tenha tido êxito na estabilidade de preços, as mudanças introduzidas por FHC afetaram negativamente o mercado de trabalho nacional.

De acordo com a Tabela 14, no período 92-96 houve um crescimento no rendimento médio mensal real da PO brasileira, passando de R\$ 837, em 1992, para R\$ 1.055, em 1996; porém, nos anos seguintes o rendimento seguiu em queda, atingindo R\$ 997, em 1999. Considerando todo o período observado, houve um aumento no rendimento médio de 19,08%, no entanto, no período 95-99, anos do governo FHC, a renda média decresceu 5,52%.

Situação semelhante também pôde ser observada para todas as regiões do Brasil, que apresentaram um crescimento do rendimento real quando se considera toda a década de 1990, mas que apresentou queda a partir de 1996. Os dados também evidenciam o diferencial de rendimentos entre as regiões; ao final dos anos 1990 vê-se que a maior renda média encontrava-se na região Sudeste, seguida por Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Os dados da Tabela 15 trazem o rendimento real de acordo com o setor de atividade da PO. Os menores rendimentos, durante todos os anos observados, foram para os trabalhadores do setor primário, que apresentaram um aumento de apenas 3,59% entre 1992 e 1999. Os trabalhadores da indústria eram os que recebiam os maiores rendimentos em 1992, seguidos pelos ocupados no setor terciário; situação que se inverteu durante a década, visto

que o crescimento da renda média dos ocupados em comércio e serviços aumentou 24,48% entre 1992 e 1999, enquanto para a PO na indústria o aumento foi de somente 3,98%.

Tabela 14 – Brasil: Rendimento médio mensal real da população ocupada por macrorregiões (1992-1999)

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sul	Sudeste
1992	837	850	484	715	1008	921
1993	871	993	500	780	1023	990
1995	1055	1063	596	951	1288	1139
1996	1093	1126	643	960	1322	1150
1997	1086	1142	616	928	1328	1143
1998	1075	1138	614	877	1324	1129
1999	997	1053	578	836	1212	1073
$\Delta\%$ 92-99	19,08	23,78	19,40	16,99	20,15	16,53

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos da PNAD.

Tabela 15 – Brasil: Rendimento médio mensal real por setor de atividade (1992-1999)

Ano	Agricultura	Indústria	Comércio e serviços
1992	463	974	896
1993	506	977	935
1995	521	1.180	1.154
1996	552	1.151	1.206
1997	524	1.151	1.202
1998	497	1.129	1.192
1999	479	1.013	1.116
$\Delta\%$ 92-99	3,59	3,98	24,48

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos da PNAD.

Em relação ao rendimento médio de acordo com a posição na ocupação, os dados da Tabela 16 apontam que os menores rendimentos foram observados para os trabalhadores domésticos sem carteira. Apesar de terem apresentado o maior crescimento na renda média durante o período (42,65% entre 1992 e 1999), o rendimento passou de R\$ 200, em 1992, para R\$ 285, em 1999. O que se observa, é que mesmo apresentando crescimento nos rendimentos, a categoria dos trabalhadores domésticos é caracterizada por receber a menor renda média entre as diferentes ocupações, pois os domésticos com registro em carteira apresentaram a segunda menor renda média durante a década de 1990; passando de R\$ 381, em 1992, para R\$ 461, em 1999; o que corresponde a um aumento de 21,02% no período 92-99. De acordo com Namir (2006), o trabalho doméstico é considerado uma das formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho, visto o baixo percentual de empregados com registro em carteira e o baixo nível de rendimento do pessoal ocupado nessa categoria.

Além dos empregados domésticos, outra categoria marcada pelos baixos rendimentos é o grupo dos empregados que não possuem registro em carteira, que tiveram um aumento em seu rendimento médio de 41,37% entre 1992 e 1999, passando de R\$ 392, em 1992, para R\$ 555, em 1999. Embora tenha aumentado cerca de 41%, a renda média dos empregados sem carteira ainda era, em 1999, metade do rendimento médio observado entre os empregados com carteira, que apresentaram um pequeno crescimento (6,64% entre 1992 e 1999), passando de R\$ 1040, em 1992, para R\$ 1109, em 1999. Para completar a análise da Tabela 15, os trabalhadores por conta própria apresentaram um aumento na renda média de 22,53% no período 92-99, evoluindo de R\$ 689, em 1992, para R\$ 844, em 1999.

Tabela 16 – Brasil: Rendimento médio mensal real segundo a posição na ocupação (1992-1999)

Posição na ocupação	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	$\Delta\%$ 92-99
Empregados com carteira	1040	1039	1168	1174	1185	1197	1109	6,64
Militares e estatutários	1232	1296	1590	1591	1629	1675	1620	31,43
Empregados sem carteira	392	409	533	576	583	599	555	41,37
Domésticos com carteira	381	353	427	449	453	466	461	21,02
Domésticos sem carteira	200	194	287	305	302	295	285	42,65
Conta própria	689	760	930	1038	962	908	844	22,53
Empregadores	2555	2966	3684	3923	3772	3625	3264	27,75

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos da PNAD.

Portanto, pôde-se observar que o rendimento médio dos trabalhadores domésticos (com e sem registro em carteira), dos empregados sem registro em carteira e dos trabalhadores por conta própria foi, em todos os anos observados, menor que o rendimento médio dos empregados registrados, assim como também foi menor que a renda média da PO brasileira, apresentada na Tabela 14.

As Tabelas 17 e 18 trazem, respectivamente, a renda média mensal da PO brasileira de acordo com a cor e com o gênero. Primeiramente, na Tabela 13, constata-se o diferencial de rendimentos entre os indivíduos brancos e os não brancos; enquanto a renda média dos brancos passou de R\$ 1076 para R\$ 1284 no período 92-99, a renda dos não brancos foi, em todos os anos, aproximadamente metade daquela observada no primeiro grupo, aumentando de R\$ 533, em 1992, para R\$ 623, em 1999.

Tabela 17 – Brasil: Rendimento médio mensal real da população ocupada segundo a cor (1992-1999)

Ano	Branco	Não branco
1992	1076	533
1993	1133	537
1995	1364	653
1996	1404	674
1997	1407	665
1998	1394	662
1999	1284	623
$\Delta\%$ 92-99	19,33	16,78

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos da PNAD.

Já entre os trabalhadores do sexo masculino e feminino verifica-se que os homens receberam, em todos os anos, maiores rendimentos. Em 1992, enquanto a renda média da PO masculina era R\$ 970, entre as mulheres o rendimento médio era de R\$ 595; já em 1999, a diferença entre os rendimentos diminuiu, visto que entre os homens a renda média era de R\$ 1128, e entre as mulheres era de R\$ 777 (ver Tabela 18).

Tabela 18 – Brasil: Rendimento médio mensal real da população ocupada segundo o sexo (1992-1999)

Ano	Homem	Mulher
1992	970	595
1993	1020	601
1995	1223	764
1996	1251	821
1997	1242	813
1998	1224	821
1999	1128	777
$\Delta\%$ 92-99	16,30	30,52

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos da PNAD.

Por fim, foram observadas as seguintes características nos rendimentos dos trabalhadores brasileiros durante a década de 1990. De maneira geral, o período entre os anos 1992 e 1999 foi marcado pelo crescimento do rendimento médio mensal; entretanto, considerando-se apenas os anos do governo FHC houve uma redução na renda média em todos os recortes observados. Para Trindade (2000), além de o governo Collor ter inserido o Brasil de forma passiva no novo contexto econômico internacional, o governo FHC aprofundou as políticas neoliberais que intensificaram a desestruturação e deterioração do mercado de trabalho brasileiro. Segundo esse autor,

De forma inteiramente subordinada aos interesses dos países avançados e dos organismos multilaterais, o Brasil passou a executar as “orientações” externas sem desenvolver um programa de políticas sociais compensatórias ou de uma política industrial que fosse capaz de proporcionar condições ao nosso setor produtivo de estruturar-se no sentido de enfrentar a concorrência em um mercado altamente competitivo. (TRINDADE, 2000, p. 96-97).

Portanto, observa-se que, na década de 1990, permaneceram as desigualdades historicamente presentes na sociedade brasileira, visto que permaneceram as diferenças entre raça e gênero, como também se avivaram as diferenças entre raça, enfatizando a precarização do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990.

Outro indicativo de precarização das condições de trabalho refere-se ao número de ocupados contribuintes para a Previdência Social. Uma vez que sem contribuir para esse benefício o trabalhador fica sem garantia de renda em casos como doença, acidente e gravidez, além de não ter direito a receber aposentadoria quando deixar de fazer parte da PEA.

De acordo com a Tabela 19, para os dados em nível de Brasil, o percentual de contribuintes para a Previdência não sofreu grandes alterações; com quedas e aumentos nos anos selecionados para a década de 1990, o número de contribuintes iniciou e terminou a década em torno de 43% da PO. Ou seja, nos anos 1990, menos da metade dos ocupados no Brasil não contribuíam para a Previdência.

Tabela 19 – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo as macrorregiões (1992-1999)

Região		1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	$\Delta$ 92-99
Brasil	Contr.	43,36	42,84	42,83	43,48	43,72	44,1	43,28	-0,08 p.p.
	Não contr.	56,64	57,16	57,17	56,52	56,28	55,9	56,72	0,08 p.p.
Centro-Oeste	Contr.	36,87	36,63	37,46	38,35	39,95	41,66	40,34	3,47 p.p.
	Não contr.	63,13	63,37	62,54	61,65	60,05	58,34	59,66	-3,47 p.p.
Nordeste	Contr.	23,9	23,26	23,94	25,12	24,56	25,00	24,35	0,44 p.p.
	Não contr.	76,1	76,74	76,06	74,88	75,44	75,00	75,65	-0,44 p.p.
Norte	Contr.	34,25	33,16	33,01	33,71	32,94	34,23	34,21	-0,04 p.p.
	Não contr.	65,75	66,84	66,99	66,29	67,06	65,77	65,79	0,04 p.p.
Sudeste	Contr.	57,22	56,34	55,97	55,51	56,26	56,69	55,27	-1,95 p.p.
	Não contr.	42,78	43,66	44,03	44,49	43,74	43,31	44,73	1,95 p.p.
Sul	Contr.	45,56	46,21	46,04	47,71	48,27	48,36	48,85	3,29 p.p.
	Não contr.	54,44	53,79	53,96	52,29	51,73	51,64	51,15	-3,29 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Observando-se os dados por regiões, notam-se diferentes situações em relação ao percentual de contribuintes para a Previdência. Durante toda a década de 1990, a região com o maior percentual de contribuintes foi o Sudeste; contudo, houve uma pequena queda no percentual de contribuintes dessa região no período analisado, passando de 57,22%, em 1992, para 55,27%, em 1999. Após o Sudeste, a região com o maior percentual de contribuintes foi o Sul, que ao contrário da primeira região apresentou um crescimento na

participação percentual de contribuintes, visto que o percentual de contribuintes passou de 45,56% para 48,85%, entre 1992 e 1999.

Por outro lado, a região com o menor percentual de contribuintes foi o Nordeste, que, em 1992, contava com apenas 23,90% da PO contribuindo para a Previdência; situação que não apresentou grandes melhoras durante a década, visto que, em 1999, o percentual de contribuintes era 24,35% da PO. Além do Nordeste, outra região com baixa participação de ocupados contribuindo para a Previdência foi o Norte, que também não apresentou mudanças significativas durante a década, mantendo-se em torno de 34% a participação de contribuintes em 1992 e 1999.

Por fim, para completar a análise de contribuintes por regiões do Brasil, tem-se o Centro-Oeste. Essa região apresentou o maior aumento na participação de contribuintes, passando de 36,87%, em 1992, para 40,34%, em 1999; mas, ainda sim, um percentual que não corresponde à metade do número de ocupados.

A Tabela 20 apresenta a participação percentual de contribuintes para a Previdência segundo o setor de atividade da PO. Percebe-se que o setor agrícola era o setor com o menor percentual de contribuintes durante a década de 1990. Embora tenha apresentado um pequeno aumento entre os anos 1992 e 1999, a participação de trabalhadores desse setor contribuindo para a Previdência permaneceu baixa, passando de 8,50%, em 1992, para 9,93%, em 1999. Já no setor industrial e no setor terciário houve uma diminuição na participação percentual de contribuintes; enquanto no primeiro o percentual caiu de 62,72%, em 1992, para 55,09%, em 1999; no segundo o percentual passou de 54,89% para 53,56% no período 92-99.

Também é possível observar as mudanças em relação ao percentual de contribuintes para a Previdência segundo a posição na ocupação, conforme mostra a Tabela 21. Ainda que os trabalhadores com carteira de trabalho assinada devam, automaticamente, ser filiados à Previdência, nota-se que até 1997 nem todos os empregados registrados eram contribuintes. De acordo com a Tabela 20, o percentual de empregados registrados contribuindo passou de 98,25%, em 1992, para 97,63%, em 1997, e, nos dois anos seguintes da década atingiu o patamar de 100%. O mesmo se deu para os trabalhadores domésticos com registro em carteira, que não contava com o total de ocupados na categoria contribuindo para a Previdência, situação que mudou em 1998 e 1999.

Tabela 20 – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo o setor de atividade (1992-1999)

Setor de atividade		1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Δ 92-99
Agrícola	Contribuintes	8,50	8,94	8,95	10,11	9,74	9,20	9,93	1,43 p.p.
	Não contribuintes	91,50	91,06	91,05	89,89	90,26	90,80	90,07	-1,43 p.p.
Indústria	Contribuintes	62,72	60,60	60,03	58,03	57,51	56,00	55,09	-7,63 p.p.
	Não contribuintes	37,28	39,40	39,97	41,97	42,49	44,00	44,91	7,63 p.p.
Comércio e serviços	Contribuintes	54,89	53,67	52,90	52,94	53,35	54,27	53,56	-1,34 p.p.
	Não contribuintes	45,11	46,33	47,10	47,06	46,65	45,73	46,44	1,34 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Tabela 21 – Brasil: Composição da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo a posição na ocupação (1992-1999)

Posição na ocupação	Cont. Prev. Social	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Δ 92-99
Empregados com carteira	Contr.	98,25	98,07	98,15	96,55	97,63	100,00	100,00	1,75 p.p.
	Não contr.	1,75	1,93	1,85	3,45	2,37	0,00	0,00	-1,75 p.p.
Militares e estatutários	Contr.	86,86	87,36	88,00	83,78	87,80	93,47	94,03	7,17 p.p.
	Não contr.	13,14	12,64	12,00	16,22	12,20	6,53	5,97	-7,17 p.p.
Empregados sem carteira	Contr.	6,25	6,83	6,78	8,66	8,37	8,49	8,59	2,34 p.p.
	Não contr.	93,75	93,17	93,22	91,34	91,63	91,51	91,41	-2,34 p.p.
Domésticos com carteira	Contr.	94,98	94,28	94,41	91,20	94,90	100,00	100,00	5,02 p.p.
	Não contr.	5,02	5,72	5,59	8,80	5,10	0,00	0,00	-5,02 p.p.
Domésticos sem carteira	Contr.	2,92	2,43	2,88	3,31	3,06	2,78	2,64	-0,29 p.p.
	Não contr.	97,08	97,57	97,12	96,69	96,94	97,22	97,36	0,29 p.p.
Conta própria	Contr.	19,05	19,07	17,44	18,82	17,42	15,61	15,42	-3,63 p.p.
	Não contr.	80,95	80,93	82,56	81,18	82,58	84,39	84,58	3,63 p.p.
Empregadores	Contr.	64,70	64,27	65,23	64,81	61,54	60,45	59,38	-5,32 p.p.
	Não contr.	35,30	35,73	34,77	35,19	38,46	39,55	40,62	5,32 p.p.
Não remunerados	Contr.	1,01	1,24	1,01	1,44	1,46	1,16	1,13	0,11 p.p.
	Não contr.	98,99	98,76	98,99	98,56	98,54	98,84	98,87	-0,11 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Já para os empregados sem carteira de trabalho assinada o percentual de contribuintes apresentou um pequeno aumento durante os anos 1990, mas ainda permaneceu baixo, visto que apenas 6,25% desses trabalhadores contribuía para a Previdência em 1992, passando para 8,59%, em 1999. Entre os trabalhadores por conta própria também era baixo o

percentual de contribuintes, e ainda sofreu queda durante os anos observados da década de 1990, passando de 19,05%, em 1992, para 15,42%, em 1999. Os trabalhadores não remunerados apresentaram o menor percentual de contribuintes para a Previdência, ficando na faixa de 1%, em todos os anos observados, a participação percentual de contribuintes.

Até mesmo as categorias marcadas por maior estruturação nas relações de trabalho não contavam com o total de trabalhadores da categoria contribuindo para a Previdência. A categoria de funcionários públicos estatutários e militares foi a que contava com a maior participação percentual de contribuintes, e teve esse percentual aumentado, saltando de 86,86%, em 1992, para 94,03%, em 1999. Por fim, a categoria de empregadores apresentou uma queda no percentual de contribuintes, passando de 64,70%, em 1992, para 59,38%, em 1999.

Ao observar os dados de contribuintes por gênero (Tabela 22) nota-se que entre os homens houve uma pequena redução no percentual de contribuintes (46,04%, em 1992, para 44,07%, em 1999), ao passo que entre as mulheres a mudança foi positiva, visto que a participação percentual de contribuintes aumentou de 39,12%, para 42,10% no período 92-99. Deste modo, ainda que entre os homens o percentual de contribuintes seja superior àquele observado entre as mulheres, em ambos os casos nem metade dos ocupados encontram-se protegidos pela Previdência Social.

Tabela 22 – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo o sexo (1992-1999)

Sexo		1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Δ 92-99
Homem	Contr.	46,04	45,48	45,12	44,99	45,02	44,76	44,07	-1,97 p.p.
	Não contr.	53,96	54,52	54,88	55,01	54,98	55,24	55,93	1,97 p.p.
Mulher	Contr.	39,12	38,71	39,39	41,15	41,71	43,08	42,1	2,98 p.p.
	Não contr.	60,88	61,29	60,61	58,85	58,29	56,92	57,9	-2,98 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

A Tabela 23 traz o percentual de contribuintes para a Previdência segundo a cor dos ocupados. Aqui não são observadas mudanças significativas no decorrer da década, uma vez que a participação percentual de contribuintes de cor branca permaneceu em torno de 51% durante todos os anos 1990, e entre os não brancos o percentual permaneceu próximo aos 33%. De maneira geral, pode-se notar a menor participação percentual de contribuintes entre os indivíduos não brancos, avultando a desigualdade racial presente no mercado de trabalho brasileiro.

Tabela 23 – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo a cor (1992-1999)

Cor		1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	$\Delta$ 92-99
Branco	Contr.	51,64	51,15	50,74	50,65	51,41	51,74	51,03	-0,61 p.p.
	Não contr.	48,36	48,85	49,26	49,35	48,59	48,26	48,97	0,61 p.p.
Não branco	Contr.	33,27	32,57	32,96	34,22	34,12	34,67	33,68	0,41 p.p.
	Não contr.	66,73	67,43	67,04	65,78	65,88	65,33	66,32	-0,41 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

#### 4.4 Considerações gerais

Este capítulo buscou apresentar a evolução do processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, iniciado na década de 1980 e intensificado nos anos 1990. No entanto, antes se buscou abordar o tema da questão social e sua relação com o mercado de trabalho, apresentando características das relações de trabalho no Brasil que apontam as desigualdades e a precarização das condições de trabalho no Brasil desde antes da formação do mercado de trabalho nacional.

Além das características históricas de precariedade nas relações de trabalho no Brasil, têm-se também fatores que acentuaram a deterioração das condições de trabalho no país nas últimas décadas do século XX. Após o esgotamento do projeto de industrialização nacional e consequente perda do dinamismo econômico, na década de 1980, o mercado de trabalho já começou a apresentar sinais de desestruturação, agravados nos anos 1990 diante da maior abertura econômica e introdução de políticas neoliberais, sobretudo a partir de 1995. Diante disso, foram apresentados alguns indicativos da deterioração das condições de trabalho na década de 1990, mais precisamente na segunda metade da década.

Houve um aumento do desemprego em nível nacional, assim como em todos os recortes observados: por macrorregiões, por gênero e por cor. Além do crescimento do desemprego, reduziu-se a população ocupada nas atividades agrícolas e o setor industrial apresentou uma baixa geração de empregos; fatores que contribuíram, em grande parte, para o crescimento das ocupações no setor terciário. Apesar da expansão nas ocupações, o setor terciário sofreu uma redução do percentual de empregados registrados; redução que também pôde ser observada no setor industrial, embora aqui a geração de empregos tenha sido baixa. Já no setor agrícola, houve uma pequena expansão de empregados com carteira assinada

durante a década de 1990, mas ainda era baixo o percentual de empregados registrados ao fim do período.

Em relação à condição de ocupação dos trabalhadores, houve um aumento no percentual dos empregados sem registro em carteira e das ocupações por conta própria, e redução dos empregados registrados; aspecto que destaca que trabalhar por conta própria ou em atividades informais foi o meio encontrado por muitos trabalhadores para se inserirem no mercado de trabalho.

Outra especificidade do mercado de trabalho nacional que foi abordada refere-se aos rendimentos mensais dos trabalhadores. Em todos os recortes observados houve uma redução na renda média real na segunda metade da década de 1990. Além da queda dos rendimentos, outro aspecto marcante em relação aos rendimentos refere-se às diferenças de rendas observadas entre diferentes grupos e categorias de trabalhadores, exacerbando as características de exclusão, discriminação e precariedade das relações de trabalho no país. Foi possível observar menores rendimentos nas regiões menos desenvolvidas do país (Norte e Nordeste), assim como menores rendimentos para as mulheres e indivíduos não brancos.

Também se pôde constatar que diversas posições de ocupação registraram rendimento médio abaixo do observado para os empregados registrados com carteira, a exemplos dos trabalhadores por conta própria e dos empregados sem registro em carteira. Contudo, os menores rendimentos observados foram para os trabalhadores domésticos, com menor valor para aqueles que não tinham registro em carteira.

A última característica observada dos trabalhadores brasileiros foi o percentual de contribuintes para a Previdência Social. Em nível nacional, menos da metade dos ocupados durante a década de 1990 contribuía para a Previdência. Já entre os setores de atividade, a agropecuária contava com cerca de 1/10 de contribuintes, enquanto os setores industrial e terciário apresentaram queda no percentual, ficando com pouco mais da metade dos ocupados assegurados. Baixa participação de contribuintes também pôde ser notada entre empregados sem carteira e domésticos sem carteira, assim como entre trabalhadores por conta própria, que apresentaram queda no percentual de contribuintes durante a década de 1990. Até mesmo militares e funcionários públicos estatutários e empregadores, ocupações tidas estruturadas não contavam com todos os ocupados assegurados; a categoria de empregadores ainda apresentou queda no percentual de contribuintes. Por fim, com os dados da Previdência Social também se pôde observar as desigualdades por gênero e raça presentes nas relações de trabalho no país.

Portanto, se durante o período de expansão da economia já não houve a estruturação completa do mercado de trabalho brasileiro, a década de 1990 intensificou a deterioração e precarização das condições de trabalho no país. Não se quer dizer que todas as relações de trabalho são marcadas pela precariedade, mas pôde-se ver o aumento do desemprego e queda nos rendimentos, assim como a intensificação das desigualdades, seja por regiões, gênero, raça ou por posição na ocupação.

## **5 ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NA DÉCADA DE 2000**

Visto que nos capítulos anteriores foram apresentadas as três etapas principais da divisão do mercado de trabalho brasileiro utilizadas neste estudo, este capítulo visa analisar a quarta e última etapa: o mercado de trabalho brasileiro durante os anos 2000, objetivando apontar as mudanças ocorridas nas relações de trabalho que identifiquem uma possível reestruturação do mercado de trabalho nacional.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a década de 1990 ficou marcada por ter aprofundado a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, iniciada nos anos 1980, com aumento do desemprego e precarização das ocupações. Mais precisamente, como foi possível observar com os dados apresentados, a deterioração das relações de trabalho se fez mais presente, sobretudo, a partir de 1995; momento em que FHC assume a presidência do Brasil e se intensifica a implementação de políticas neoliberais.

Após esse período que apresentou fortes restrições ao mercado de trabalho, a década de 2000 é caracterizada por um período de recuperação desse mercado, marcado pela reestruturação das condições de trabalho. Os trabalhos de Pochmann (2006, 2010), Cardoso Jr. (2007), Ramos (2007) são alguns exemplos presentes na literatura econômica que abordam essa recuperação nas relações de trabalho no país.

No entanto, antes de se abordar as relações de trabalho no Brasil durante a década de 2000, será feito um retrospecto do contexto político-econômico do país nessa década e anos antecedentes. O objetivo de se contextualizar o cenário econômico e político brasileiro é auxiliar na compreensão das mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000.

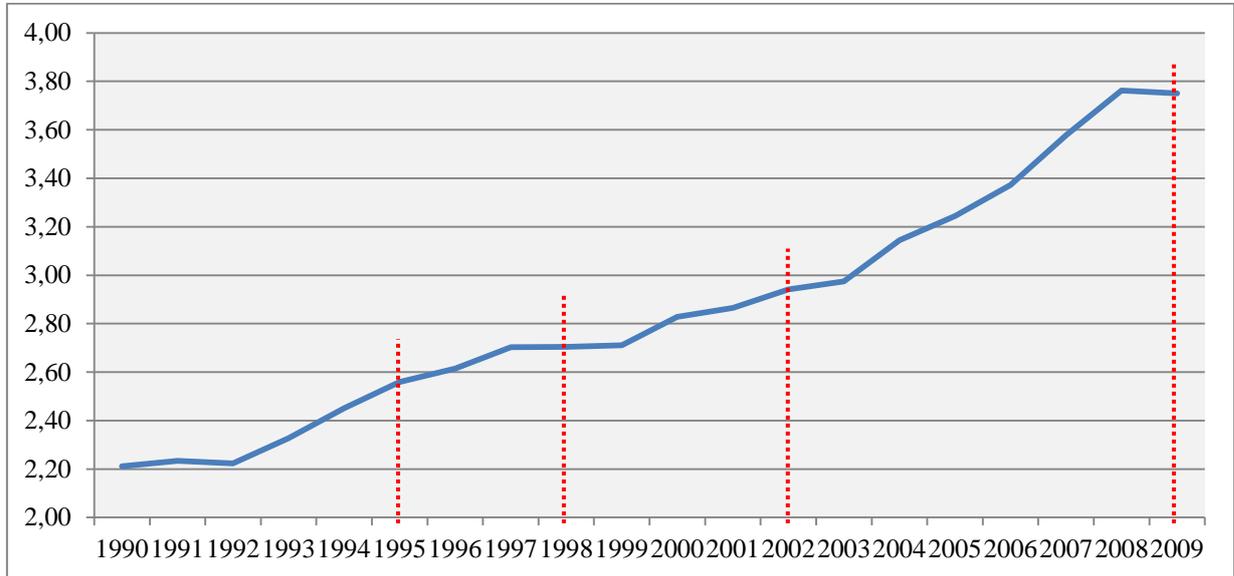
Deste modo, na primeira seção deste capítulo será apresentado um panorama sobre a economia e a política brasileira a partir de 1995, primeiro ano do governo FHC, até 2009. Na parte 2 será analisado o mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000 e, por fim, na última seção, serão apresentadas as conclusões deste capítulo.

### **5.1 Contexto político-econômico brasileiro**

O primeiro mandato de FHC (1995-1998) caracterizou-se pelo controle inflacionário, mas também pelos efeitos negativos que as políticas de cunho neoliberal tiveram sobre a atividade econômica e, conseqüentemente, sobre o mercado de trabalho brasileiro. Nesse período, o PIB nacional apresentou um crescimento contido, de apenas

5,64%, passando de R\$ 2,56 trilhões, em 1995, para R\$ 2,7 trilhões, em 1999 – o Gráfico 4 exibe o comportamento do PIB real durante as décadas de 1990 e 2000.

Gráfico 4 – Evolução do PIB brasileiro em trilhões de reais (R\$ de 2012): 1990-2009



Fonte: Elaboração do IPEA a partir dos dados do Sistema de Contas Nacionais (2012)

A sobrevalorização cambial adotada após a introdução do Plano Real, juntamente à abertura econômica do início da década impulsionou o crescimento das importações no Brasil, prejudicando a balança comercial do país. De acordo com a Tabela 24, no ano de 1990 as exportações brasileiras somaram US\$ 31,4 bilhões, ao passo que o valor das importações foi de US\$ 20,6 bilhões, correspondendo a um saldo positivo de US\$ 10,7 bilhões; já em 1995, a balança apresentou um saldo negativo de 3,4 bilhões (exportações: US\$ 46,5 bilhões, importações: US\$ 49,7 bilhões), atingindo déficits ainda maiores nos três anos seguintes: US\$ 5,5 bilhões em 1996, US\$ 6,8 bilhões em 1997 e US\$ 6,5 bilhões em 1998.

Como resultado das políticas adotadas no governo FHC, o déficit na balança de transações correntes se acentuou, como pode ser observado na Tabela 25. Em 1994 o déficit foi de US\$ 1,8 bilhão, aumentando para US\$ 18,3 bilhões em 1995, US\$ 23,5 bilhões em 1996, US\$ 30,4 bilhões em 1997 e US\$ 33,4 bilhões em 1998, o maior saldo negativo da década.

Tabela 24 – Brasil: Balança comercial (US\$ milhões) (1990-1999)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.555	25.256	13.299
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.970	-3.464
1996	47.747	53.346	-5.599
1997	52.994	59.840	-6.846
1998	51.140	57.714	-6.575
1999	48.011	49.302	-1.290
2000	55.086	55.851	-765
2001	58.223	55.602	2.621
2002	60.362	47.243	13.119
2003	73.084	48.326	24.758
2004	96.475	62.836	33.640
2005	118.308	73.600	44.708
2006	137.807	91.343	46.465
2007	160.649	120.621	40.028
2008	197.942	172.985	24.958
2009	152.995	127.722	25.272

Fonte: Elaboração do IPEA a partir dos dados do Banco Central do Brasil (2012)

Tabela 25 – Brasil: Saldo da balança de transações correntes (US\$ milhões) (1990-2009)

Ano	Saldo	Ano	Saldo
1990	-3.783,72	2000	-24.224,52
1991	-1.407,45	2001	-23.214,52
1992	6.108,83	2002	-7.636,62
1993	-675,88	2003	4.177,28
1994	-1.811,22	2004	11.679,23
1995	-18.383,71	2005	13.984,65
1996	-23.502,08	2006	13.642,60
1997	-30.452,25	2007	1.550,72
1998	-33.415,89	2008	-28.192,02
1999	-25.334,77	2009	-24.302,26

Fonte: Elaboração do IPEA a partir dos dados do Banco Central do Brasil (2012)

De acordo com Giambiagi (2005), próximo das eleições para presidente de 1998, o Brasil conseguiu um pacote de ajuda externa de 42 bilhões de dólares (18 bilhões do

FMI e o restante de outros governos) e, desta forma, continuaria a financiar os déficits em conta corrente e a manter o câmbio sobrevalorizado. Depois desse acordo, o mercado considerava que o Brasil não iria escapar de uma desvalorização cambial, pois o congresso rejeitou uma medida de programa fiscal, aumentando o pessimismo externo e a perda de divisas, com a ideia de que o Brasil não obteria o apoio necessário para a implementação de suas propostas. De tal modo, no início de seu segundo mandato, devido às pressões do mercado, FHC fica sem opção e deixa o câmbio flutuar (o Gráfico 5 exibe o comportamento da taxa de câmbio R\$ / US\$) e, posteriormente, adota medidas de elevação da taxa de juros básica e um sistema de metas de inflação.

Diante da modificação no regime cambial, a balança comercial apresentou mudanças. Em 1998, o saldo da balança comercial havia sido de R\$ -6,5 bilhões; já em 1999, mesmo seguindo em déficit, o saldo foi de R\$ -1,2 bilhões. Nos anos seguintes do governo FHC seguiu em recuperação, atingindo superávit de R\$ 13,1 bilhões, em 2002.

Ainda que não tenha atingido saldo positivo durante o segundo governo FHC, a balança de transações também apresentou recuperação a partir da mudança no regime cambial. Em 1998, o saldo havia sido de R\$ -33,4 bilhões, aumentando para R\$ -25,3 bilhões, em 1999, R\$ -24,2 bilhões, em 2000, R\$ -23,2 bilhões, em 2001, e R\$ -7,6 bilhões, em 2002.

Gráfico 5 – Taxa de câmbio R\$ / US\$ - Brasil: 1995-2009



Fonte: Elaboração do IPEA a partir dos dados do Banco Central do Brasil (2012)

Como efeito das mudanças promovidas no segundo mandato de FHC, o PIB nacional apresentou um crescimento maior que aquele observado no seu primeiro mandato;

contudo, ainda foi um crescimento modesto: 8,48% no período 1999-2002, passando de R\$ 2,71 trilhões, em 1999, para 2,94, trilhões, em 2002.

Devido à incerteza quanto ao futuro do país por causa das eleições presidenciais de 2002, somada ao fraco desempenho da economia mundial, a economia brasileira teve um pequeno crescimento no biênio 2002-2003. Esse receio em relação às eleições refletiu na taxa de câmbio, que apresentou grande depreciação do Real – conforme o Gráfico 5 – implicando em queda nos investimentos e no consumo de bens de maior valor, prejudicando as indústrias de bens de capital, a construção civil e a automobilística. No entanto, essa depreciação cambial favoreceu as exportações e a produção de produtos nacionais similares aos importados e também as exportações do setor agrícola, que se beneficiaram com o resultado positivo da lavoura (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002).

No início de 2003, assume a presidência do Brasil, Luís Inácio “Lula” da Silva. Segundo Giambiagi (2005), sua posse apresentou dois aspectos importantes. Primeiramente, representou a ascensão de um partido de esquerda ao poder (Partido dos Trabalhadores – PT) e, em segundo lugar, essa posse servia para avaliar a economia brasileira, já que se receava sobre a posição do novo governo em relação à condução da política econômica, se iria manter o compromisso com a estabilidade e a austeridade econômica ou se adotaria políticas populistas. Para o autor, o PT e igualmente Lula, passaram por um processo de moderação, característica comum para os partidos que têm a perspectiva do poder.

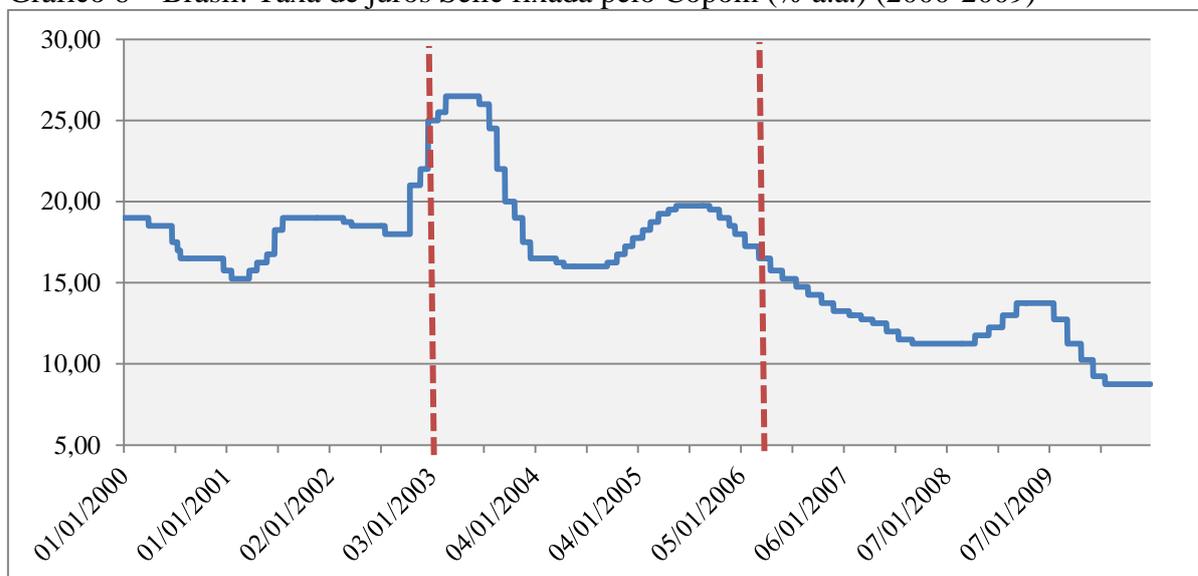
Após as incertezas que se tinha em 2002 em relação aos rumos da economia, o novo governo teve como objetivo de política monetária preservar a estabilidade de preços. Deste modo, o ano de 2003 ficou marcado por dois períodos distintos. A princípio, o primeiro semestre caracterizou-se por mudanças no processo de transição política, aumento do risco-país, diminuição da disponibilidade de recursos externos e depreciação do câmbio. Já no segundo semestre buscava-se a recuperação do nível de atividade, impulsionada principalmente pela expansão do consumo de bens duráveis e de capital e continuidade da ampliação das exportações (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003).

Segundo Moreto e Proni (2011, p. 17), “o primeiro ano do governo Lula, 2003, foi marcado por uma crise de confiança e especulação financeira, que afetou fortemente os setores produtivos e agravou os problemas crônicos do mercado de trabalho”. Contudo, já no ano de 2004, a economia brasileira apresentou resultados importantes no seu crescimento. O Brasil teve o maior crescimento do PIB desde 1994, além de apresentar um superávit da balança comercial e expansão nos gastos com investimento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004). Os anos seguintes foram marcados pela intensificação do crescimento do

PIB brasileiro, devido ao crescimento do consumo interno e dos investimentos privados, apresentando no último trimestre de 2008 um breve período de recessão devido ao agravamento da crise financeira internacional, que prejudicou os canais de crédito e as expectativas dos agentes econômicos. Mas já no ano de 2009, o Brasil apresentou retomada do crescimento, com expansão da demanda interna e recuperação das exportações, aumentando o superávit da balança comercial (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008 e 2009).

De acordo com Fagnani (2011), de uma maneira mais abrangente, pode-se dividir a política macroeconômica do governo Lula (2003-2010) em dois períodos distintos. O primeiro, 2003-2005, corresponde a um período em que se manteve a ortodoxia econômica presente no governo anterior, limitando o crescimento econômico e o desenvolvimento de políticas sociais, bem como do mercado de trabalho. Nesse período mantiveram-se as medidas de combate à inflação por meio de altas taxas de juros (ver Gráfico 6), superávits primários e restrição ao gasto público.

Gráfico 6 – Brasil: Taxa de juros Selic fixada pelo Copom (% a.a.) (2000-2009)



Fonte: Elaborado pelo IPEA a partir de dados do Banco Central do Brasil (2012)

Segundo esse autor, havia uma tensão entre membros do governo, visto que “conviviam no seio do próprio governo forças defensoras do Estado Mínimo – aglutinadas, sobretudo, na área econômica – e setores que defendiam os direitos universais.” (FAGNANI, 2011, p. 3). De tal modo, a estratégia social permaneceu indefinida nos primeiros anos do governo Lula, sendo o Programa Bolsa Família o carro chefe no campo social.

Já no período seguinte, 2006-2010, o crescimento econômico passa a ter papel de destaque na agenda do governo, devido à mudança na equipe da área econômica do governo<sup>8</sup>, e também passa a existir uma convergência entre as políticas econômicas e sociais. De tal modo, buscou-se promover uma nova estratégia no campo social, fundamentada em um desenvolvimento econômico estável.

Assim, ainda que o governo Lula tenha mantido políticas econômicas ortodoxas para manter a estabilidade econômica, não se pode assinalar esse governo como neoliberal. Nas palavras de Pochmann (2011b),

O fato de o governo Lula (2003-2010) não ter se distanciado do tripé da política macroeconômica introduzido na crise cambial de 1999, por meio do sistema de metas de inflação, do regime de câmbio flutuante e da manutenção de superávits primários nas contas públicas, não implicou a reprodução do pensamento neoliberal difundido durante o governo Cardoso (1995-2002). Mesmo que não se deva negar a persistência de sinais inequívocos do arcabouço macroeconômico do final da década de 1990 voltado ao combate da inflação, cabe muito ressaltar a essência do movimento de reorganização econômica recente em torno da retomada do projeto nacional de desenvolvimento. (POCHMANN, 2011b, p. 16).

Ao observar os dados do PIB nacional, do saldo da balança comercial e do saldo da balança em transações correntes, veem-se as mudanças positivas ocorridas na economia brasileira nos anos 2000, notadamente após o início do governo Lula. O PIB brasileiro, durante o primeiro mandato de FHC, cresceu 5,64%, no segundo mandato de FHC o aumento foi de 8,48%, e considerando todo o período que FHC esteve no poder, o crescimento foi de 14,89%. Em relação ao comportamento do PIB durante o governo Lula, em seu primeiro mandato o aumento foi de 13,37%, e como o período de análise deste estudo é até o ano de 2009, considerando o período que Lula foi presidente até 2009 (2003-2009)<sup>9</sup>, o aumento do PIB foi de 26,08%.

O saldo da balança comercial que passou a ser superavitário apenas nos dois últimos anos do governo FHC aumentou de R\$ 13,1 bilhões, em 2002, último ano de FHC como presidente, para R\$ 24,7 bilhões, em 2003, primeiro ano do governo Lula. A partir de então, o saldo seguiu em expansão até 2006, quando atingiu seu ápice: R\$ 46,4 bilhões. Nos três anos seguintes da década o saldo permaneceu positivo, mas em queda, visto o contexto de crise mundial no final dos anos 2000.

---

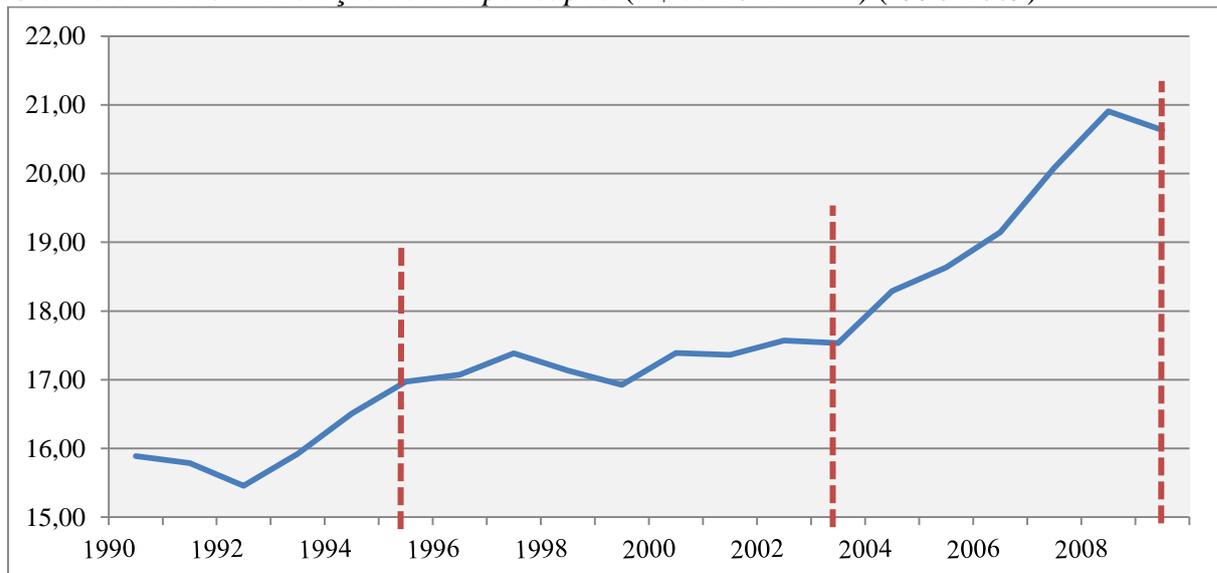
<sup>8</sup> O governo Lula contou com dois ministros da Fazenda: Antônio Palocci Filho (01/01/2003 até 27/03/2006) e Guido Mantega (27/03/2006 até 31/12/2010).

<sup>9</sup> Embora Lula tenha sido presidente do Brasil durante o período 2003-2010, todos os indicadores que serão abordados apresentarão dados até o ano de 2009, visto que o período de análise deste estudo é até 2009.

Por fim, o saldo da balança em transações correntes permaneceu negativo em todos os anos do governo FHC, passando a ser positivo no primeiro ano do governo Lula, quando apresentou um superávit de R\$ 4,1 bilhões, chegando a atingir saldos na faixa de R\$ 13 bilhões nos anos 2005 e 2006. Em 2007, o saldo diminuiu para R\$ 1,5 bilhão, passando a ser negativo nos anos seguintes: R\$ -28,1 bilhões, em 2008, e R\$ -24,3 bilhões, em 2009.

Outros indicadores também apontam mudanças favoráveis no campo socioeconômico a partir do início do governo Lula. O PIB *per capita* aumentou 3,53% durante o governo FHC, já no governo Lula o crescimento foi de 17,69%, conforme mostra o Gráfico 7. O percentual de indivíduos pobres (Gráfico 8) manteve-se praticamente inalterado durante o governo FHC, decrescendo apenas 0,3 p.p. entre os anos 1995-2002, passando de 38,6% da população brasileira, em 1995, para 38,3%, em 2002; no governo Lula a redução foi de 15,5 p.p. (39,4%, em 2003, para 23,9%, em 2009).

Gráfico 7 – Brasil: Evolução do PIB *per capita* (R\$ de 2012 – mil) (1990-2009)



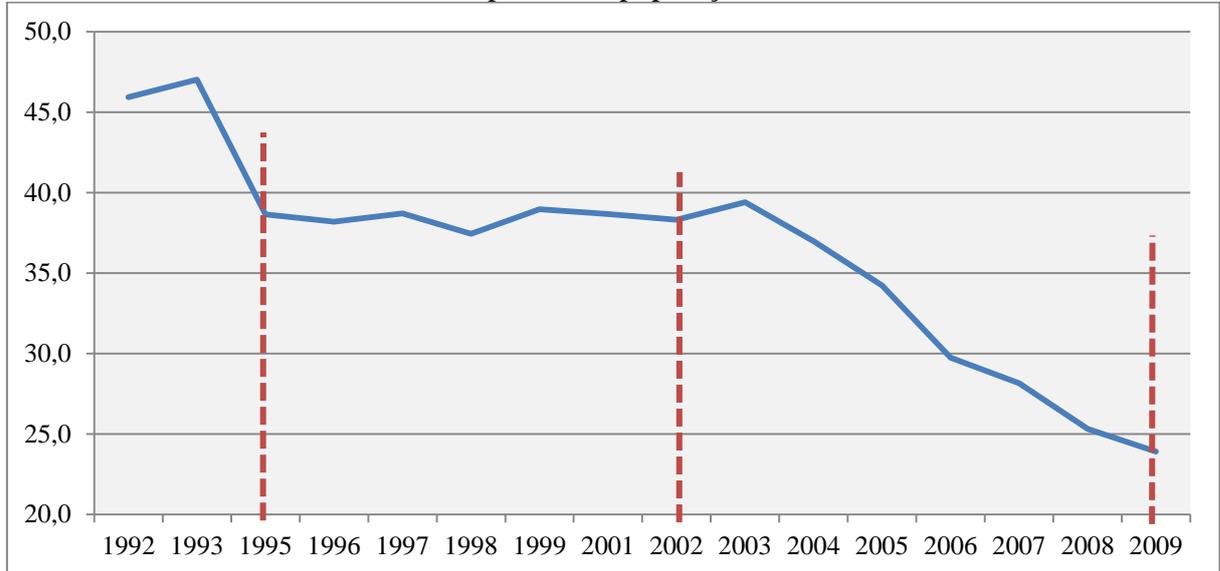
Fonte: Elaboração do IPEA a partir dos dados do Sistema de Contas Nacionais (2012)

O percentual de indivíduos indigentes<sup>10</sup> (Gráfico 9) também reduziu-se mais durante os anos do governo Lula em relação ao período do governo FHC; entre 1995 e 2002 o percentual de indigentes diminuiu 0,8 p.p. (17,3%, em 1995, para 16,5%, em 2002) e no período 2003-2009 a queda foi de 9,1 p.p. (17,5%, em 2003, para 8,4%, em 2009).

<sup>10</sup> Define-se com Linha de Indigência o valor mínimo necessário para adquirir uma cesta alimentar nutricionalmente adequada em determinado momento e lugar. A Linha de Pobreza inclui, além do valor desta cesta alimentar, o valor mínimo para satisfazer o conjunto das demais necessidades básicas, isto é, considerando também as de habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer, etc. Os valores referem-se ao custo associado à satisfação das necessidades de uma pessoa durante um mês (IETS, 2013).

Finalmente, tem-se a evolução do salário mínimo real (Gráfico 10) durante os dois governos; enquanto no governo FHC o aumento foi de 42,06%, no governo Lula o crescimento foi de 61,52%.

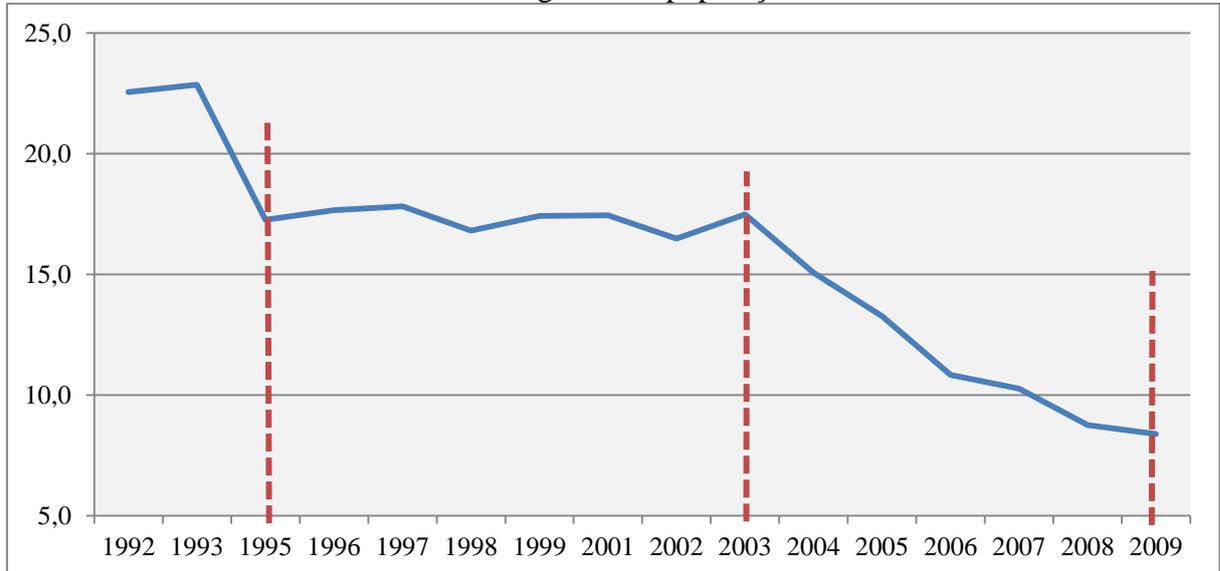
Gráfico 8 – Percentual de indivíduos pobres na população brasileira: 1992-2009



Fonte: IETS (2012)

Nota: Os dados do período 2004-2009 excluem a área rural da região Norte, visto que essa área não fazia parte da amostra nos anos anteriores.

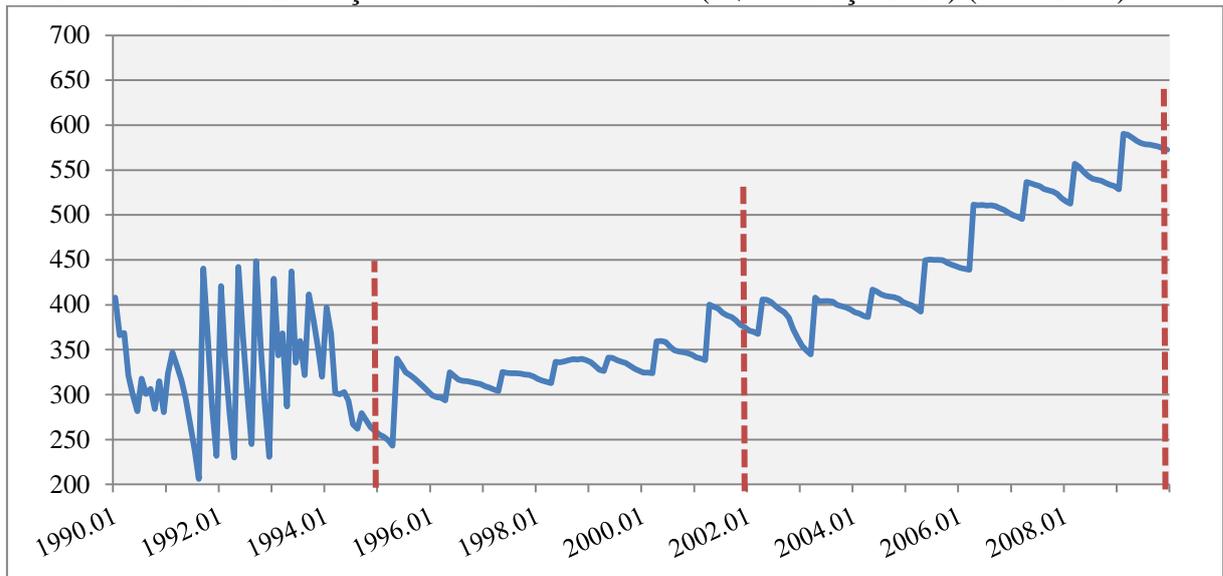
Gráfico 9 – Percentual de indivíduos indigentes na população brasileira: 1992-2009



Fonte: IETS (2012)

Nota: Os dados do período 2004-2009 excluem a área rural da região Norte, visto que essa área não fazia parte da amostra nos anos anteriores.

Gráfico 10 – Brasil: Evolução do salário mínimo real (R\$ de março/2013) (1990-2009)



Fonte: IPEA (2012)

Esse retrospecto inicial à respeito do contexto político-econômico do Brasil na década de 2000 e anos antecedentes colabora para a compreensão do mercado de trabalho nacional na década de 2000, que será apresentado na próxima seção.

## 5.2 Mercado de trabalho brasileiro

Após um crescimento contido da PO brasileira na década de 1990 (9,6% no período 92-99, conforme mostrado no capítulo anterior), o número de ocupados apresentou um crescimento mais expressivo nos anos 2000, aumentando 19,02% no período 2001-2009, passando de 76,1 milhões de trabalhadores, em 2001, para 90,5 milhões, em 2009 (Tabela 26). Dado esse maior crescimento do emprego, a PD apresentou um taxa de crescimento muito inferior daquela observada nos anos 1990. Enquanto no período 92-99 o número de desocupados aumentou 67,02%, o crescimento foi de 5,91% no período 2001-2009. Considerando apenas o período 2001-2008, visto que em 2009 a economia brasileira sofreu os efeitos da crise econômica mundial, o total de desocupados diminuiu 10,4% entre 2001 e 2008.

Tabela 26 – Brasil: Evolução do mercado de trabalho (2001-2009)

Ano	PIA	PEA	PNEA	PO	PD
2001	138.835.168	83.949.297	54.885.871	76.101.600	7.847.697
2002	141.621.115	86.834.881	54.786.234	78.894.891	7.939.990
2003	144.279.666	88.592.946	55.686.720	79.985.997	8.606.949
2004	146.233.285	90.413.084	55.820.201	82.246.629	8.166.455
2005	149.057.719	93.532.164	55.525.555	84.701.088	8.8310.76
2006	151.967.091	94.628.093	57.338.998	86.577.070	8.051.023
2007	154.503.985	95.716.160	58.787.825	87.835.011	7.881.149
2008	157.166.809	97.324.105	59.842.704	90.292.859	7.031.246
2009	159.408.177	98.889.955	60.518.222	90.578.499	8.311.456
$\Delta\%$ 01-09	14,82	17,80	10,26	19,02	5,91

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Ao se observar os dados da taxa de desemprego aberto (Tabela 27), nota-se que o desemprego em nível nacional que era 9,35% da PEA, em 2001, diminuiu para 7,22%, em 2008, voltando a crescer em 2009, quando atingiu 8,4% da PEA. Contrastando com a década de 1990, quando a taxa de desemprego nacional aumentou 3,09 p.p., nos anos 2000 houve uma redução de 0,94 p.p..

Os dados da Tabela 27 também apresentam o comportamento da taxa de desemprego para as grandes regiões brasileiras. No período 2001-2009, enquanto as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentaram redução no percentual de desempregados de, respectivamente, 0,97 p.p., 1,96 p.p. e 0,55 p.p., as regiões Norte e Nordeste apresentaram crescimento de 0,55 p.p. e 0,11 p.p., respectivamente. No final dos anos 2000, duas regiões apresentaram taxa de desemprego menor que a taxa nacional, são elas: a região Sul, que apresentou a menor taxa de desemprego (5,98%), seguida pela região Centro-Oeste (7,89%). As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram taxas de desemprego de, respectivamente, 8,83% e 8,89%, valores próximos ao percentual de desempregados em nível nacional, 8,40%. Por fim, a região Norte apresentou a maior taxa de desemprego ao final da década de 2000, 10,11% da PEA dessa região não estava empregada.

Em relação às mudanças na taxa de desemprego dos indivíduos brancos e não brancos, seguindo a trajetória de redução do desemprego observada para os dados em nível nacional, também se observa a redução do desemprego para os grupos de pessoas brancas e não brancas, conforme mostra a Tabela 28. Contudo, percebe-se que o percentual de desempregados da PEA não branca, assim como na década de 1990, manteve-se superior ao percentual observado entre os indivíduos brancos. A taxa de desemprego da população branca

passou de 8,24%, em 2001%, para 7,3%, em 2009; já na população não branca o percentual de desempregados diminuiu de 10,67% para 9,42% no período 2001-2009.

Tabela 27 – Brasil: Taxa de desemprego segundo as macrorregiões (2001-2009)

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2001	9,35	8,86	8,72	9,56	10,85	6,53
2002	9,14	8,16	8,26	9,97	10,82	6,30
2003	9,72	8,96	8,69	10,51	11,48	6,79
2004	9,03	8,11	8,92	9,10	10,53	5,67
2005	9,44	9,58	8,96	10,10	10,87	6,08
2006	8,51	8,36	8,26	8,44	9,62	5,95
2007	8,23	8,08	8,21	9,38	9,03	5,77
2008	7,22	7,46	7,47	7,87	7,77	4,92
2009	8,40	7,89	8,83	10,11	8,89	5,98
$\Delta$ 01-09	-0,94 p.p.	-0,97 p.p.	0,11 p.p.	0,55 p.p.	-1,96 p.p.	-0,55 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Tabela 28 – Brasil: Taxa de desemprego segundo a cor – (2001-2009)

Ano	Branco	Não branco
2001	8,24	10,67
2002	8,15	10,32
2003	8,83	10,72
2004	7,96	10,25
2005	8,25	10,71
2006	7,53	9,55
2007	7,28	9,23
2008	6,22	8,05
2009	7,30	9,42
$\Delta$ 01-09	-0,94 p.p.	-1,25 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Outro ponto destacado neste estudo refere-se ao comportamento da taxa de desemprego de acordo com o gênero (Tabela 29). Nos anos 2000 a taxa de desemprego entre as mulheres permaneceu, em todos os anos observados, superior àquela observada entre os homens. Em 2001, a taxa de desemprego entre as mulheres era de 11,88% da PEA feminina, ao passo que o percentual de desempregados homens era 7,52% da PEA masculina; já no final da década, em 2009, a taxa de desemprego feminina estava em 11,12%, enquanto entre os homens a taxa era de 6,26%. De tal modo, reduziu-se em 1,26 p.p. a taxa de desemprego

masculina e em 0,76 p.p. a taxa de desemprego feminina. Portanto, assim como pôde ser observado com os dados da década de 1990, o desemprego ainda se faz mais presente entre as mulheres.

Tabela 29 – Brasil: Taxa de desemprego segundo o sexo (2001-2009)

Ano	Homem	Mulher
2001	7,52	11,88
2002	7,36	11,57
2003	7,79	12,3
2004	6,93	11,79
2005	7,23	12,31
2006	6,48	11,11
2007	6,17	10,89
2008	5,29	9,71
2009	6,26	11,12
$\Delta$ 01-09	-1,26 p.p.	-0,76 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Portanto, os dados referentes ao mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000 mostram que, diferente ao observado na década anterior, não houve uma expansão do percentual de desempregados no país. Com os dados apresentados, de maneira geral, pôde-se perceber três momentos distintos da taxa de desemprego no Brasil durante a década de 2000. O primeiro momento corresponde ao período 2001-2005, em que as taxas de desemprego oscilaram, mas não apresentaram mudanças expressivas, permanecendo em um patamar alto. Já em um segundo momento, no período 2006-2008, houve uma redução significativa das taxas de desemprego, atingindo valores menores que aqueles observados no final da década de 1990. Por fim, em 2009, como efeito da crise econômica mundial, houve um aumento nas taxas de desemprego, mas que ainda foram taxas menores que as observadas no início da década. De tal modo, reduziram-se as taxas de desemprego para o período 2001-2009 (com exceção das regiões Norte e Nordeste, que apresentaram um pequeno crescimento da taxa de desemprego), indicando uma reestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

No entanto, ainda que os dados apontem o aumento das ocupações e queda nas taxas de desemprego, ainda permanecem no país as desigualdades nas relações de trabalho. As regiões menos desenvolvidas continuam a apresentar maiores taxas de desemprego, assim como as mulheres e os indivíduos não brancos permanecem como os grupos mais afetados pelo desemprego.

A Tabela 30 apresenta a evolução da PO nacional de acordo com o setor de atividade. Assim como na década de 1990, houve uma redução na população ocupada no setor agrícola nos anos 2000, passando de 15,6 milhões de trabalhadores, em 2001, para 14,5 milhões de 2009, ou seja, uma queda de 6,95%. Já o setor terciário que havia apresentado o maior crescimento percentual de trabalhadores durante a década de 1990 (20,58% no período 92-99), apresentou um maior crescimento durante os anos 2000, 23,32% no período 2001-2009, mas que foi inferior ao aumento percentual de ocupações na indústria. O setor industrial, que na década anterior havia apresentado um crescimento contido no número de trabalhadores (3,72% no período 92-99), foi o setor de atividade que apresentou o maior crescimento percentual de ocupados nos anos 2000: 33,03%, passando de 15,2 milhões de trabalhadores, em 2001, para 20,2 milhões, em 2009. Por fim, embora o maior crescimento percentual de novas ocupações tenha sido no setor industrial, o terciário foi, em todos os anos da década, o setor de atividade que apresentou o maior número de ocupados, passando de 45,2 milhões de trabalhadores, em 2001, para 55,7 milhões, em 2009. De acordo com a Tabela 30, o total de ocupados no país passou de 76,1 milhões, em 2001, para 90,5 milhões, em 2009, o que corresponde a um aumento de cerca de 14,4 milhões de trabalhadores. Desse total de novas ocupações, mais de 2/3, aproximadamente 10,5 milhões de indivíduos, estavam no setor terciário.

Tabela 30 – Brasil: População ocupada segundo os setores de atividade (2001-2009)

Ano	Agrícola	Indústria	Comércio e serviços	Total
2001	15.678.729	15.190.988	45.231.883	76.101.600
2002	16.315.220	16.832.524	45.747.147	78.894.891
2003	16.600.687	16.684.787	46.700.523	79.985.997
2004	16.326.260	17.465.096	48.455.273	82.246.629
2005	16.670.515	18.113.589	49.916.984	84.701.088
2006	16.102.277	18.516.236	51.958.557	86.577.070
2007	15.397.498	19.380.612	53.056.901	87.835.011
2008	15.052.062	20.496.437	54.744.360	90.292.859
2009	14.589.319	20.209.189	55.779.991	90.578.499
Δ% 01-09	-6,95	33,03	23,32	19,02

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Mesmo diante da recuperação dos empregos no setor industrial, pôde-se perceber o predomínio das ocupações no setor terciário. De acordo com a Tabela 31, o

percentual de indivíduos ocupados no setor agrícola diminuiu 4,5 p.p. no período 2001-2009, passando de 20,6% da PO total, em 2001, para 16,11%, em 2009; já o percentual de ocupados nos setores industrial e terciário aumentou, respectivamente, 2,35 p.p. (19,96%, em 2001, para 22,31%, em 2009) e 2,15 p.p. (59,44%, em 2001, para 61,58%, em 2009).

Assim, com os dados referentes à economia brasileira apresentados na seção anterior, é inegável a recuperação do mercado de trabalho brasileiro diante da expansão da economia nacional. Conforme já destacam Dedecca e Rosandiski (2006),

São claros os sinais de relação positiva entre recuperação econômica e recomposição do mercado de trabalho, que, por consequência, desfazem o mito da impossibilidade do país reestabelecer capacidade de crescimento e de geração ponderável de novas ocupações. Refuta-se, inclusive, um dos pilares da tese da “inempregabilidade” defendida pelo presidente Fernando Henrique, que argumentava sobre a inevitabilidade do enxugamento brusco da ocupação industrial pela modernização tecnológica da economia globalizada. (DEDECCA e ROSANDISKI, 2006, p. 178).

Tabela 31 – Brasil: Composição percentual da população ocupada por setor de atividade (2001-2009)

Ano	Agrícola	Indústria	Comércio e serviços	Total
2001	20,60	19,96	59,44	100,00
2002	20,68	21,34	57,98	100,00
2003	20,75	20,86	58,39	100,00
2004	19,85	21,24	58,91	100,00
2005	19,68	21,39	58,93	100,00
2006	18,60	21,39	60,01	100,00
2007	17,53	22,06	60,41	100,00
2008	16,67	22,70	60,63	100,00
2009	16,11	22,31	61,58	100,00
Δ 01-09	-4,50	2,35	2,15	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Conforme apresentado no capítulo anterior, pode-se utilizar como um indicativo da deterioração das condições de trabalho o aumento dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Na década de 1990, houve um crescimento do percentual de trabalhadores sem registro em carteira nos setores industrial e de comércio e serviços, com crescimento dos empregos com registro em carteira apenas no setor agrícola, mas que ainda permaneceu em todo o período como o setor com a menor participação percentual de trabalhadores registrados, com mais de 70% dos ocupados nesse setor trabalhando sem registro. Nos anos 2000, foi possível perceber uma situação diferente, uma vez que cresceu o

percentual de trabalhadores registrados nos três setores de atividade (Tabela 32). O setor agrícola apresentou um crescimento de 7,82 p.p. no total de trabalhadores com registro em carteira, mas ainda permaneceu com o menor percentual de trabalhadores registrados entre os três setores, passando de 28,34%, em 2001, para 36,16%, em 2009, o total de empregados com carteira assinada. No setor industrial, a participação de trabalhadores com carteira assinada cresceu 6,39 p.p., aumentando de 69,25%, em 2001, para 75,64%, em 2009, a participação de registrados nesse setor, permanecendo, assim como na década de 1990, como o setor com maior percentual de ocupados com carteira assinada. Em relação ao setor terciário, os ocupados com registro aumentaram de 64,19% do total de ocupados no setor em 2001, para 69,91%, em 2009, ou seja, um crescimento de 5,72 p.p. dos empregados com carteira nesse setor durante a década de 2000. Assim, embora tenha sido crescente o percentual de trabalhadores no segmento organizado do mercado de trabalho, ainda é significativa a presença de trabalhadores não registrados.

Tabela 32 – Brasil: Composição percentual dos empregados assalariados segundo o vínculo empregatício por setor de atividade (2001-2009)

Ano	Agricultura		Indústria		Comércio e serviços	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira
2001	28,34	71,66	69,25	30,75	64,19	35,81
2002	29,52	70,48	68,34	31,66	64,12	35,88
2003	29,99	70,01	69,71	30,29	65,73	34,27
2004	32,39	67,61	71,05	28,95	64,53	35,47
2005	30,18	69,82	68,39	31,61	64,36	35,64
2006	33,97	66,03	72,20	27,8	66,06	33,94
2007	35,95	64,05	73,64	26,36	67,37	32,63
2008	39,46	60,54	74,73	25,27	67,70	32,30
2009	36,16	63,84	75,64	24,36	69,91	30,09
Δ 01-09	7,82 p.p.	-7,82 p.p.	6,39 p.p.	-6,39 p.p.	5,72 p.p.	-5,72 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

A Tabela 33 apresenta a PO nacional de acordo com a posição na ocupação. Com esses dados é possível perceber o maior dinamismo do mercado de trabalho brasileiro durante a década de 2000, em relação ao desenvolvimento das ocupações observado nos anos 1990. O número de empregados com carteira aumentou 43,29% no período 2001-2009, passando de 22,3 milhões, em 2001, para 32,1 milhões, em 2009; crescimento bastante superior ao da década anterior, quando o número de empregados registrados cresceu apenas

1,49%. Já os empregados sem carteira iniciaram e terminaram a década de 2000 na faixa dos 14 milhões de trabalhadores, apresentando um crescimento de 6,35% nas ocupações da categoria no período 2001-2009; deste modo, mesmo com a ampliação do número de trabalhadores registrados, não houve diminuição no número de empregados sem registro.

Tabela 33 – Brasil: População ocupada segundo a posição na ocupação (em mil pessoas) (2001-2009)

Posição na ocupação	2001	2002	2003	2004	2005
Empregados com carteira	22.350	23.114	23.888	25.376	26.683
Militares e estatutários	4.915	5.042	5.287	5.504	5.424
Empregados sem carteira	14.003	14.261	14.288	15.077	15.080
Domésticos com carteira	1.547	1.572	1.659	1.651	1.723
Domésticos sem carteira	4.393	4.532	4.482	4.730	4.829
Conta própria	16.977	17.565	17.881	17.899	18.188
Empregadores	3.211	3.347	3.353	3.407	3.598
Não remunerados	8.692	9.094	9.145	8.601	9.175
Total	76.089	78.526	79.983	82.245	84.700
Posição na ocupação	2006	2007	2008	2009	$\Delta\%$ 01-09
Empregados com carteira	27.840	29.534	31.621	32.116	43,69
Militares e estatutários	5.800	6.065	6.324	6.533	32,92
Empregados sem carteira	15.351	15.197	15.507	14.892	6,35
Domésticos com carteira	1.810	1.801	1.763	1.982	28,09
Domésticos sem carteira	4.834	4.785	4.774	5.142	17,05
Conta própria	18.205	18.457	18.074	18.373	8,22
Empregadores	3.891	3.336	4.082	3.934	22,51
Não remunerados	8.845	8.661	8.148	7.607	-12,48
Total	86.575	87.835	90.293	90.578	19,04

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Continuando a análise sobre posição na ocupação da PO brasileira na década de 2000, vê-se que categoria de empregados domésticos apresentou crescimento de 28,09% do número de trabalhadores com registro em carteira, passando de 1,5 milhões de trabalhadores, em 2001, para 1,9 milhões, em 2009. Contudo, também cresceu o número de trabalhadores domésticos sem carteira assinada, visto que essa parcela de trabalhadores passou de 4,3 milhões, em 2001, para 5,1 milhões, em 2009, ou seja, um crescimento de 17,05% no período. Outra categoria que apresentou crescimento no número de trabalhadores foi a de ocupados por conta própria, que passou de 16,9 milhões de indivíduos, em 2001, para 18,3 milhões, em 2009; um aumento de 8,22%. Por fim, o número de trabalhadores não

remunerados diminuiu 12,48% no período 2001-2009, passando de 8,6 milhões de ocupados, em 2001, para 7,6 milhões, em 2009.

Diante do crescimento do número de empregados com registro em carteira, aumentou o percentual dessa categoria na PO total. De acordo com a Tabela 34, que exhibe a participação percentual das categorias de ocupação, o percentual de empregados registrados passou de 29,37% da PO nacional, em 2001, para 35,46%, em 2009; ou seja, um aumento de 6,08 p.p.. Já o percentual de empregados sem registro em carteira apresentou uma pequena redução de 1,96 p.p., passando 18,4%, em 2001, para 16,44%, em 2009.

Tabela 34 – Brasil: Composição percentual da população ocupada segundo a posição na ocupação (2001-2009)

Posição na ocupação	2001	2002	2003	2004	2005
Empregados com carteira	29,37	29,43	29,87	30,85	31,50
Militares e estatutários	6,46	6,42	6,61	6,69	6,40
Empregados sem carteira	18,40	18,16	17,86	18,33	17,80
Domésticos com carteira	2,03	2,00	2,07	2,01	2,03
Domésticos sem carteira	5,77	5,77	5,60	5,75	5,70
Conta própria	22,31	22,37	22,36	21,76	21,47
Empregadores	4,22	4,26	4,19	4,14	4,25
Não remunerados	11,42	11,58	11,43	10,46	10,83
Posição na ocupação	2006	2007	2008	2009	Δ 01-09
Empregados com carteira	32,16	33,62	35,02	35,46	6,08 p.p.
Militares e estatutários	6,70	6,91	7,00	7,21	0,75 p.p.
Empregados sem carteira	17,73	17,30	17,17	16,44	-1,96 p.p.
Domésticos com carteira	2,09	2,05	1,95	2,19	0,15 p.p.
Domésticos sem carteira	5,58	5,45	5,29	5,68	-0,10 p.p.
Conta própria	21,03	21,01	20,02	20,28	-2,03 p.p.
Empregadores	4,49	3,80	4,52	4,34	0,12 p.p.
Não remunerados	10,22	9,86	9,02	8,40	-3,03 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Outras categorias que apresentaram queda no percentual de ocupados foram a categoria dos trabalhadores por conta própria e a dos não remunerados. Em relação aos trabalhadores por conta própria, em 2001, o percentual de indivíduos nessa categoria era de 22,31% da PO total, reduzindo-se para 20,28%, em 2009, o que corresponde a uma queda de 2,03 p.p.; já os trabalhadores não remunerados diminuíram em 3,03 p.p. sua participação na PO nacional, passando de 11,42%, em 2001, para 8,4%, em 2009.

O percentual de trabalhadores domésticos não apresentou grandes alterações, permanecendo, em toda a década, em torno de 2% da PO total o percentual de domésticos com carteira, e na faixa de 5% o percentual de domésticos sem registro em carteira.

Assim, com os dados referentes à ocupação dos trabalhadores brasileiros nos anos 2000 pôde-se ver que foi crescente o número de ocupados no país, sobretudo nos setores industrial e de comércio e serviços, e ampliou-se o número de trabalhadores registrados; contudo, ainda permanecem no mercado de trabalho nacional as características de exclusão social. Embora em menor proporção em relação aos dados da década anterior, muitos trabalhadores ainda encontram-se empregados sem registro em carteira, muitos ainda buscam no trabalho por conta própria um meio de inserir no mercado de trabalho e permanece significativa a presença de trabalhadores não remunerados.

O rendimento dos trabalhadores também apontam as mudanças ocorridas nas condições de trabalho no mercado de trabalho nacional durante os anos 2000. Conforme mostrado no capítulo anterior, a segunda metade da década de 1990 foi marcada pela queda nos rendimentos reais dos trabalhadores brasileiros e, de acordo com os dados da Tabela 35, que apresenta o rendimento real para o Brasil e grandes regiões, essa tendência de queda na renda manteve-se nos primeiros anos da década de 2000, passando a crescer os rendimentos no segundo quinquênio dos anos 2000. Tomando-se a década toda, aumentou o rendimento dos ocupados em nível nacional e em todas as macrorregiões brasileiras.

A renda média real mensal da PO nacional aumentou 8,11% no período 2001-2009, passando de R\$ 982, em 2001, para R\$ 1062, em 2009. Entre as macrorregiões, o maior aumento da renda foi no Nordeste, que apresentou um crescimento de 20,83% no período 2001-2009 (R\$ 573, em 2001, para R\$ 692, em 2009), seguido pela região Centro-Oeste, onde a renda média aumentou de R\$ 1.067, em 2001, para R\$ 1.261, em 2009, ou seja, um crescimento de 18,19%. A região Sul também apresentou um crescimento percentual da renda acima daquele observado para o Brasil, visto que a renda real média aumentou 16,68% entre os anos de 2001 e 2009, passando de R\$ 1.032, em 2001, para R\$ 1.204, em 2009. Por fim, Norte e Sudeste foram as regiões que apresentaram os menores crescimentos do rendimento; enquanto na primeira região o crescimento foi de 4,21% no período 2001-2009 (R\$ 833, em 2001, para R\$ 869, em 2009), na segunda região o aumento foi de apenas 1,5% (R\$ 1.192, em 2001, para R\$ 1.210, em 2009).

Embora tenha aumentado o rendimento em todas as macrorregiões, mantiveram-se as diferenças de rendimento. As regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul

permaneceram com as maiores rendas, enquanto Norte e Nordeste apresentaram os menores rendimentos. A renda encontrada na região Nordeste em 2009, por exemplo, era pouco mais da metade do rendimento encontrado na região Centro-Oeste.

Tabela 35 – Brasil: Rendimento médio mensal real da população ocupada por macrorregiões (1992-1999)

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2001	982	1067	573	833	1192	1032
2002	953	1082	555	800	1149	1010
2003	889	1002	515	714	1064	983
2004	885	1033	533	717	1037	1002
2005	921	1084	556	738	1081	1039
2006	988	1143	618	784	1157	1099
2007	1021	1226	640	837	1179	1139
2008	1039	1268	673	836	1186	1169
2009	1062	1261	692	869	1210	1204
$\Delta\%$ 01-09	8,11	18,19	20,83	4,21	1,50	16,68

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos da PNAD.

A Tabela 36 apresenta o rendimento real médio para a PO nacional de acordo com o setor de atividade. O setor primário apresentou o maior crescimento percentual da renda no período 2001-2009: 26,76%, passando de R\$ 487, em 2001, para R\$ 617, em 2009. Já os setores da indústria e de comércio e serviços apresentaram um crescimento mais contido do rendimento; enquanto no primeiro a renda aumentou 4,65% (R\$982, em 2001, para R\$ 1.028, em 2009), no segundo o crescimento foi de 6,29% (R\$ 1.082, em 2001, para R\$ 1.150, em 2009). Assim, apesar do maior crescimento da renda no setor agrícola, os trabalhadores ocupados nesse setor ainda se deparam com a menor renda média, igualmente havia acontecido na década de 1990; já o setor terciário apresentou o maior rendimento médio durante toda a década seguido pelo setor industrial, condição que segue desde meados dos anos 1990.

Tabela 36 – Brasil: Rendimento médio mensal real por setor de atividade (1992-1999)

Ano	Agrícola	Indústria	Comércio e serviços
2001	487	982	1082
2002	496	943	1052
2003	497	884	972
2004	516	866	970
2005	527	911	1005
2006	554	980	1074
2007	594	998	1106
2008	616	1011	1124
2009	617	1028	1150
$\Delta\%$ 01-09	26,76	4,65	6,29

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos da PNAD.

Os rendimentos de acordo com a posição na ocupação estão expostos na Tabela 37. Entre as categorias abordadas neste estudo, o maior rendimento médio foi observado para os empregados com carteira, que passou de R\$ 1.069, em 2001, para R\$ 1.106, em 2009, o que representa um aumento de 3,31% no período. Já os menores rendimentos foram encontrados no grupo dos trabalhadores domésticos, ficando os domésticos sem registro em carteira com o menor rendimento (R\$ 279, em 2001, para R\$ 327, em 2009, o que corresponde a um aumento de 14,83% no período 2001-2009), e os domésticos com carteira assinada com o segundo menor rendimento (a renda desse grupo passou de R\$ 465, em 2001, para R\$ 586, em 2009; o que representa um aumento de 20,66% no período 2001-2009). Para concluir a análise da Tabela 37, o rendimento dos empregados sem carteira apresentou um crescimento de 11,82% no período 2001-2009, passando de R\$ 583, em 2001, para R\$ 662, em 2009; e a renda dos trabalhadores por conta própria aumentou de R\$ 830, em 2001, para R\$ 843, em 2009, ou seja, um aumento de apenas 1,51% no período.

Os dados da Tabela 37 mostram que em todos os anos observados da década de 2000 os maiores rendimentos foram para os empregados com carteira assinada, que apresentaram um rendimento maior que a renda média nacional (Tabela 35). Por outro lado, os empregados sem registro em carteira, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores domésticos (com e sem carteira) apresentaram renda menor que a média para o Brasil, sendo o grupo dos domésticos sem registro a categoria que recebeu a menor renda média.

Tabela 37 – Brasil: Rendimento médio mensal real segundo a posição na ocupação (2001-2009)

Posição na ocupação	2001	2002	2003	2004	2005
Empregados com carteira	1069	1047	972	968	1000
Empregados sem carteira	583	568	517	527	561
Militares e estatutários	1658	1636	1500	1518	1602
Domésticos com carteira	465	458	443	447	479
Domésticos sem carteira	279	274	256	261	271
Conta própria	830	777	731	725	732
Empregadores	3169	3093	2884	2819	2913
Posição na ocupação	2006	2007	2008	2009	$\Delta\%$ 01-09
Empregados com carteira	1048	1067	1080	1106	3,31
Empregados sem carteira	584	614	631	662	11,82
Militares e estatutários	1786	1830	1835	1920	13,66
Domésticos com carteira	516	535	546	586	20,66
Domésticos sem carteira	290	306	314	327	14,83
Conta própria	775	876	833	843	1,51
Empregadores	3159	3187	3107	3116	-1,70

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos da PNAD.

Para tratar do diferencial de rendimentos de acordo com a cor dos ocupados, a Tabela 38 traz a renda média dos trabalhadores brancos e não brancos. De acordo com essa Tabela, a renda da população branca aumentou 30,22% no período 2001-2009, passando de R\$ 1.264, em 2001, para R\$ 1.401, em 2009. Já a renda dos ocupados não brancos passou de R\$ 624, em 2001, para R\$ 812, em 2009, o que corresponde a um aumento de 52,23% no período. Conforme mostrado no capítulo anterior, na década de 1990 a renda da população não branca correspondia aproximadamente à metade da renda da população branca; entretanto, ainda que nos anos 2000 a renda dos não brancos tenha apresentado um crescimento percentual maior que o rendimento dos indivíduos brancos, permaneceu amplo o diferencial de rendimento entre os dois grupos.

Tabela 38 – Brasil: Rendimento médio mensal real da população ocupada segundo a cor (2001-2009)

Ano	Branços	Não brancos
2001	1264	624
2002	1223	618
2003	1153	573
2004	1132	598
2005	1189	628
2006	1277	674
2007	1308	716
2008	1329	744
2009	1401	812
$\Delta\%$ 01-09	30,22	52,23

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos da PNAD.

Analisando a renda média dos ocupados de acordo com o gênero (Tabela 39), vê-se que os homens apresentaram a maior renda média durante todos os anos observados da década de 2000, assim como havia ocorrido nos anos 1990. Enquanto entre os homens a renda média passou de R\$ 1.114, em 2001, para R\$ 1.207, em 2009 (aumento de 8,31%); entre as mulheres passou de R\$ 796, em 2001, para R\$ 854, em 2009 (aumento de 10,78%).

Tabela 39 – Brasil: Rendimento médio mensal real da população ocupada segundo o sexo (2001-2009)

Ano	Homem	Mulher
2001	1114	771
2002	1080	756
2003	1013	698
2004	1006	701
2005	1041	740
2006	1118	796
2007	1158	820
2008	1179	836
2009	1207	854
$\Delta\%$ 01-09	8,31	10,78

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos da PNAD.

Em suma, os dados referentes aos rendimentos dos trabalhadores brasileiro nos anos 2000 apontaram o crescimento da renda média em todos os recortes observados,

exceto para a categoria de empregadores, que apresentou uma ligeira queda de 1,7% na renda no período 2001-2009. No entanto, permaneceram as desigualdades nos rendimentos entre homens e mulheres, brancos e não brancos, e entre os ocupados registrados e não registrados. Conforme apresentado nos capítulo anterior, o mercado de trabalho não está imune à “questão social”, visto que nele encontram-se relações e condições de trabalho excludentes e desiguais. Somado as características da acumulação capitalista, têm-se as características de exclusão social próprias da formação histórica e social do Brasil. Nas palavras de Silva (2010),

No Brasil, o que se tem é um grande contingente populacional que sempre esteve à margem da sociedade; que nunca teve inserção no trabalho formal e nem participou da sociabilidade ordinária. Não ser incluído é uma condição estrutural que tem marcado gerações após gerações. (SILVA, 2010, p. 157).

Outro ponto destacado neste estudo refere-se ao número de ocupados contribuintes para a Previdência Social. Na década de 1990 a parcela de contribuintes manteve-se em torno de 43% da PO nacional; já nos anos 2000, passou de 45,47%, em 2001, para 54,03%, em 2009 (aumento de 8,56 p.p.), conforme mostra a Tabela 40.

Além dos dados em nível nacional, a Tabela 40 também apresenta o percentual de contribuintes por macrorregiões do Brasil. O Sudeste foi a região com o maior percentual de contribuintes durante todo o período e, já em 2001, era a única região que apresentava mais da metade dos ocupados contribuindo para a previdência: 56,42% do total de ocupados da região, percentual que passou para 63,47%, em 2009 (aumento de 7,04 p.p.). O Sul foi a segunda região com o maior percentual de contribuintes, passando de 49,57%, em 2001, para 60,99%, em 2009; o que corresponde a um aumento de 11,42 p.p. no total de contribuintes. Assim como ocorreu no Sul, mais da metade dos ocupados do Centro-Oeste passaram a contribuir para a previdência durante os anos 2000; aumentando de 44,17%, em 2001, para 54,31%, em 2009, o total de contribuintes dessa região. Por fim, as regiões Norte e Nordeste permaneceram com menos da metade dos ocupados contribuindo para a Previdência Social. Enquanto no Norte o percentual de contribuintes passou de 37,19%, em 2001, para 46,54%, em 2009; no Nordeste a participação de contribuintes no total das ocupações da região foi ainda menor: 27,48%, em 2001, para 35,68%, em 2009.

Tabela 40 – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo as macrorregiões (2001-2009)

Região		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Δ 01-09
Brasil	Contribuintes	45,47	44,91	46,09	47,04	47,79	49,15	51,02	52,56	54,03	8,56 p.p.
	Não contribuintes	54,53	55,09	53,91	52,96	52,21	50,85	48,98	47,44	45,97	-8,56 p.p.
Centro-Oeste	Contribuintes	44,17	44,8	46,78	46,64	50,09	49,82	51,27	52,28	54,31	10,15 p.p.
	Não contribuintes	55,83	55,2	53,22	53,36	49,91	50,18	48,73	47,72	45,69	-10,15 p.p.
Nordeste	Contribuintes	27,48	26,65	27,45	27,85	28,36	30,21	31,8	33,51	35,68	8,2 p.p.
	Não contribuintes	72,52	73,35	72,55	72,15	71,64	69,79	68,2	66,49	64,32	-8,2 p.p.
Norte	Contribuintes	37,19	36,37	37,49	39,46	41,07	42,14	43,12	46,18	46,54	9,35 p.p.
	Não contribuintes	62,81	63,63	62,51	60,54	58,93	57,86	56,88	53,82	53,46	-9,35 p.p.
Sudeste	Contribuintes	56,42	55,86	57,06	58,06	58,5	59,53	61,24	62,7	63,47	7,04 p.p.
	Não contribuintes	43,58	44,14	42,94	41,94	41,50	40,47	38,76	37,3	36,53	-7,04 p.p.
Sul	Contribuintes	49,57	49,34	51,02	52,72	53,68	54,86	57,94	59,12	60,99	11,42 p.p.
	Não contribuintes	50,43	50,66	48,98	47,28	46,32	45,14	42,06	40,88	39,01	-11,42 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

A Tabela 41 exibe a participação percentual de contribuintes para a Previdência Social segundo o setor de atividade da PO. O setor agrícola foi o setor de atividade com a menor participação percentual de contribuintes durante todo o período, passando de 10,02% da PO agrícola, em 2001, para 17,18%, em 2009. Já o setor industrial iniciou os anos 2000 com a maior participação percentual de contribuintes (56,26%, em 2001, ao passo que entre os ocupados no setor terciário o percentual de contribuintes, nesse mesmo ano, era 54,13%), mas no decorrer da década foi superado pelo setor de comércio e serviços, de modo que, em 2009, o percentual de contribuintes na indústria foi de 58,75%, enquanto no setor terciário foi de 61,96%.

Tabela 41 – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo o setor de atividade (2001-2009)

Ano	Agricultura		Indústria		Comércio e serviços	
	Contr.	N. contr.	Contr.	N. contr.	Contr.	N. contr.
2001	10,02	89,98	56,26	43,74	54,13	45,87
2002	10,17	89,83	51,55	48,45	54,86	45,14
2003	10,88	89,12	52,57	47,43	56,28	43,72
2004	12,18	87,82	54,9	45,1	55,95	44,05
2005	12,29	87,71	54,71	45,29	57,14	42,86
2006	13,91	86,09	55,60	44,40	57,77	42,23
2007	15,96	84,04	57,00	43,00	59,00	41,00
2008	16,29	83,71	58,45	41,55	60,33	39,67
2009	17,18	82,82	58,75	41,25	61,96	38,04
Δ 01-09	7,16 p.p.	-7,16 p.p.	2,48 p.p.	-2,48 p.p.	7,83 p.p.	-7,83 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Em relação ao número de contribuintes para a Previdência segundo a posição na ocupação (Tabela 42), percebe-se o crescimento do percentual de contribuintes em todas as categorias. Entre os empregados registrados e trabalhadores domésticos registrados o percentual de contribuintes permaneceu em 100% durante todos os anos observados; na categoria de militares e funcionários públicos estatutários o percentual de contribuintes foi alto, mas não abrangeu todos os trabalhadores, visto que permaneceu em torno de 95% o percentual de ocupados contribuintes.

O restante das categorias de ocupação são todas marcadas pela menor participação percentual de contribuintes. Entre os empregadores, pouco mais da metade dos indivíduos era contribuinte para a Previdência durante a década de 2000, passando de 57,21%, em 2001, para 58,43%, em 2009; e entre os trabalhadores por conta própria, o percentual de

contribuintes aumentou de 14,44%, em 2001, para 16,85%, em 2009. A categoria de empregados sem registro, embora tenha apresentado crescimento no percentual de contribuintes (10,78%, em 2001, para 17,54%, em 2009), envolve uma parcela pequena de contribuintes no total de ocupados do grupo; na categoria de trabalhadores domésticos sem registro também foi bastante baixo o percentual de contribuintes, passando de apenas 3% dos ocupados da categoria, em 2001, para 5,01%, em 2009. Por fim, entre os trabalhadores não remunerados, o percentual de contribuintes passou de 1,36%, em 2001, para 4,17%, em 2009.

Tabela 42 – Brasil: Composição da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo a posição na ocupação (2001-2009)

Posição na ocupação		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Δ 01-09
Empregados com carteira	Contribuintes	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-
	Não contr.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Militares e estatutários	Contribuintes	94,56	95,76	95,20	94,86	94,86	94,82	96,07	95,87	95,82	1,26 p.p.
	Não contr.	5,44	4,24	4,80	5,14	5,14	5,18	3,93	4,13	4,18	-1,26 p.p.
Empregados sem carteira	Contribuintes	10,78	10,27	10,72	11,08	12,6	12,64	14,46	16,31	17,54	6,76 p.p.
	Não contr.	89,22	89,73	89,28	88,92	87,4	87,36	85,54	83,69	82,46	-6,76 p.p.
Doméstico com carteira	Contribuintes	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-
	Não contr.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Doméstico sem carteira	Contribuintes	3,02	3,00	3,08	3,06	3,51	3,56	4,39	4,64	5,01	1,99 p.p.
	Não contr.	96,98	97,00	96,92	96,94	96,49	96,44	95,61	95,36	94,99	-1,99 p.p.
Conta própria	Contribuintes	14,44	13,33	14,30	14,20	14,59	15,29	16,42	15,29	16,85	2,41 p.p.
	Não contr.	85,56	86,67	85,70	85,80	85,41	84,71	83,58	84,71	83,15	-2,41 p.p.
Empregadores	Contribuintes	57,21	54,95	58,12	57,38	57,40	58,78	57,88	55,16	58,43	1,23 p.p.
	Não contr.	42,79	45,05	41,88	42,62	42,60	41,22	42,12	44,84	41,57	-1,23 p.p.
Não remunerados	Contribuintes	1,36	1,1	1,15	1,48	1,53	2,47	3,23	3,03	4,17	2,81 p.p.
	Não contr.	98,64	98,9	98,85	98,52	98,47	97,53	96,77	96,97	95,83	-2,81 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Para concluir a análise referente aos ocupados contribuintes para a Previdência Social serão apresentadas as participações percentuais dos contribuintes de acordo com o gênero e a cor. Primeiramente, a Tabela 43 exibe os dados referentes ao gênero. De acordo essa Tabela, em todos os anos observados, o percentual de contribuintes na PO masculina permaneceu um pouco superior ao percentual de contribuintes da PO feminina. Entre os homens, a participação dos contribuintes passou de 45,83%, em 2001, para 54,75%, em 2009; já entre as mulheres o percentual de contribuintes aumentou de 44,94% para 53,07% durante o período 2001-2009.

Tabela 43 – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo o sexo (1992-1999)

Ano	Homem		Mulher	
	Contr.	N. contr.	Contr.	N. contr.
2001	45,83	54,17	44,94	55,06
2002	45,37	54,63	44,27	55,73
2003	46,49	53,51	45,51	54,49
2004	47,79	52,21	45,99	54,01
2005	48,58	51,42	46,71	53,29
2006	50,00	50,00	48,00	52,00
2007	51,96	48,04	49,73	50,27
2008	53,53	46,47	51,26	48,74
2009	54,75	45,25	53,07	46,93
Δ 01-09	8,91 p.p.	-8,91 p.p.	8,14 p.p.	-8,14 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Em relação à cor dos contribuintes, os dados da Tabela 44 mostram que na população não branca a variação percentual de contribuintes foi maior que a variação observada na população branca. Enquanto entre os indivíduos brancos o percentual de contribuintes passou de 52,63%, em 2001, para 61,07%, em 2009 (aumento de 8,44 p.p.); entre os não brancos a parcela de contribuintes aumentou de 36,7%, em 2001, para 46,92%, em 2009 (aumento de 10,22 p.p.). De tal modo, nem metade dos ocupados da população não branca encontra-se protegida pela Previdência Social.

Tabela 44 – Brasil: Composição percentual da população ocupada em termos de contribuição para a Previdência Social segundo a cor (2001-2009)

Ano	Branços		Não brancos	
	Contribuintes	Não contribuintes	Contribuintes	Não contribuintes
2001	52,63	47,37	36,70	63,30
2002	52,1	47,9	36,26	63,74
2003	53,76	46,24	37,22	62,78
2004	54,26	45,74	38,71	61,29
2005	55,06	44,94	39,92	60,08
2006	56,4	43,6	41,29	58,71
2007	58,01	41,99	43,63	56,37
2008	59,13	40,87	45,85	54,15
2009	61,07	38,93	46,92	53,08
Δ 01-09	8,44 p.p.	-8,44 p.p.	10,22 p.p.	-10,22 p.p.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Afinal, foi observada a expansão do percentual de contribuintes para a Previdência Social em nível nacional, assim como em todos os recortes observados. Entretanto, ao final da década de 2000, pouco mais da metade da PO brasileira estava amparada pelos benefícios da Previdência, sendo que os ocupados das regiões Norte e Nordeste e do setor agrícola, assim como os trabalhadores sem registro, não remunerados e por conta própria e os trabalhadores não brancos estavam entre os grupos menos beneficiados, visto que mesmo expandindo o percentual de contribuintes nos anos 2000, menos da metade dos ocupados nessas categorias permaneciam sem contribuir para a Previdência no ano de 2009.

### 5.3 Considerações gerais

Esta parte do estudo buscou apresentar as mudanças ocorridas nas relações de trabalho no Brasil que caracterizem uma possível reestruturação do mercado de trabalho nacional na década de 2000.

Primeiramente, viu-se que houve uma expansão na população ocupada brasileira, ao passo que a taxa de desemprego nacional apresentou tendência decrescente na segunda metade dos anos 2000, descontinuada, principalmente, em razão da crise econômica mundial do final da década. Entretanto, a menor taxa de desemprego da década, 7,22%, em 2008, ainda foi superior às taxas observadas na primeira metade da década de 1990, quando o desemprego se manteve pouco acima de 6% da PEA. Em números absolutos, em todo o

período observado da década de 2000, a quantidade de desempregados nunca esteve abaixo de sete milhões de indivíduos; além da permanência, assim como na década anterior, de maiores taxas de desempregos entre as mulheres e os indivíduos não brancos.

No que tange à expansão das ocupações por setor de atividade, os setores industrial e de comércio e serviços apresentaram crescimento no número de ocupados, ao passo que diminuiu o número de trabalhadores no setor agrícola. Observando-se a composição percentual dos ocupados por setor, mais da metade dos trabalhadores brasileiros encontram-se empregados no setor terciário. Em relação ao vínculo empregatício dos empregados assalariados de acordo com o setor de atividade, pôde-se perceber a expansão no percentual de trabalhadores com registro em carteira nos três setores, porém, ainda é grande o número de empregados sem carteira assinada, principalmente no setor primário.

Na análise referente à condição de ocupação dos trabalhadores, constatou-se o crescimento das ocupações com registro com carteira assinada, mas ainda se faz presente em grande número as ocupações sem carteira, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores não remunerados.

Outra especificidade observada das relações de trabalho no Brasil refere-se aos rendimentos mensais dos trabalhadores. Excetuando-se a categoria de empregadores, que apresentou uma pequena queda na renda média durante os anos 2000, todos os outros recortes observados apresentaram crescimento no rendimento médio mensal. Mas mesmo diante do incremento na renda, notam-se características de precariedade e desigualdade nas relações de trabalho do país, visto que as regiões menos desenvolvidas do país, Norte e Nordeste, apresentaram os menores rendimentos entre as macrorregiões, bem como por sexo e cor as menores rendas foram para, respectivamente, as mulheres e trabalhadores não brancos.

Em relação ao rendimento de acordo com a posição na ocupação, pôde-se constatar que os trabalhadores por conta própria, empregados sem registro e trabalhadores domésticos (com e sem carteira) registraram rendimento médio menor que a renda média dos empregados registrados.

Por fim, a última especificidade observada da PO brasileira foi o percentual de contribuintes para a Previdência Social. Em nível nacional, ao final da década, o percentual de ocupados estava pouco acima da metade PO nacional. Entre os setores de atividade, os setores industrial e terciário apresentaram percentual de contribuintes maior que àquele observado em nível de Brasil, enquanto no setor agrícola a participação de contribuintes cresceu, mas permaneceu baixa. Para os dados de acordo com a posição na ocupação, as categorias de empregados sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, trabalhadores

não remunerados e trabalhadores por conta própria apresentaram baixa participação percentual de contribuintes para a Previdência. Afinal, os dados por sexo mostraram que entre os homens a participação percentual de contribuintes é maior; e de acordo com os dados por cor, entre os trabalhadores brancos há um maior percentual de contribuintes para a Previdência.

Portanto, o que se constatou, é que nos anos 2000, sobretudo a partir de 2005, o mercado de trabalho brasileiro segue em um período de recuperação, marcado pelo crescimento das ocupações e reestruturação das condições de trabalho. Contudo, assim como foi o período entre as décadas de 1930 e 1970, essa pode ser considerada uma estruturação incompleta, visto que permaneceram os diferenciais de rendimentos, informalidade, desemprego e desigualdades entre gênero e cor.

Conforme destacado no capítulo anterior, Castel (1998) aponta que diante da atual fase da acumulação capitalista, tem havido um enfraquecimento da condição salarial, manifestado pelo aumento do desemprego e maior precarização e deterioração das relações de trabalho. Assim, no caso do Brasil, embora o mercado de trabalho nacional tenha apresentado uma trajetória de recuperação dos postos de trabalho, ele ainda é permeado de desigualdades e apresenta uma parcela significativa da população em condição de desemprego.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal analisar o processo de precarização, deterioração e reestruturação do mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1990 e 2000. Viu-se que a precarização e a deterioração das relações de trabalho não são uma realidade nova no mercado de trabalho brasileiro. Características de exclusão e desigualdades nas condições de trabalho se fazem presente no Brasil mesmo antes da formação do mercado de trabalho nacional. Assim, até se chegar à abordagem das relações de trabalho nessas duas décadas, buscou-se traçar a evolução da organização do mercado de trabalho brasileiro e sua relação com a precarização do trabalho.

Ainda no período colonial, quando a economia brasileira era caracterizada pelo não-mercado de trabalho, visto o predomínio no país da mão de obra escrava, as condições de trabalho já eram marcadas pela exploração e precarização. Mesmo após a emancipação política do Brasil, em 1822, a abolição da escravidão só veio ser concretizada em 1888, isso após várias medidas gradativas de restrição ao trabalho escravo, que caracterizou a exploração do trabalho no país durante quase quatro séculos e construiu os pilares de uma sociedade altamente desigual, marcada pelos extremos entre a elite e a massa populacional.

As condições de precarização do trabalho não desapareceram com o fim da escravidão; ao final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, seja no campo ou na indústria nascente nos centros urbanos, permaneceram as características de exploração do trabalho por parte do capital, marcadas pela exploração do trabalho de crianças, negros e mulheres, além de condições de trabalho precárias marcadas pelos baixos rendimentos e longas jornadas de trabalho, sem qualquer proteção social. Os primeiros sinais de regulamentação trabalhista se deram apenas na década de 1920, mas foi na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, que o Estado passou a ter maior intervenção sobre as relações de trabalho.

Sequencialmente, o período entre as décadas de 1930 e 1970 foi marcado pelo crescimento econômico brasileiro, com expansão da indústria nacional, tendo o Estado como principal responsável pelo desenvolvimento econômico do país. Diante da expansão da economia foi possível estabelecer no Brasil um mercado de trabalho estruturado, via crescimento de trabalhadores assalariados (KREIN, 2001). Entretanto, a estruturação do mercado de trabalho brasileiro nesse período foi uma estruturação incompleta, pois não se deu para toda a população. Embora tenha aumentado o número de trabalhadores assalariados,

sobretudo com registro em carteira, e tenha diminuído o desemprego e as ocupações por conta própria, ainda permaneciam condições de trabalho marcadas pela precariedade, como ocupações informais e subemprego, e salários baixos e diferenciais de rendimento (POCHMANN, 2002 e 2006).

Após esse período de crescimento da economia brasileira, a década de 1980 caracterizou-se pelo esgotamento do projeto de desenvolvimento nacional e por uma séria crise enfrentada pelo país. No campo das relações de trabalho, os anos 1980 romperam com a trajetória de estruturação do mercado de trabalho brasileiro observada anteriormente, iniciando um movimento de desestruturação do mercado de trabalho, que se intensificou nos anos 1990.

A década de 1990 foi marcada pelo baixo crescimento econômico e por grandes transformações no mercado de trabalho brasileiro. A análise por meio de estatística descritiva para essa década apontou mudanças significativas nas relações de trabalho do país, principalmente a partir de 1995. Houve aumento do desemprego em todos os recortes observados: em nível nacional, por macrorregiões, por gênero e por cor; além do crescimento do desemprego, houve um baixo dinamismo na geração de empregos do setor industrial, queda do número de ocupados no setor primário e expansão de trabalhadores no setor terciário, contudo, mesmo diante da expansão de ocupados no setor terciário, diminuiu o percentual de empregados registrados nesse setor, assim como também diminuiu o percentual de empregados com registro em carteira no setor industrial.

Em relação à condição de ocupação dos trabalhadores, houve queda no percentual de empregados registrados e crescimento do percentual de trabalhadores por conta própria e empregados sem registro em carteira, refletindo que trabalhar no setor informal ou por conta própria, foi a saída encontrada por muitos trabalhadores brasileiros para não deixarem de ter um rendimento.

Também foram observadas mudanças nos rendimentos mensais dos trabalhadores. Na segunda metade da década de 1990, houve uma redução da renda média mensal em todos os recortes observados neste estudo. Além dessa queda nos rendimentos, foram observadas características de desigualdade e discriminação nas relações de trabalho no país, visto que entre regiões, os menores rendimentos foram observados nas regiões menos desenvolvidas do país (Norte e Nordeste); de acordo com a posição na ocupação, empregados sem registro e trabalhadores por conta própria apresentaram rendimento médio menor que os empregados registrados; por gênero, as mulheres apresentaram renda média inferior à renda

dos homens; e segundo a cor, os menores rendimentos foram observados para os indivíduos não brancos.

Outro ponto abordado neste estudo refere-se ao percentual de trabalhadores contribuintes para a Previdência Social. Durante a década de 1990, o percentual de contribuintes em nível nacional foi inferior à metade da população ocupada. Entre os setores de atividade, o industrial e terciário apresentaram queda no percentual de contribuintes, contando ao final da década com pouco mais da metade de ocupados assegurados; já no setor primário, o percentual de contribuintes manteve-se próximo de 10% do total de ocupados no setor. Por condição de ocupação, foi baixo o percentual de contribuintes nas categorias de trabalhadores por conta própria e de trabalhadores sem carteira (empregados e domésticos). Os dados da Previdência também apontaram menor participação percentual de assegurados entre as mulheres e entre os indivíduos não brancos.

A última etapa da evolução do mercado de trabalho nacional abordada neste estudo refere-se à década de 2000, período em que houve uma recuperação do mercado de trabalho nacional, sobretudo a partir de 2005. Através da análise dos dados desse período observou-se uma queda na taxa de desemprego nacional na segunda metade da década, descontinuada, especialmente, em razão da crise econômica mundial do final da década; contudo, a quantidade de desempregados permaneceu expressiva, visto que durante todos os anos observados da década de 2000, o número de empregados manteve-se acima de sete milhões de indivíduos. Além disso, mantiveram-se as características de desigualdades já presentes na década anterior, com maiores taxas de desemprego entre os indivíduos não brancos e as mulheres.

Em relação à ocupação dos trabalhadores por setor de atividade, contrastando com a década de 1990 que apresentou uma baixa geração de empregos na indústria, nos anos 2000 o crescimento de ocupações na indústria foi mais animador, assim como também houve um aumento expressivo do número de ocupados no setor de comércio e serviços; a exceção ficou com o setor agrícola, que apresentou uma redução no número de trabalhadores. Na análise referente ao vínculo empregatício dos empregados assalariados segundo o setor de atividade, pôde-se observar o crescimento do percentual de empregados registrados nos três setores, mas contar com um mercado de trabalho com todos, ou ao menos quase todos os empregados registrados, ainda é um cenário distante para o Brasil.

Com os dados referentes à condição de ocupação dos trabalhadores brasileiros, pôde-se ver uma recuperação do número de trabalhadores registrados, mas ainda é expressivo o número de empregados sem registro em carteira, bem como o número de

trabalhadores por conta própria, que veem nessas ocupações um meio de inserir no mercado de trabalho.

O rendimento dos trabalhadores também apresentou uma trajetória de recuperação nos anos 2000. Com exceção dos empregadores, que apresentaram uma pequena redução na renda média da categoria, todos os outros recortes observados apresentaram aumento nos rendimentos. Entretanto, permaneceram as características de desigualdade nos rendimentos, visto que as regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores rendas médias entre as macrorregiões do país; empregados sem registro e trabalhadores por conta própria apresentaram renda média menor que os empregados registrados; a renda média da PO masculina foi superior à renda média da PO feminina, assim como o rendimento médio dos ocupados brancos foi superior ao rendimento médio dos ocupados não brancos.

A última especificidade abordada do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000 foi o percentual de contribuintes para a Previdência Social. Em nível nacional, o percentual de contribuintes passou da metade dos ocupados durante a década, mas apresentando diferenciais entre as regiões; enquanto a menor participação de contribuintes foi na região Nordeste, a maior participação percentual de contribuintes foi entre os ocupados da região Sudeste. Para os dados segundo a posição na ocupação, embora em diferentes proporções, permaneceu baixo o percentual de contribuintes entre os trabalhadores sem registro (empregados e domésticos), trabalhadores por conta própria e trabalhadores não remunerados. Em relação ao percentual de contribuintes por sexo e cor, também se mantiveram as características de desigualdades já observadas na década anterior, com menor participação de contribuintes mulheres e não brancos.

De tal modo, conforme destacou este estudo, a deterioração e a precarização do trabalho se fazem presente no Brasil desde antes da formação do mercado de trabalho nacional, assim como está presente na atualidade. Portanto, as características atuais do mercado de trabalho brasileiro estão relacionadas com a formação e evolução das relações e condições de trabalho presentes no país, bem como com as novas condições de funcionamento da economia brasileira instauradas na década de 1990 subordinadas aos interesses do capital estrangeiro. Werneck (2002) destaca as consequências das políticas econômicas adotadas pelo Brasil nos anos 1990:

No caso brasileiro, esses impactos tendem a ser reproduzidos de forma mais grave, considerando-se que as transformações se processam num cenário já caracterizado por sérios problemas estruturais: estrutura industrial marcada pela heterogeneidade regional e setorial; profunda desigualdade social, com exclusão de um grande contingente populacional; baixo nível educacional e de qualificação de parcela

significativa da força de trabalho; flexibilidade estrutural das relações de trabalho (propiciada pelas facilidades de contratação e de demissão e de flutuação do nível do salário real); grau elevado de debilidade e heterogeneidade do mercado de trabalho; estrutura ocupacional caracterizada por baixa participação relativa do emprego assalariado formal e do emprego industrial. (WERNECK, 2002, p. 32).

Nos anos 2000, observou-se que o Brasil seguiu em uma trajetória de reorganização e recuperação econômica, diante da retomada do projeto nacional de desenvolvimento no Governo Lula (POCHMANN, 2011b). Como reflexo desse crescimento econômico pôde-se observar avanços no mercado de trabalho brasileiro, contudo, mesmo com a recuperação das ocupações organizadas e queda no desemprego, o segmento não-organizado do mercado de trabalho continuou a crescer. Permaneceram as características de desigualdades e exclusão historicamente presentes na sociedade brasileira e nas relações de trabalho do país, e também permaneceu a precarização do trabalho dependente das necessidades da acumulação do capital.

Assim, embora neste estudo tenha-se feito uso de alguns indicadores para analisar a precarização e a deterioração das relações de trabalho no Brasil, é notório que a exclusão, a exploração, as desigualdades e as discriminações assumem contornos muito maiores. Muitos outros indicadores poderiam ter sido usados para exprimir características de trabalho precário no Brasil, tais como diferenciais por idade, trabalho infantil, número de horas trabalhadas e muitas outras características que ultrapassam a análise numérica, mas que se fazem sentir na classe trabalhadora, a exemplos de empregados com registro em carteira que se veem obrigados a aceitar as práticas flexíveis do mercado.

No entanto, não só a deterioração e a precarização das condições de trabalho, mas todos os problemas econômicos têm contornos muito maiores; eles se ampliam para as questões históricas, políticas, sociais, dos direitos, enfim, são cercados de valores humanos. Portanto, abordar o trabalho precário surgiu do interesse de suscitar o debate sobre o tema, trazer à tona uma questão que sempre esteve presente na classe trabalhadora do país e, assim, estimular a busca por medidas que assegurem melhorias nas condições de trabalho e maiores rendimentos para a força de trabalho brasileira.

## 7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manoel Donato de. **Neoliberalismo, Privatização e Desemprego no Brasil (1980-1998)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Praxis, 1999.

\_\_\_\_\_. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da reestruturação produtiva: Ensaio de sociologia do trabalho**. Londrina: Praxis, 2007.

ANDERSON, Perry. (Balanço do neoliberalismo). In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs). **Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O homem e a terra no Nordeste**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Trabalho, Precarização e Relações de Gênero em Tempos de Flexibilização e Reestruturação Produtiva. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Anais do Encontro. Recife, 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v. 38, Relatório Anual, 2002.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v. 39, Relatório Anual, 2003.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v. 40, Relatório Anual, 2004.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v. 44, Relatório Anual, 2008.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v. 45, Relatório Anual, 2009.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

BATISTA, Paulo Nogueira. (O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos). In: SOBRINHO, Barbosa Lima (Org). **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social no Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 41-79, 2007.

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, n. 3, p. 80-105, 1996.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. 5 ed. São Paulo: 34, 2003.

\_\_\_\_\_. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 153-174, jun. 2000.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1998.

CARDOSO Jr., José Celso. **De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (texto para discussão n. 1310).

CARMO, Paulo Sérgio do. **O trabalho na economia global**. São Paulo: Moderna, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Lavínia Barros de. (Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André (Orgs). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CHAVES, André L. L.; TONI, Miriam de; KRELING, Norma Hermínia. O mercado de trabalho da RMPA a partir dos anos 90: precarização e (re)estruturação em duas décadas de transformações. **A evolução social**, Porto Alegre, v. 3, p. 70-98, 2010.

COSTA, Júlio Cesar Zorzenon. **Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930-1945)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 94-111, jan./mar. 2005.

DEDECCA, Cláudio Salvadori; ROSANDISKI, Eliane Navarro. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. **Parcerias Estratégicas**, n.22, p. 169-190, jun. 2006.

DRUCK, Graça. Flexibilização e Precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios?! **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. esp. 01, p. 37-57, 2011.

DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p. 111-139, jul./dez. 2002.

DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de; JESUS, Selma Cristina de. (Precarização social do trabalho no Brasil: o caso da vulnerabilidade dos jovens e dos sindicatos). In: BRAGA, Thaiz; VIDAL, Francisco; NEVES, Laumar (Orgs). **Trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010 (Série estudos e pesquisa, 86).

FAGNANI, Eduardo. **A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. Campinas: Texto para discussão IE/UNICAMP, 2011 (Texto para discussão n. 192).

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 3 ed. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL/Difusão Editorial S.A., 1979.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRANCO, Gustavo. (Auge e declínio do inflacionismo no Brasil). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André (Orgs). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GIAMBIAGI, Fábio. (Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os anos FHC). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André (Orgs). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I – Livro Primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

GOTO, Fábio M. F. **Neoliberalismo Brasileiro: Economia Política e Política Econômica na Década de Noventa Brasileira**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil** (das origens aos anos vinte). São Paulo: Global, 1982.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. (Capitalismo, Escravidão e Trabalho Livre). In: FERNANDES, Florestan (Org). **Comunidade e Sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

\_\_\_\_\_. A Questão Social. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 17, n. 2, p. 189-202, jul./dez. 1989.

IETS. **Pobreza e Indigência**. Disponível na internet via <[http://www.iets.org.br/article.php3?id\\_article=915](http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915)>. Acesso em 11 de janeiro de 2013.

IPEA. **Dados Macroeconômicos**. Disponível na internet via <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 10 de setembro de 2012.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego do juro e da moeda**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1970.

\_\_\_\_\_. (O fim do “laissez-faire”). In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org). **Keynes**. São Paulo: Ática, 1978.

KREIN, José Dari. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) – Programa de Pós-Graduação em Economia Social e do Trabalho, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LACERDA, A. C. de; BOCCHI, J. I.; REGO, J. M.; BORGES, M. A.; MARQUES, R. M. **Economia Brasileira**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

LEVINE, Robert. (As classes urbanas no Brasil e o legado da década de 30). In: **A Revolução de 30 – Seminário Internacional**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

MATTOSO, Jorge E. L.; POCHMANN, Marcio. **Globalização, Concorrência e Trabalho**. Campinas: Cadernos do CESIT, 1995 (Texto para discussão n. 17).

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Volume I – Livro Primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEGA, Luciano Farias. Traços das políticas neoliberais no Brasil durante a era FHC (1995-2002). In: **VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel**. Anais do Encontro. Unioeste, Cascavel, 2007.

MENELEU NETO, José. (Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista do exército industrial de reserva). In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UFCE, 1998.

MERRICK, Thomas W.; GRAHAM, Douglas H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

MORETTO, Amilton José. **O sistema público de emprego no Brasil**: uma construção inacabada. Tese (Doutorado em Economia Social e do Trabalho) – Programa de Pós-Graduação em Economia Social e do Trabalho, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MORETTO, Amilton José; PRONI, Marcelo W. O desemprego no Brasil: análise da trajetória recente. **Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 10, n. 1, 2011.

MTE. Disponível na internet via <<http://www.mte.gov.br/sine/oquee.asp>>. Acesso em 10 novembro de 2012.

NAMIR, Kátia. Perfil dos trabalhadores domésticos no Brasil metropolitano. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2, p. 79-94, 2006.

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O neoliberalismo na redemocratização brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia Brasileira**: Crítica à Razão Dualista. São Paulo: CEBRAP, 1972.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PNAD. **Microdados**. 1992, 1993, 1995-1999, 2001-2009. CD-ROM.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. Mercado Geral de Trabalho: o que há de novo no Brasil? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 22, p. 121-144, jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Qual desenvolvimento?** Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

\_\_\_\_\_. (Perspectivas das relações de trabalho no Brasil no começo do século 21). In: CACCIAMALI, Maria Cristina; RIBEIRO, Rosana; MACAMBIRA, Júnior (Orgs). **Século**

**XXI**: transformações e continuidades nas relações de trabalho. Fortaleza: IDT, BNB, USP, 2011a.

\_\_\_\_\_. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jul. 2011b.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. Sobre as origens da favela. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011.

RAMOS, Lauro. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (texto para discussão n. 1255).

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Nordeste, açúcar e poder; um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962**. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.

SILVA, Eliane Lopes da; Costa, Lúcia Cortes da. O desemprego no Brasil na década de 1990. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 9-36, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Katálysis**, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968.

STIGLITZ, Joseph. **O mundo em queda livre**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. (O neoliberalismo em debate). In: TEIXEIRA, Francisco José Soares; Oliveira, Manfredo Araújo de (Orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1998.

TONI, Miriam de. **Precarização do Trabalho no Brasil**: Reversão de Tendência no Período Recente? Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2007 (texto para discussão n. 12).

TRINDADE, Eli Aparecido. **Agravamento recente dos problemas do mercado de trabalho urbano no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) – Programa de Pós-Graduação em Economia Social e do Trabalho, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

WERNECK, Heloisa. Reestruturação produtiva e desestruturação do mundo do trabalho. **Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v.2, n. 3, p. 9-35, jan./jun. 2002.